

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

FLAVIO DOS SANTOS OLIVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE O INTEGRALISMO EM CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM: CONTRIBUIÇÕES PARA A
COMPREENSÃO DA EXPANSÃO INTEGRALISTA NO
ESPAÇO BRASILEIRO**

VITÓRIA
2012

FLAVIO DOS SANTOS OLIVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE O INTEGRALISMO EM CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM: CONTRIBUIÇÕES PARA A
COMPREENSÃO DA EXPANSÃO INTEGRALISTA NO
ESPAÇO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.
Orientador: Profº. Drº. Valter Pires Pereira

VITÓRIA
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

O48r Oliveira, Flávio dos Santos, 1981-
Reflexões sobre o Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim :
contribuições para a compreensão da expansão integralista no
espaço brasileiro / Flávio dos Santos Oliveira. – 2012.
110 f. : il.

Orientador: Valter Pires Pereira.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Oligarquia. 2. Integralismo - Cachoeiro de Itapemirim (ES).
3. Ressentimento. I. Pereira, Valter Pires. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

FLAVIO DOS SANTOS OLIVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE O INTEGRALISMO EM CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM: CONTRIBUIÇÕES PARA A
COMPREENSÃO DA EXPANSÃO INTEGRALISTA NO
ESPAÇO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof°. Dr°. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof°. Dr°. Aloisio Krohling
Faculdade de Direito de Vitória

Prof°. Dr°. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof°. Dr°. Josemar Machado de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

*À minha mãe. Por ter sido a primeira pessoa
que verdadeiramente acreditou em mim.
Obrigado pela inspiração!*

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho não seria possível sem a participação de um quórum de pessoas do mais elevado gabarito. Certamente, incorreria em injustiças se intentasse saudar a todos, nessas poucas linhas. Contudo, não posso deixar de cumprimentar ao meu orientador, Profº. Drº. Valter Pires Pereira, pelas frutíferas sugestões e por ter sido sempre prestativo. De uma maneira muito especial agradeço ao Profº. Drº. Pedro Ernesto Fagundes, por sua generosidade e, principalmente, pela clarividência nos seus estudos sobre o Integralismo. Gostaria de demonstrar minha gratidão para com meus alunos da disciplina: *História Política do Século XX: Da Primeira à Segunda Guerra Mundial*, por suas críticas às minhas modestas reflexões sobre o Fascismo, o Nazismo e o Integralismo. Agradeço a todos os meus professores por terem dignificado minha vida através de suas experiências e conhecimentos, em especial ao Profº. Drº. Ricardo André Pereira por exigir o devido rigor à investigação do passado. Ao Profº. Drº. Carlos Vinícius Costa de Mendonça por ensinar-me que, em certas circunstâncias, uma palavra bonita equivale a um beijo na boca. Ao Profº. Drº. Bernardo de Oliveira, meu ex-orientador nas minhas pesquisas sobre filosofia transcendental kantiana, por me mostrar que amiúde pode-se aprender mais ouvindo do que discutindo.

Presto minha mais profunda homenagem ao meu estimado amigo, Thiago Pereira Serafim, pelas suas palavras de incentivo. À minha amada esposa, Lucélia Jaqueline, por permitir sacrificar nossos poucos momentos juntos para elaboração dessa pesquisa. À Sophia, que desde há muito a busquei avidamente e hoje gozo do privilégio de ser seu pai. À minha mãe, que mesmo solteira e ganhando menos que um salário mínimo mostrou para o mundo que, com integridade, é possível formar um homem.

Gostaria de agradecer aos meus colegas do mestrado, turma 2010/1. Foi uma experiência indelével estudar com vocês. Não poderia deixar de agradecer também às pessoas que ofereceram inúmeras dificuldades para concretização desse trabalho. Elas foram muito importantes, sobretudo, para me mostrar que acima do homem existe um Deus, que é onipotente e eu creio nisso.

RESUMO

Após a Revolução de 1930, muitos cachoeirenses tiveram frustradas suas esperanças de maior representatividade política. A rearticulação dos interesses oligárquicos no Partido Social Democrático e no Partido da Lavoura suprimiu ao mínimo os acessos democráticos ao Aparelho de Estado. É nesse contexto de exclusão e frustração que a AIB funda em 1935 o núcleo integralista de Cachoeiro de Itapemirim. Aí ela encontra um conjunto de fatores favoráveis ao seu crescimento. No Espírito Santo, ela encontrara terreno fértil para sua expansão, sobretudo, nas regiões de colonização italiana. Apesar de Cachoeiro de Itapemirim não ser um município de predominante colonização italiana, em muitos distritos e municípios próximos a ela, como Floresta, Castelo, Alegre, Venda Nova do Imigrante entre outros, a presença de italianos era significativa. Nessas regiões, a AIB ostentará toda sua força e organização. Ademais, uma vez que Cachoeiro de Itapemirim era na época o principal centro político-econômico da região Sul, a circulação de idéias e pessoas era muito intensa. Outrossim, a AIB contava com o apoio de um forte aliado, a saber, a Igreja que a apoiava, sobretudo, em sua luta contra o comunismo e a maçonaria.

Os integralistas cachoeirenses também se valeram fartamente dos ritos e símbolos integralistas, além dos desfiles e impressos como estratégias de arregimentação e propaganda da Doutrina do Sigma. Com efeito, o crescimento da AIB logo unirá os partidos e movimentos políticos que o precederam numa verdade luta antiintegralista. Pouco tempo após a fundação da AIB em Cachoeiro, a cidade foi palco de um violento conflito. A fim de impedir a realização de um Congresso Integralista na cidade, a Aliança Nacional Libertadora mobilizou uma multidão num grande comício antifascista no campo do Estrela. Em seguida foram para a Estação da Leopoldina para interromper o desembarque da comitiva integralista. Um dia antes, no dia 1º de Novembro de 1935, Alberto Secchin, jovem integralista, havia sido assassinado numa emboscada nas proximidades do Morro Grande. Os integralistas passaram o dia de finados reunidos velando o corpo do companheiro. Os nervos ficaram exaltados. Com isso, aquilo que deveria ser apenas um congresso se tornou um dos conflitos mais controversos e trágicos da História Política de Cachoeiro de Itapemirim.

Palavras-chaves: 1. Oligarquias. 2. integralismo. 3. Expansão. 4. Arregimentação. 5. Antiintegralismo. 6. Ressentimento.

ABSTRACT

After 1930's revolution, many citizens of *Cachoeiro de Itapemirim* have seen their hopes thwarted from greater political representativeness. The rearrangement of the oligarchic interests within the Social Democratic Party and within the Tillage Party worked their way in supressing democratic acess to the minimum forms in the State apparatus.

It is in this context of exclusion and frustration that AIB (Brazilian Integralist Action Party) founds, in 1935, the integralist center of *Cachoeiro de Itapemirim*. There the party finds a set of factors for it's growth. In the state of *Espírito Santo*, it found good soil for it's expansion, mainly around the italian colonized regions. Even though *Cachoeiro de Itapemirim* is not a proeminently italian colonized county, in many districts and counties in the vicinities the italian descendencies are numerous, like in *Floresta, Castelo, Alegre, Venda Nova do Imigrante* and others. In these regions, AIB displays all its power and organization. Furthermore, once *Cachoeiro de Itapemirim* was by the time a major political and economic centre in the state's south region, the circulation of people and ideas was intense. Thereto, AIB had the support of a strong ally, namely, the Church, above all when it came to be against the communism and the freemasonry.

The integralist members from *Cachoeiro* also employed a lot the integralist symbols and rites, beyond the use of parades and prints as strategies to regimentate and propagate the Doctrine of the Sigma. Indeed, AIB's growth made the former parties and political movements unite themselves in a anti-integralist campaign. Right after AIB's foundation in *Cachoeiro*, the city became stage of a fierce conflict. The National Freedom Alliance (*Aliança Nacional Libertadora*) gathered a great cluster in a anti-facist assembly in Estrela Field with the intention of disrupting a integralist congress in the city. After that they went to *Leopoldina Station* to stop the disembark of a integralist entourage. A day before, november 1st of 1935, Alberto Secchin, a young integralist, have been murdered in an ambush next to *Morro Grande*. The integralists spent Memorial Day watching their fellow's body. Tension was rising. From this, that with was supposed to be just a congress turned out to be one of the most controversial and tragical conflicts in the politics history of *Cachoeiro de Itapemirim*.

Keywords: 1. Oligarchies. 2. integralism. 3. Expansion. 4. Regimentation. 5. Anti-integralism. 6. Resentment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. SOBRE O INTEGRALISMO	19
2.1 Dos antecedentes à fundação da Ação Integralista Brasileira.....	19
2.2. Movimentos autoritários de cunho fascista no Brasil.....	21
2.3 A emergência e a expansão da Ação Integralista Brasileira.....	28
2.4 Sobre os conflitos endógenos ao movimento.....	31
2.5 Análise da ideologia do Partido Integralista.....	34
2.6 Da adesão ao movimento.....	42
2.7 O malogro do Levante de 1938.....	48
3. ANÁLISE DAS CONJUNTURAS POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	52
3.1 Os efeitos da expansão da economia cafeeira em Cachoeiro de Itapemirim.....	52
3.2 Sobre a importância de Cachoeiro de Itapemirim no cenário político capixaba na Primeira República.....	54
3.3 Da mobilização política no Espírito Santo.....	56
3.4 A Revolução de 1930 e o sentimento de continuidade.....	60
3.5 Sobre o rearranjo político-partidário pós-revolução de 1930.....	66
4. O INTEGRALISMO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	69
4.1 Os camisas-verdes do Espírito Santo.....	69
4.2 Uma hipótese razoável para a difusão do Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim.....	71
4.3 A conjuntura dos anos 30 e a fundação da Ação Integralista Brasileira em Cachoeiro de Itapemirim.....	76
4.4 O papel da Igreja.....	82
4.5 Propaganda e Persuasão.....	84

4.6 A exacerbação dos conflitos: AIB X ANL.....	91
4.7 Da relação entre o Integralismo e o Poder Público.....	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
5.1 Reflexões sobre a representação do passado através da memória.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108

1. INTRODUÇÃO

Durante muitas décadas, a historiografia relegou a Ação Integralista Brasileira (AIB) à obscuridade. As poucas interpretações existentes amiúde demonizavam o integralismo, fazendo uma grotesca comparação entre este, o fascismo e o nazismo, ou então frisavam apenas alguns aspectos do levante perpetrado pelos integralistas contra o Estado Novo em 1938. Somente a partir da década de 1970, houve um maior aprofundamento nos estudos acerca da trajetória da AIB. Desde a publicação da obra de Hélgio Trindade: *Integralismo – o fascismo brasileiro na década de 1930*, verifica-se um aumento no número de historiadores, sociólogos, cientistas políticos e filósofos, que se debruçam sobre o estudo desse importante movimento político brasileiro.

A AIB foi oficializada em 1932, no Teatro Municipal de São Paulo, a partir da leitura do *Manifesto de Outubro*. Ela atuou politicamente até 1937, ano em que foi extinta em virtude do advento do Estado Novo¹. Ela surgiu como seção da SEP (Sociedade de Estudos Políticos), entidade formada por um grupo seletivo de intelectuais e elementos liberais descontentes com os problemas da sociedade liberal. A SEP visava, entre outras coisas, apontar alternativas à realidade política brasileira, a qual, no entendimento da maioria dos membros da organização, era controlada pelas antigas oligarquias e pelos remanescentes do movimento tenentista².

¹ Com a dissolução de todos os partidos políticos, a A.I.B. transformou-se na *Associação Brasileira de Cultura* (A.B.C.), dotada de nova estrutura, a A.I.B. continuou, ainda que de forma velada, sua campanha doutrinária até 1938, ano em que foi deflagrada a “Intentona Integralista”. Esse ato insurrecional, perpetrado por um pequeno grupo de integralistas contra o governo de Vargas, desencadeou em seguida uma implacável campanha de repressão ao Integralismo.

² Ver: FAGUNDES, Pedro E. **Os Primeiros Anos da Ação Integralista Brasileira (AIB): Sociedade de Estudos Políticos (SEP) ao I Congresso Nacional da AIB**. In: VICTOR, Rogério L. (organizador). **À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011. pp. 47-63.

A SEP se reunia no salão nobre do jornal *A Razão*. Sua finalidade consistia em discutir os problemas do Brasil sob o prisma das ciências sociais, com destaque para Sociologia, Filosofia, Economia, Finanças, História, Geografia, Direito Público, Pedagogia, Medicina Social, Artes e Literatura. Conforme Plínio Salgado, um dos principais idealizadores da SEP, seu objetivo era fazer uma campanha “de ação prática, no sentido de se infiltrar em todas as classes sociais, polarizando os valores mentais e morais dispostos a empreender um esforço de salvação nacional³”.

Nesse sentido, a AIB, a princípio, cumpriria a função essencialmente cultural de “levar à sociedade brasileira, em linguagem acessível, os resultados dos estudos e os fundamentos doutrinários da Sociedade de Estudos Políticos⁴”. Como relata o próprio Plínio Salgado

“Em 6 de maio de 1932, propus que se criasse uma seção subordinada e paralela à Sociedade de Estudos Políticos, à qual teria por tarefa uma obra educativa de mais larga amplitude, destinada a formar a consciência popular no trato dos problemas brasileiros e sob a inspiração dos princípios filosóficos e programa político da nossa agremiação. Essa seção foi criada pelos votos da assembléia com o nome de Ação Integralista Brasileira” (SALGADO, 1959, p. 145).

Porém, antes mesmo do lançamento do *Manifesto de Outubro*, a S.E.P. já havia começado suas manobras para modificar sua diretriz original de se ocupar apenas dos debates teóricos. Isso porque, “na análise de Salgado e da maioria dos membros do SEP, havia chegado o momento da organização também se voltar para finalidades políticas práticas”. Assim, Salgado conseguiu convencer a maioria dos membros do SEP a aprovar uma proposta de aproximação com os partidos, organizações e movimentos que defendiam as mesmas idéias políticas. Por isso, logo após sua fundação, a AIB surgiu como um movimento essencialmente político, visando inclusive conquistar o poder⁵.

³ SALGADO, Plínio. **O integralismo na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [19--], p. 142.

⁴ Ibid., p. 17.

⁵ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 13.

A AIB se expandiu e cresceu em praticamente todo território brasileiro num espaço de tempo ínfimo. A primeira fase desse processo de expansão vai de 1932 a 1934, período marcado, sobretudo, pela tentativa de estruturação e afirmação da organização no cenário político nacional através da articulação com os diversos movimentos autoritários de cunho fascista espalhados pelo Brasil.

A partir de 1933, a direção nacional do movimento resolveu intensificar seu trabalho de propaganda e organização, fazendo com que a AIB entrasse em fase de pleno crescimento. Assim “bandeiras integralistas” seguiram em direções norte e sul do território nacional e passaram por centenas de cidades realizando conferências para divulgar as idéias do movimento e ao mesmo tempo fundar núcleos da AIB.⁶

Na verdade, Plínio Salgado já vinha difundindo suas idéias políticas desde sua experiência como colunista no jornal *A Razão*. Nesse período, ele se articulou com diversas lideranças políticas como Olbiano de Melo, de Minas Gerais; o tenente Severino Sombra, dirigente da Legião Cearense do Trabalho, “o mais consistente e organizado dos movimentos fascistas que antecederam o integralismo”⁷, além de homens como Altamirano Nunes Pereira e Petrônio Rodrigues Chaves, do Rio de Janeiro, Leaes Sobrinho, do Rio Grande do Sul, entre outros. Além disso, Salgado realizou uma série de conferências em São Paulo, na Faculdade de Direito e na Academia Paulista de Letras, procurando divulgar suas idéias, principalmente junto a estudantes e intelectuais⁸.

Após 1934, ano da realização do I Congresso Integralista, em Vitória (ES), a expansão integralista se tornou cada vez mais sistemática, e o efeito disso se repercutiu nas eleições de 1935-1936, em que o integralismo mostrou sua verdadeira força política, elegendo inúmeros prefeitos e vereadores em todo o

⁶ SALGADO, P. op. cit., p.123.

⁷ CARONE, Edgard. **A República Nova: 1930-1937**. 3ª. ed. - São Paulo: DIFEL, 1982. p. 198.

⁸ CAVALARI, R. op. cit., p. 15.

Brasil. No Espírito Santo, por exemplo, foram eleitos candidatos integralistas em praticamente todos os municípios, com destaque para região Sul⁹.

Em janeiro de 1936, com o lançamento do Manifesto-Programa, a A.I.B. intensificou ainda mais sua propaganda política. Como sugere o próprio Plínio Salgado,

“A nação [...] que já conhecia a nossa doutrina, precisava conhecer o nosso programa de governo. Era forçoso consubstanciar em normas práticas de administração e de política os princípios doutrinários do Manifesto de Outubro” (SALGADO, 1959, p. 74).

Com as eleições presidenciais se aproximando, um plebiscito interno, escolheu Plínio Salgado como candidato do partido à presidência da República, nas eleições de 1937. Assim, para elegê-lo, a AIB elaborou um complexo sistema que interligava propaganda, assistência social e alfabetização, de sorte que a Doutrina do Sigma ganhou ainda mais notoriedade em todo o país.

No Espírito Santo, em especial a região Sul do Estado, a AIB penetrará com grande intensidade e produzirá efeitos indelévels nas vidas das pessoas que viveram e ainda vivem na região. Em Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, a presença dos camisas-verdes despertara ódios e paixões. A vida política a partir de 1935, quando da fundação do núcleo integralista em Cachoeiro, se tornou uma atividade perigosa. As divergências de idéias se transformaram em justificativas para hostilidades. Em alguns casos, os embates foram tão violentos que se transformaram em conflitos armados, resultando até em mortes.

Nos últimos anos foi produzida uma quantidade significativa de trabalhos sobre a AIB. Importantes espaços e eventos de socialização dos debates foram criados, como o Grupo de Estudos sobre o Integralismo (GEINT) e os grupos de trabalho na Associação Nacional de História (GT's da Anpuh). Atualmente, no Arquivo Público Municipal de Rio Claro – SP encontra-se depositado o maior acervo sobre a trajetória político-partidária de Plínio Salgado.

⁹ FAGUNDES, Pedro E. **Vestígios de um esquecimento: a memória da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Sul do Espírito Santo**. In: MARIN, Andrea; SALDANHA, Jeferson M.; SILVESTRE, Michelle S.; SILVA, Priscila M.; (Organizadores). **Vestígios da história sul capixaba em 11 narrativas**. Vitória: Flor&cultura, 2011. pp. 205-206.

No momento, há também, no Espírito Santo, um esforço no sentido de aumentar a produção de trabalhos acadêmicos sobre o Integralismo. Nesse sentido, merecem destaque as contribuições de Agostinho Lazzaro e Pedro Ernesto Fagundes. No entanto, há ainda muitas perguntas a serem respondidas. Por exemplo, como se deu ao processo de emergência e difusão do Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim?

Sabe-se que, durante o período de esplendor da economia cafeeira, Cachoeiro de Itapemirim ocupou uma posição de destaque no cenário político e econômico capixaba. Para tornar viável o comércio do café, principal produto da pauta de exportação no Estado, foram construído portos, estradas e ferrovias. Com isso, a cidade passou por um processo de modernização e urbanização. Para agilizar as atividades comerciais, setor terciário foi ampliado, diversificando as camadas intermediárias. Foram instaladas casas comerciais e as primeiras fábricas para abastecer a região. Com as fábricas surgiram os primeiros movimentos políticos dos trabalhadores, como os sindicatos e os partidos políticos.

Após a revolução de 1930, Cachoeiro de Itapemirim se tornou campo fértil para o crescimento de movimentos políticos que, de certa forma, exprimiam não somente os ressentimentos gerados por décadas de exclusão, por parte dos segmentos sociais que foram alijados do jogo político durante a Primeira República, mas também que traduziam ao nível local a polarização do conflito político-ideológico entre fascistas e comunistas na esfera mundial, como foram os casos da Ação Integralista Brasileira e a Ação Nacional Libertadora.

A AIB se tornou significativa em Cachoeiro de Itapemirim. Com efeito, logo entrou em choque com os partidos e movimentos políticos que a precederam. A destacada atuação do Partido Comunista que, desde a década de 1920, vinha mobilizando politicamente os trabalhadores, sobretudo, os das estradas de ferro e das construções civis, permitiu à Aliança Nacional Libertadora, por exemplo, organizar os trabalhadores das mais diversas ocupações na luta contra os camisas-verdes. Importa lembrar que ANL fora fundada sob forte a influência do

Partido Comunista para, entre outros, obliterar a expansão das forças fascistas no Brasil. O ponto culminante desse conflito ocorreu no dia 3 de novembro de 1935 quando houve um violento confronto na Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, resultando num saldo de dois mortos e um ferido, a saber, Waldomiro dos Santos, Orestes Cândido e Milton Prado, respectivamente.

Mas os adversários da AIB em Cachoeiro não se restringiam apenas aos comunistas e aliancistas. Na verdade, a maçonaria e, sobretudo, os defensores da liberal-democracia também se destacaram na luta contra os integralistas. A AIB, por sua vez, tinha a seu favor um forte aliado, a saber, a Igreja Católica. Além de combater dois dos maiores inimigos da Igreja, ou seja, a maçonaria e o comunismo, a AIB defendia muitos valores e princípios que deixavam explícitos sua aproximação com a Igreja. Essa relativa proteção dada pela Igreja foi fundamental para a difusão do integralismo, visto que os clérigos exerciam uma grande influência sobre os fiéis. Até mesmo o padre Ponciano Stenzel elegeu-se vereador para Câmara Municipal de Vitória pela legenda integralista nas eleições de 1935-1936.

Outro fator positivo para os integralistas cachoeirenses era a considerável presença de imigrantes italianos na região Sul do Estado, com destaque para Floresta, Castelo, Venda Nova do Imigrante, Alegre, entre outros, ou seja, regiões em que a AIB era fortíssima. Em Cachoeiro de Itapemirim, embora não fosse um município essencialmente de colonização italiana, havia muitos descendentes de italianos, e por ser o principal centro político-econômico da região Sul, era um importante entreposto comercial para o qual afluíam amiúde os descendentes de imigrantes italianos das regiões adjacentes.

Sabe-se que a AIB foi muito forte nas regiões de colonização italiana e muitos descendentes de italianos aderiram ao integralismo não somente devido à sua aproximação com o fascismo italiano ou pelos valores que defendia, mas principalmente devido ao anticomunismo. A versão demonizada do comunismo produzia nos descendentes de imigrantes italianos um fortíssimo receio de perder a posse das terras que obtiveram com tanto sacrifício e trabalho.

Muitos também aderiam ao movimento pelo espetáculo estético que a AIB promovia. Os camisas-verdes cachoeirenses valeram-se fartamente do uso dos símbolos e ritos integralistas, bem como dos desfiles e da imprensa para, entre outras coisas, difundir os ideais da Doutrina do Sigma. Além de estabelecer unificação e padronização de pensamento e de comportamento, entendidas como essenciais para a consolidação e propaganda do movimento, os símbolos e ritos constituíam eficientes estratégias de arregimentação de novos adeptos¹⁰.

Os rituais de batismo, casamento e falecimento; as festas organizadas para comemorar as datas mais importantes do Integralismo, como o 28 de fevereiro que festejava a *Vigília da Nação*, em comemoração ao I Congresso Integralista Brasileiro, realizado em Vitória; o 23 de abril, em lembranças às *Matinas de Abril*, para homenagear o primeiro desfile dos camisas-verdes, em São Paulo, em 1933; e o 7 de outubro, data que comemorava a *Noite dos Tambores Silenciosos* para saudar a leitura do Manifesto de Outubro, em 1932; os desfiles e as concentrações de camisas-verdes; os serviços de utilidade pública prestados pelos integralistas através da construção de unidades de saúde e escolas; e, finalmente, a utilização sistemática da imprensa como instrumento de propaganda política tornaram a AIB uma importante força política nos núcleos onde ela estava fundada. Não é ato que na região Sul do Espírito Santo, nas eleições de 1935-1936, a AIB elegeu candidatos em praticamente todos os municípios, inclusive em Cachoeiro de Itapemirim.

Infelizmente, existe uma parca documentação sobre o integralismo em Cachoeiro de Itapemirim. A maior parte das informações disponíveis sobre a trajetória da AIB no município compõe-se de algumas entrevistas concedidas por ex-militantes do movimento. A maioria dos ex-membros da AIB abstém-se de falar sobre o assunto. A implacável repressão imposta pelo Estado Novo contra os camisas-verdes após a “Intentona Integralista”, somada à infame estigma de traidores da pátria e a exposição dos horrores cometidos pelos regimes fascistas europeus após a Segunda Guerra Mundial imprimiram em muitos ex-integralistas os mais

¹⁰ CAVALARI, R. op. cit., pp. 163-164.

profundos ressentimentos. Por isso, muitos preferem apagar de suas memórias as lembranças de seu período de militância no movimento.

Com efeito, a importância dessa pesquisa consiste em contribuir, de alguma maneira, para ampliar os estudos da AIB no Espírito Santo e, em especial, Cachoeiro de Itapemirim. É claro que seria uma proposta ingênua querer esgotar nos limites dessa dissertação um tema tão complexo. Nosso objetivo aqui é levantar novos questionamentos acerca da trajetória da AIB em Cachoeiro de Itapemirim e compreender por que uma parcela considerável dos cachoeirenses da década de 1930 aderiu ao movimento.

Para cumprir essa finalidade, a dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro versa basicamente sobre a emergência e a ascensão do integralismo. Para tanto, far-se-á um breve estudo acerca da estrutura político-econômica da Primeira República. Sabe-se que a vida política durante a Primeira República era controlada pelos grupos oligárquicos ligados aos interesses agropundiários e mercantis-exportadores, de sorte que, para preservar seu *status quo*, esses grupos mantinham excluídos dos mecanismos democráticos de representação política os segmentos sociais que emergiram devido ao crescimento econômico proporcionado pela expansão da economia cafeeira.

Em praticamente todo o país surgiram clubes, facções e partidos políticos que condenavam a democracia representativa vigente. A Legião do Cruzeiro do Sul, o Cravo Vermelho, a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Fascista, a Legião 03 de Outubro, entre outros, são alguns exemplos de movimentos políticos autoritários de cunho fascista que surgiram nesse período.

A Ação Integralista Brasileira se tornou um partido de massa basicamente por três motivos. Primeiro a cúpula do partido, orquestrada por Plínio Salgado, soube se articular, não sem conflito, com as lideranças políticas dos movimentos autoritários de cunho fascista que lhe precederam. Segundo porque, a partir de 1935, a AIB aspirava a conquista do poder. Com efeito, ela empreendeu uma campanha prática de ação social, através da elaboração de um vasto programa

de prestação de serviços de utilidade pública, fundando ambulatórios médicos, lactários, farmácias, escolas de alfabetização regulares, restaurantes populares etc., visando aproximar-se dos setores sociais historicamente desassistidos pelo poder público. E, por fim, a AIB foi pioneira no uso de símbolos e ritos não somente como forma de padronização e unificação de comportamento, mas também como estratégia de arregimentação de novos adeptos ao movimento.

O segundo capítulo destaca a importância de Cachoeiro de Itapemirim no cenário político-econômico no Espírito Santo durante a Primeira República. Aqui se fará também um breve estudo das peculiaridades do fenômeno do coronelismo no Estado, no qual a família Monteiro, mesmo com seus conflitos endógenos, ocupou o aparelho regional de Estado por praticamente toda a extensão do período. O resultado desse monopólio do poder nas mãos de uma única família é o crescimento da insatisfação, sobretudo, entre os grupos sociais cujos interesses não estavam diretamente ligados nem aos agrofundiários da região Sul nem aos mercantis-exportadores da região Central. Assim, em praticamente todo o Estado, surgiram clubes, facções e partidos políticos que, através de jornais como *O Pharol (Órgão do Partido Operário Espírito-Santense)*, *O Norte do Espírito Santo*, *A Opinião (Seminário Independente)*, entre outros, veiculavam suas críticas ao regime republicano.

Nesse período, merece destaque o surgimento e a atuação política das primeiras organizações dos trabalhadores como, por exemplo, o *Partido Operário*, o *Centro Operário e de Proteção Mútua*, o *Partido Comunista* e os sindicatos, que através de greves e outras formas de mobilização reivindicavam maior representação política e melhorias nas condições de vida para a classe operária.

Na última década da Primeira República, Cachoeiro de Itapemirim se tornou o centro da oposição ao governo estadual, encabeçando a luta pela derrubada do poder quando da Revolução de 1930. No entanto, após a derrubada do governo, poucas mudanças políticas ocorreram. Os tradicionais grupos oligárquicos se articularam no Partido Social Democrático, criado para apoiar o governo, e no Partido da Lavoura, composto, sobretudo, por grandes proprietários de terra.

Esses dois partidos controlarão a vida política em Cachoeiro de Itapemirim, ao longo da década de 1930.

O terceiro capítulo versa sobre o surgimento e a difusão da AIB em Cachoeiro de Itapemirim. Como se constatará, a AIB aí encontrara um ambiente propício para sua difusão. A expansão integralista logo provocará a reação dos grupos hegemônicos e dos movimentos operários, com destaque para os sindicatos, o clandestino partido comunista e, principalmente, a Aliança Nacional Libertadora. O ponto culminante dessa reação foi o conflito na Estação Ferroviária. Aqui se questionará o papel do aparelho regional de Estado na repressão a AIB, indagando se essa perseguição era motivada apenas por questões políticas ou se havia outras formas de interesses em jogo.

A metodologia utilizada neste trabalho combina a pesquisa bibliográfica cujo objetivo é situar o tema dentro de uma perspectiva teórica mais abrangente, com a pesquisa documental, onde foram analisados, entre outros, o jornal *Vida Capixaba*, trechos de entrevistas concedidas por ex-militantes da AIB e, principalmente, o importante documento histórico de inestimável valor sócio-cultural realizado pelo jornalista Luzimar Nogueira Dias¹¹.

Vale lembrar que devido à ausência de documentos oficiais, essa pesquisa foi elaborada com base em informações fornecidas por pessoas que participaram dos eventos como integralistas ou comunistas e que, portanto, devem ser consideradas como fontes parciais e tendenciosas, o que impôs um cuidado ainda maior para a comprovação das hipóteses. Devido à complexidade do processo de construção da representação do passado através da memória, será fornecida ao leitor uma breve reflexão acerca de como se dá sua constituição. A finalidade dessa proposta consiste basicamente em resguardar o estatuto epistemológico e moral da História Oral de possíveis críticas infundadas que poderiam ser feitas em virtude da utilização das fontes orais para os fins heurísticos.

¹¹ DIAS, Luzimar Nogueira. **1935: Integralistas e Comunistas – 50 anos depois, uma história de prisões e assassinatos**. Cachoeiro de Itapemirim – ES. Documento Histórico, 1985.

2. SOBRE O INTEGRALISMO

2.1 Dos antecedentes à fundação da Ação Integralista Brasileira

“O Integralismo não foi um movimento originalmente nascido das idéias de Plínio Salgado, como o chefe da Ação Integralista Brasileira quer fazer crer¹²”. Na verdade, desde 1914, em Portugal, havia um movimento intelectual denominado Integralismo Lusitano, o qual, ao longo de sua breve existência, conquistou expressiva dimensão sócio-política devido, sobretudo, à sua posição quanto à situação política de Portugal após a proclamação de sua República.

Os integralistas lusitanos defendiam, entre outras coisas, a instituição de uma “Monarquia orgânica tradicionalista e antiparlamentar” como alternativa viável à República implantada em 1910. Uma vez que esta não conseguira resolver os problemas sócio-econômicos como o desemprego e a melhoria de vida dos trabalhadores urbanos e rurais, isso deixou as massas populares extremamente insatisfeitas e colocou Portugal numa situação de intensa agitação social¹³.

O Integralismo Lusitano surgiu nos meios acadêmicos mais reacionários da Universidade de Coimbra. Em seu ideário monárquico tradicionalista¹⁴, os integralistas apoiavam o rei deposto D. Manuel II, embora recusassem o rotativismo dos partidos ideológicos do final da Monarquia Constitucional, que designavam por “regime das oligarquias partidárias”. Com efeito, ao longo de toda a sua atuação política, o Integralismo Lusitano combateu tanto o regime republicano, como o constitucionalismo e a democracia liberal burguesa.

¹² CARONE, E. op. cit., p. 194.

¹³ CRUZ, Manuel B. *Análise Social*. vol xviii (70), 1982-1.º, p. 141.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223399539G6uXJ0ze0Sv59SR4.pdf> - (acesso em 12-04-2011).

¹⁴ O termo tradicionalista é usado aqui no sentido de uma “visão de mundo”, ou seja, uma forma de interpretar a realidade social como sendo regida por leis naturais. Entendendo-se por tradição o conjunto de hábitos e tendências que procuram manter uma sociedade no equilíbrio das forças que lhe deram origem. Para não confundir os termos, é importante destacar que a atitude tradicionalista distingue-se essencialmente da conservadora por não ser hostil às inovações políticas, sociais, individuais ou grupais. Enquanto o *espírito* conservador tem uma atitude que se caracteriza pela deliberação em manter a ordem social, política ou econômica existente, o *espírito* tradicionalista é entendido aqui como sendo aberto à mudança e pugna frequentemente por esta. A mudança, porém, deve realizar-se sem romper com os antecedentes morais que são os fundamentos de uma dada sociedade.

Outra característica marcante dos integralistas lusitanos é a sua insistente menção à religião cristã e ao nacionalismo. Inclusive o aparecimento propriamente dito do movimento se dá através da publicação da revista intitulada *Nação Portuguesa*, em janeiro de 1914, em Coimbra. Esta revista se tornou seu primeiro grande órgão teórico e de onde surgirão os primeiros textos de doutrina política integralista.

No entanto, mesmo com toda sua influência entre os setores mais tradicionais da sociedade portuguesa, a organização do Integralismo Lusitano só iria adquirir relevância política nos meses finais de 1917, com a vitória da revolução sidonista. O assassinato de Sidónio Pais e a instabilidade política que se seguiu, culminaria na revolta de Monsanto e a proclamação da Monarquia do Norte, o que proporcionou aos integralistas um período de atuação política mais ativa, concretizando as suas manobras de articulação e intriga palacianas, únicas formas de intervenção política ao seu alcance e de acordo, aliás, com as suas concepções elitistas do poder¹⁵.

Os integralistas repudiavam toda e qualquer forma de acordo dinástico com o regime constitucionalista. Pelo contrário, eles levaram a efeito uma fervorosa campanha antidemocrática, recusando-se a apresentar candidaturas próprias e preconizando, no geral, a abstenção do voto. Alegavam que a unidade orgânica da “causa realista” só obteria seu merecido sucesso através do Integralismo. Contudo, não obstante sua posição ortodoxa com relação à democracia parlamentar, eles permitiram apenas a título excepcional que seus membros, com notória influência política, se fizessem eleger. A estes denominaram “candidatos não políticos”, “católicos” ou “regionais”. Tal inflexibilidade e centralismo de alianças, no entanto, apenas concorreram para colocar os integralistas no isolamento¹⁶.

Apesar disso, o *Integralismo Lusitano* desempenhou efetivamente uma atuação significativa na preparação do terreno político-ideológico onde se medrou o

¹⁵ CRUZ, Manuel B. op. Cit., p. 142.

¹⁶ Ibid., p. 146.

messianismo ditatorial¹⁷. Isso explica, em grande medida, por que sua penetração no salazarismo se processou quase exclusivamente em termos ideológicos, servindo de fundamento para o Estado Novo¹⁸.

2.2 Movimentos autoritários de cunho fascista no Brasil

A conjuntura política do Brasil até a Revolução de 1930 fora marcada não apenas pela concentração do poder político nas mãos dos grupos oligárquicos legalmente representados pelo Partido Republicano, mas também pela emergência de novos grupos sociais que passaram a reivindicar maior representatividade política.

A fim de salvaguardar seus interesses e perpetuarem-se no poder, os grupos oligárquicos limitavam o acesso ao aparelho de Estado tanto por meio de medidas restritivas como aquelas institucionalizadas pela Câmara Verificadora, quanto pelo estreitamento das articulações com as oligarquias locais, que através do clientelismo e a coação físico-moral elegiam apenas os candidatos da situação. Entretanto, à proporção que outros setores da economia se desenvolviam e se desatrelavam dos interesses agro-exportadores, surgiam clubes, facções e partidos políticos que questionavam, entre outras coisas, a ordem política e econômica vigentes. Nesse sentido, se não visavam suplantar as oligarquias, configurando, assim, um novo quadro político-econômico para o Brasil, aspiravam, pelo menos, gozar de maior participação nas decisões políticas do país.

A partir de 1920, à medida que o fascismo italiano se tornava uma nova força política, conquistando adeptos não somente na Itália, mas também exercendo influência no comportamento político de diversas lideranças na Europa e no mundo, sua doutrina e seus ideais também ganharam a atenção de intelectuais, militares, profissionais liberais e até, em alguns casos, industriais e operários no Brasil.

¹⁷ Sobre o messianismo ditatorial, ver: SILVA, Armando B. M. **Sidônio e Sidonismo: história e mito**. Vol. II. ed. s.n., Braga; 1997.

¹⁸ CRUZ, Manuel B. op. Cit., p. 147.

Assim, surgem os primeiros movimentos de exaltação ao fascismo de Mussolini nos núcleos italianos espalhados, sobretudo, no Sul do Brasil, sendo que a maior parte da propaganda fascista era feita não através de uma ação partidária organizada, mas sim pela ação das ligas, clubes e jornais nas colônias italianas¹⁹. Nesse sentido, um dos maiores responsáveis pela atividade ideológica e prática do fascismo no Brasil foi Serafino Mazzolini, cônsul geral da Itália em São Paulo, desde 1928. Mazzolini comemorava todos os fastos fascistas e perseguia obstinadamente todos os movimentos de cunho liberal dos seus compatriotas, de sorte que “aos que não aderem, Mazzolini manda perseguir, boicotando-os economicamente e fazendo tenaz propaganda contra eles”.²⁰

No entanto, a corrente fascista nacional somente inicia organizadamente suas atividades no Brasil a partir de 1922, com a Legião do Cruzeiro do Sul, que mais tarde fundiu-se no Cravo Vermelho. Este era formado, sobretudo, por policiais da cidade do Rio de Janeiro que eram destacados para perseguir os militantes do movimento sindical. Conforme Carone, os membros dessa organização eram, em sua maioria, “policiais, caceteiros e indivíduos desclassificados sempre prontos a aproveitar todas as oportunidades para espancar, prender e praticar tropelias”, pois dispunham de carteira da Polícia do Distrito Federal, que lhes dava atribuições de autoridade em comissão, podendo dessa forma prender ou invadir lares com toda impunidade, uma vez que tinham carta branca para cometer arbitrariedades e chantagens²¹.

Por sua vez, o *Partido Fascista Brasileiro*, convocava todos os brasileiros a reunir-se no novo e amplo movimento de defesa da pátria e da soberania nacional contra a ascensão do que consideravam o grande perigo externo, ou seja, o comunismo. Em seu manifesto inicial, lançado em 1930, ficava expresso que “[...] o atual momento da Pátria Brasileira exige, determina, impõe-se a maior sinceridade a todos os seus filhos, sejam bons, sejam maus brasileiros, quer para os pensamentos da maldade, nunca, porém, para o embuste, para a hipocrisia, para o mascaramento estabelecido de confusões. Cumpra aos bons combater

¹⁹ CARONE, Edgard. **A República Nova: 1930-1937**. 3ª. ed. - São Paulo: DIFEL, 1982. p. 194.

²⁰ *Ibid.*, p. 194.

²¹ *Ibid.*, p. 195.

os maus [...]. Entre os maus vêm-se os elementos do comunismo [...]. Para combater os comunistas que desejam vencer pela confusão, é fácil destruí-los, aniquilá-los, bastando praticar o exemplo da nova Itália de Mussolini, um dos florões mais novos e mais belos da civilização através dos séculos. O Brasil, país americano, possuindo energias maravilhosas em todas as fontes de sua atividade, não pode entregar-se a meia dúzia de estrangeiros semi-analfabetos, [...] o que nos obriga a reagir e a correr do nosso território esses estrangeiros que se aproveitam do espírito sofredor, mas ingênuo, do nosso operariado. Brasileiros! Unamo-nos como Fascistas do Brasil, unicamente do Brasil e para o Brasil! Sigamos o exemplo da Itália de Mussolini, prestigiando o poder não porque este seja simplesmente o poder, mas pelas inspirações que ele encarna; pelos atos que pratica em defesa do novo Brasil.”²².

Ainda no começo da década de 1930, Olbiano Mello, principal teórico e dirigente do Partido Sindicalista Brasileiro, publicou três livros: *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil*, *Comunismo ou Fascismo* e *Levanta-te, Brasil*, obras que resumem o pensamento corporativo do autor e que forneceram o cimento ideológico do futuro movimento integralista, constituindo-se um dos esquemas-base para a Ação Integralista Brasileira²³.

O nome completo da primeira obra é *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil: bases para organização do Estado Sindical Corporativo Brasileiro*. Neste livro, Olbiano Mello expõe sua concepção de Estado, que, em seu entendimento, deve estar alicerçado sobre uma estrutura sindical, favorável ao voto profissional em detrimento do voto universal²⁴. No livro *Levanta-te, Brasil* estão desenvolvidas muitas das premissas do primeiro livro no que toca a implantação do Estado Sindical Corporativo, ou seja, a abolição do sufrágio universal, a representação de classes, a proteção da propriedade privada e a defesa da idéia de Deus, Pátria e Família.

²² **Jornal do Comércio**, 14-11-1930; In Edgard Carone, **A Segunda República**, pp. 195-196.

²³ CARONE, E. op. cit., p. 196.

²⁴ MELO, Olbiano. **A marcha da revolução social no Brasil: ensaio histórico-sociológico do período 1922 a 1954**. -. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1957.

A futura composição do partido seria constituída a partir de um “centro nacional sindicalista”, na capital do país, e “centros regionais”, dirigidos por um “comitê executivo”, composto de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, propagandistas e aderentes. O *Partido Nacional Sindicalista* teria uma estrutura rigidamente hierárquica atrelada ao modelo de organização semelhante ao da milícia fascista italiana ou nacional-socialista alemã (hitleriana), o que deixa evidente sua estruturação paramilitar²⁵.

Contudo, “é a *Legião Cearense do Trabalho* o mais consistente e organizado dos movimentos fascistas que antecederam o Integralismo”. Dentre os diversos programas defendidos pela Legião merece destaque a construção de um novo tipo de sociedade, baseada na integração organizada das classes trabalhadoras na vida político-social brasileira. Ela propõe a fixação de salário relativo às horas de trabalho, repouso dominical, o estabelecimento de limite de horas de trabalho para jovens e mulheres, a instituição de órgão de conciliação e arbitragem para atuar na relação entre empregados e empregadores, a limitação da sociedade burguesa e a ampliação do raio de ação política do Estado. Pugna por um programa político que defenda não somente a representação de classes como forma de pressionar diretamente o governo a promulgar a legislação social, mas também o retorno ao regime corporativo a fim de combater o individualismo característico da sociedade burguesa. A Legião é, por isso, tão antiburguesa e anticapitalista, quanto antisocialista e anticomunista. Ela vê nessas concepções os frutos necessários dos mesmos erros iniciais, a saber, a exploração incomensurável da classe operária e a intensificação das divergências sociais por meio da luta de classes²⁶.

“A inauguração do movimento se dá em outubro de 1931, com o apoio de 9.000 legionários, número que, meses depois, atinge 15.000”. Seu dirigente é o Tenente Severino Sombra cuja formação política é fortemente marcada pela influência da escola antiliberal de Jackson de Figueiredo. A própria inauguração da Legião está

²⁵ CARONE, E. op. Cit., p. 197.

²⁶ Ibid., p. 198.

ligada à posição antiliberal de Severino Sombra quanto ao teor liberal-democrático da Revolução de 1930.

Para Severino Sombra, seu movimento, que havia sido criado a partir da união das associações de classes de Fortaleza, é a “expansão da força, da coesão e do sadio espírito de compreensão das questões sociais, do operariado cearense”. Sua finalidade consiste basicamente em proteger e educar o operariado, tornando-o coeso e colaborador honesto e consciente das outras classes, integrando as classes trabalhadoras na vida político-social do país, criando, assim, uma nova ordem social. Daí a necessidade de fortalecer o Executivo, pois para que haja a verdadeira justiça social e o operariado seja protegido, o Tenente Severino Sombra apregoa uma maior intervenção do Estado, visto que só este “pode conseguir em termos justos a associação funcional do trabalho, capital e direção técnica”²⁷.

Outro movimento de cunho fascista do limiar da década de 1930 foi a Legião 3 de outubro. Seu manifesto foi lançado no dia 26 de fevereiro de 1931, em Minas Gerais, e tinha como principais membros Francisco Campos, ministro do Governo Provisório, Gustavo Capanema, secretário do Interior e Amaro Lanari, secretário das Finanças, todos de Minas Gerais.

A Legião 3 de Outubro se propõe a ser um instrumento para a reconstrução do país. Seu programa, entre outros, especifica os inimigos a combater. Dentre estes, merece destaque os inimigos internos e externos do país. Aqueles correspondem aos reacionários depositos pela revolução, mas que não foram totalmente aliados da vida política. Os últimos são os inimigos de origem estrangeira, ou seja, “todas as concepções políticas alienígenas e inaplicáveis à solução dos problemas brasileiros”²⁸.

Uma característica interessante deste movimento é a utilização de uniformes e desfiles como demonstração de força política. “O desfile é a apoteose do movimento”. Seu brilho é ainda maior devido ao apoio dado pela Igreja e pelo

²⁷ Ibid., p. 198.

²⁸ Trecho do discurso de Francisco Campos.

Exército. A marcha de Belo Horizonte é o momento culminante e o início da exacerbação dos conflitos entre a Legião 3 de Outubro e o Partido Republicano Mineiro, o qual se rearticula sob a direção de Artur Bernardes, Afrânio de Melo Franco, Afonso Pena Júnior, Djalma Pinheiro Chagas para dar combate aos “milicianos²⁹”.

Entre maio de 1931 e abril de 1932, a luta entre as oligarquias tradicionais e a Legião se torna mais aguda, e após um breve período de reconciliações, em que os dois grupos se unem e formam o *Partido Social Nacional*, a Legião de Outubro se separa e se desfaz definitivamente, indo Amaro Lanari para a Ação Integralista Brasileira, e Francisco Campos e Gustavo Capanema voltam a militar em grupos oligárquicos.

Na primeira metade da década de 1930, J. Fabrini, através do Manifesto Vontade, pretendia fornecer as bases para a estruturação do futuro Partido Nacional Fascista, que efetivamente não chegou a ser fundado. Este movimento defendia declaradamente o nacionalismo, e pugnava pela realização de todas as medidas favoráveis ao fortalecimento moral, intelectual e material do Brasil, apregoando “a disciplina ao serviço da vontade, a Lei acima do Homem, a Ordem acima da Lei, o Direito acima da Ordem e a Pátria acima de tudo”. Asseverava também a supressão do regime federalista e a instituição de um Estado composto de um corpo político fortemente hierarquizado, com todos os poderes concentrados na pessoa do *chefe*, responsável pela indicação dos membros do Estado-maior, formado pelas legiões, cortes, centúrias e decúrias, todas, no entanto, subordinadas ao poder soberano e ilimitado do *chefe*³⁰.

O último movimento de inspiração fascista, a Ação Social Brasileira, surgiu no Rio Grande do Sul e era dirigido por D. João Becker. Este além de ser o chefe da Igreja no Estado do Rio Grande do Sul é o autor de um livro intitulado *O Comunismo Russo e a Civilização Cristã* em que expõe sua fervorosa crítica ao materialismo e ao comunismo, exortando a sociedade aos valores da doutrina

²⁹ CARONE, E. op. cit., p. 201.

³⁰ Ibid., p. 202.

social cristã, a única capaz de resolver os problemas sociais inerentes à cultura brasileira.

Conforme D. João Becker, “para este combate pela civilização e pela pátria, ameaçada pela barbárie comunista [...], deve-se defender a Constituição Federal vigente [...], enquanto esta defender os princípios cristãos; combater toda atuação direta ou velada do comunismo; lutar pela separação, por processos legais, das injustiças que viciam a atual ordem social e econômica. A Ação Social Brasileira não se envolverá em prélios eleitorais, quando estes não interessarem diretamente à defesa dos princípios fundamentais que a orientam; mas pugnará pela exaltação do sentimento brasileiro, pela criação de uma consciência mais viva da nossa dignidade no conceito internacional, sem prejuízo do culto da solidariedade cristã, que irmana os povos”³¹.

Com base no exposto acima, é possível perceber que antes de sua emergência e ascensão à vida política nacional, a Ação Integralista Brasileira fora precedida por muitos movimentos políticos que veiculavam discursos fortemente marcados pela influência do fascismo italiano. Outra questão importante a destacar é que, esses discursos, sobretudo, quando se tratava do anticomunismo e do imperialismo, iam ao encontro de amplos setores sociais. A Sociedade de Estudos Políticos (SEP), instituição da qual surgiu a AIB, parece ter conseguido, com muita eficiência, se articular com as lideranças políticas desses movimentos e centralizar no Manifesto de Outubro os anseios dos diversos segmentos sociais, que até então estavam divididos entre os diversos clubes, facções e partidos políticos que apresentavam alternativas à situação político-econômica vigente no Brasil.

Outro grande mérito dos dirigentes da AIB foi a capacidade de fundir em um movimento unificado e centralizado características de cada uma dessas organizações. “A aglutinação desses vários atores políticos de diferentes regiões do país foi primordial para o crescimento do capital político dos integralistas”. Devido a essas e outras estratégias, a AIB se tornou, num intervalo de tempo ínfimo, uma força política de caráter nacional com núcleos organizados em quase

³¹ **A Platéia**, 25-10-1930; **O Estado de São Paulo**, 23-7-1935; **Correio da Manhã**, 23-7-1935

todas as regiões do Brasil. Isso permitiu ao movimento crescer exponencialmente ainda nos primeiros anos após o seu surgimento.

2.3 A emergência e expansão da Ação Integralista Brasileira

Embora se envolvesse com a política desde muito cedo, a carreira política de Plínio Salgado parece somente ter tomado relevância a partir de 1918, quando ele ajuda a fundar o Partido Municipalista, em São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo. Na década de 1920, ele se torna redator do jornal *Correio Paulista* e se filia ao Partido Republicano Paulista, pelo qual é eleito deputado. Como escritor, lidera o movimento nacionalista denominado “Anta e o Curupira”. Nesse mesmo período, Plínio Salgado começou a manifestar sua insatisfação com relação à política do partido, razão pela qual “em 1929, após a candidatura presidencial de Júlio Prestes e fala-se vagamente que participa da Ação Nacional Renovadora, movimento contrário ao PRP”³².

No entanto, sua atitude de subserviência para com os grupos agrários dominantes de São Paulo se estenderá até 1930, quando o poder político das oligarquias foi suprimido em virtude da Revolução. Nesse mesmo ano, Plínio Salgado, na condição de preceptor de Joaquim Carlos de Souza Aranha, viaja à Europa. Dentre os lugares que visita no Velho Mundo, merece destaque Portugal e Itália. É aqui que Plínio conceberá seu futuro projeto para “moralizar” a vida política no Brasil.

Como ele próprio diz

“[...] numa tarde de junho, depois de ter visto toda a Itália Nova, depois de a ter julgado com todo o rigor, eu me vi, no Palácio Venezia, frente a frente com o gênio criador da política do futuro. Era Mussolini. Esse homem criara a Nova Itália [...]. Lembro-me bem das palavras da minha despedida. Mussolini lera no meu olhar meu grande amor pelo meu Brasil. Augurou-me os mais completos triunfos à mocidade do meu país. E concitando-me a não esmorecer no entusiasmo e na fé pelo futuro do

³² CARONE, E. op. cit., p. 204.

Brasil, pediu-me que fizesse justiça à sua Itália”. (SALGADO, 1932, p. 205)

Ele retorna no dia 4 de outubro de 1930, num momento em que explode a Revolução de 1930. Após um período conturbado, Plínio, sob a direção de Alfredo Egydio de Souza Aranha, escreveu para o jornal “A Razão”, no qual desenvolve suas idéias políticas³³. Em 24 de fevereiro de 1932, Plínio Salgado ajudou fundar a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), entidade criada em 12 de março de 1932, composta de número considerável de elementos liberais e intelectuais paulistas, na qual se realizam calorosos debates acerca da realidade político-social brasileira, visando, entre outras, fazer uma campanha de ação prática voltada a se infiltrar em todos os segmentos da sociedade.

Conforme Salgado, “a SEP foi criada para discutir os problemas do Brasil com o propósito de empreender uma campanha de salvação nacional³⁴”. A AIB surgiu como seção da SEP para cumprir um esforço, sobretudo, cultural. Seu objetivo consistia em preparar a juventude segundo o magistério moral e cívico, instruindo o povo brasileiro acerca do que lhe convém saber de sua tradição, de suas realidades, de suas possibilidades etc. Para tanto, deveria promover cursos, conferências, centros de pesquisa e de estudo dos problemas nacionais e humanos³⁵.

Em junho de 1932, já estava pronto o Manifesto da AIB, o qual, no entanto, só foi lançado no dia 7 de Outubro devido à Revolução Paulista de julho. Após ser levado ao público, de imediato aderem ao movimento os grupos mineiros de Olbiano de Melo, uma parte dos membros da *Ação Social Brasileira* (Partido Nacional Fascista) e da *Legião de Outubro*. “O crescimento inicial do movimento é grande devido aos focos fascistas existentes no Brasil”³⁶.

O segundo núcleo foi inaugurado ainda no dia 9 de Outubro de 1932, em Teófilo Otôni, Minas gerais, por Olbiano de Melo. Em novembro, Oto Guerra, Andrade

³³ Ibid., p. 206.

³⁴ SALGADO, P. op. cit., p. 142.

³⁵ Ibid., p. 61.

³⁶ CARONE, E. op. Cit., p. 206.

Lima Filho e outros acadêmicos do curso de Direito, lançam o Manifesto do Recife. No mesmo mês, João Alves dos Santos e outros lançam o movimento na Bahia. Em dezembro, oficializa-se o integralismo no Ceará, com o Padre Helder Câmara, Ubirajara Índio do Brasil e o Tenente Jeovah Mota. Em abril de 1933, abre-se núcleo no Distrito Federal, com Belmiro Valverde, Arthur Thompson Filho, José Madeira de Freitas, Thiers Martins Moreira, San Thiago Dantas, Antônio Galloti, Hélio Viana, Américo Jacobina Lacombe³⁷.

“Nos meses seguintes outras cidades fundam seus núcleos, mas é a formação de “Bandeiras Integralistas” que dá novo dinamismo ao movimento: em agosto de 1933, Plínio Salgado, Gustavo Barroso e outros, embarcam para o Norte do país, tendo feito conferências em Campos, Vitória, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, Paraíba, Fortaleza, São Luís, Belém e Manaus, sendo fundados núcleos em algumas cidades” (CARONE, 1982, p. 206).

Com efeito, começaram a surgir “províncias integralistas” em quase todo o país, com destaque para as províncias do Ceará, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, do Distrito Federal, do Recife, do Maranhão, do Rio Grande do Norte e a da Bahia, Esta última foi considerada a segunda província integralista em nível nacional devido à quantidade de núcleos organizados e ao número de filiados, perdendo somente para a de São Paulo, província em que havia o maior contingente de adeptos do movimento integralista e inúmeros núcleos municipais e distritais tanto na capital quanto no interior.³⁸

Assim, as “bandeiras-integralistas” contribuíram, sobremaneira, para a ampliação do número de adeptos e núcleos organizados em todo o país. Entre 1932 e 1934, a A.I.B. se consolidou como uma organização de nível nacional, chegando a congregar um contingente de um milhão de brasileiros organizados em torno de milhares de núcleos municipais e distritais.

³⁷ Ibid., p. 206

³⁸ **Monitor Integralista**, pg. 4, 20/2/1937.

2.4 Sobre os conflitos endógenos ao movimento

A AIB não esteve isenta de conflitos internos. Na verdade, a cúpula do movimento não conseguiu impedir que este entrasse em crise e ocorressem cisões contínuas, algumas tendo resoluções drásticas. A fim de evitar sua dissolução, a AIB foi extremamente severa com aqueles que pediam para ser excluídos ou que abandonavam o movimento. Conforme Cavalari, “[...] o abandono do Movimento ou o pedido de exclusão eram considerados traição e equivaliam à expulsão³⁹”.

O ato de expulsão, morte simbólica do militante, acontecia na sala principal da sede do núcleo a que pertencia o ex-membro. Nessa ocasião, a autoridade local pronunciava aos presentes: “Integralistas, nosso companheiro (nome) é morto; ele faltou à sua fé e à sua palavra de honra”. Os integralistas presentes respondiam: “Seja esquecido”. Em seguida o nome do excluído era transcrito no livro de exclusões, sendo sua ficha queimada na presença de todos⁴⁰. Sem dúvida, o propósito de tão desonrosa cerimônia era coibir dissidências e evitar baixas nas fileiras do Sigma.

O primeiro grande conflito no interior da cúpula da AIB originou-se da dificuldade de introduzir no partido o *princípio do chefe*. Isso porque nem todos os dirigentes dos movimentos que precederam o Integralismo, e que aderiram a AIB, aceitaram a liderança única e inquestionável de Plínio Salgado. Foi o caso do Tenente Severino Sombra, fundador da Legião Cearense do Trabalho.

Severino Sombra foi o grande responsável pela organização e expansão da *Legião Cearense do Trabalho*. Contudo, devido à sua posição política fortemente marcada pela influência da escola antiliberal de Jackson de Figueiredo⁴¹, ele se nega a participar da Revolução de 1930 por causa de seu caráter essencialmente

³⁹ CAVALARI, R, op. cit., p. 171.

⁴⁰ Ibid., p. 172

⁴¹ Jackson de Figueiredo é um pensador católico brasileiro nascido em Aracaju no final do século XIX que combateu violentamente as idéias liberais e o socialistas, sendo um dos responsáveis pela revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, destinado a difundir, especialmente entre as classes cultas, os princípios da Igreja Católica. Foi no período entre 1922 e 1925 que Figueiredo foi mais ativo na vida política brasileira.

liberal. Em 1932, Severino Sombra é exilado para Portugal por ter apoiado a Revolução Paulista. Com isso, seu movimento passou a ser dirigido pelo Padre Helder Câmara e o Tenente Jeovah Mota, os quais, à revelia de Severino, aderem à recente AIB e, assim, Plínio, sem grandes resistências, consegue impor sua chefia única ao movimento⁴².

Severino Sombra retorna de seu exílio em 1934, na véspera da partida da delegação carioca e paulista para Vitória, Espírito Santo, onde se realiza o 1º Congresso Integralista entre os dias 28 de fevereiro e 1º de março, e no qual se definiu a organização hierárquica e as funções dos quadros do partido. Severino discordou da realização do Congresso, receoso do não comparecimento das outras delegações, isto é, a de Minas Gerais, a da Bahia e do Ceará. Porém, Plínio Salgado não concorda com a posição de Severino e alega que a decisão acerca da realização ou não do evento assiste aos congressistas, o que leva Severino a denunciar o caráter manipulatório das articulações levadas a efeito “nos bastidores” da AIB⁴³.

Com efeito, Severino rompeu com a AIB alegando “não concordar com uma chefia unipessoal para o Integralismo, que, no seu entender, já estava combinado entre as delegações paulista e carioca, à revelia das de Minas, Bahia e Ceará”⁴⁴. Ele propôs que a direção do movimento em vez de uma chefia única fosse exercida por um triunvirato formado por Plínio, Olbiano de Mello e Gustavo Barroso, tendo ele como secretário-geral do partido. No entanto, a delegação de Minas Gerais de Olbiano de Mello e a do Ceará liderada pelo Tenente Jeovah Mota comparecem ao Congresso e aprovam a moção dizendo que o “movimento não deveria ter direção tripartite, mas sim única”⁴⁵.

Outro membro que ocupa cargo de grande importância, e que se desiludiu com o Integralismo é Jeovah Mota. Sua saída acarreta também a retirada do grupo

⁴² CARONE, E. op. cit., p. 213.

⁴³ MELO, O. op. cit., p. 75.

⁴⁴ Ibid., p. 76

⁴⁵ CARONE, E. op. cit., p. 73.

paulista, entre os quais merece destaque Gilberto Chaves, Paulo Zing, Constantino Ianni, José de Lima Franco.

Jeovah Mota justifica seu afastamento da AIB, alegando que existe um verdadeiro abismo entre o discurso e a práxis política do partido. “O integralismo, como doutrina e organização já não me parece capaz de traduzir, em termos de política concreta, as necessidades da nação brasileira [...]. Meu integralismo formou-se ao rude sopro das reivindicações populares, das lutas da Legião Cearense do Trabalho e foi sempre, acima de tudo, o anticapitalismo, a não transigir com os hábitos e os ideais da vida burguesa, como a opressão das forças econômicas e sociais dominantes. A convicção a que cheguei é a de que a Ação Integralista Brasileira, tanto pela sua doutrina como pela sua organização, não é, e não poderá ser, instrumento adequado desses meus ideais e ímpeto; a compreensão a que hoje me rendo de que nele, na realidade, não há lugar para a ampla e intensa ação proletária sindical”⁴⁶.

A cisão de Jeovah Mota é muito mais grave que as outras, inclusive mais do que a de Severino Sombra, pois aquele era o chefe provincial de São Paulo. Aqui vale destacar a violência perpetrada contra as dissidências no partido, principalmente, contra aqueles que ocupavam cargos na cúpula do movimento. É o caso também de Décio Farah, chefe integralista de Jacutinga, Minas Gerais.

Décio Farah também se desvincula do movimento e lança um manifesto, o que provoca a reação dos integralistas locais. Décio vai ao encontro destes para dar explicações, mas leva um tiro e morre. Seu irmão e dois amigos, que rompem com o movimento, também são assassinados⁴⁷.

Outro caso de violência ocasionado devido à cisão no partido é o de Ovídio Cunha, um dos fundadores do Integralismo no Distrito Federal: “depois de

⁴⁶ **O Estado de São Paulo**, 8-6-1937. In Edgard Carone, **A Segunda República**, pp. 214-215.

⁴⁷ CARONE, E. op. cit., p. 212.

discordar do chefe nacional e de alguns líderes, é raptado e levado para o bairro da Tijuca onde é covardemente espancado⁴⁸.

O que se verifica aqui é algo semelhante ao que aconteceu nos partidos fascista e nacional-socialista, porém em uma escala reduzida. Os membros que reclamavam uma “revolução social” eram expurgados e perseguidos pelo partido. Isso desmistifica uma idéia muito difundida de que o Integralismo era um movimento político coeso. Na verdade, Plínio Salgado enfrentou muitas dificuldades para estabelecer o *princípio do chefe*. Essas dificuldades podem estar relacionadas ao fenômeno do regionalismo ainda muito forte no Brasil da década de 1930, bem como a existência de precários meios de transporte e comunicação na época. Esses e outros fatores devem ter, em grande medida, contribuído para dificultar ainda mais a formação e consolidação das alianças, e isso foi determinante para a eclosão dos eventos que acarretaram, por exemplo, o malogro do golpe de 1938 e que culminou na dissolução do movimento.

2.5 Análise da Ideologia do Partido Integralista.

Pode-se dizer que a gênese da ideologia integralista remonta à experiência modernista de Plínio Salgado, ou seja, sua participação no movimento Verde-Amarelo, no qual Salgado, ao lado de Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Raul Bopp e outros reagiram vigorosamente contra o forte predomínio das representações artísticas “importadas” da Europa e impressas nas artes brasileiras, bem como às reivindicações estéticas do grupo Pau-Brasil, composto por Mário de Andrade, Rubens de Moraes, Camargo Aranha, Guilherme de Almeida, Oswald de Andrade, entre outros⁴⁹.

⁴⁸ Olibano de Mello, **A Marcha da revolução Social no Brasil**, pp. 71-73. In Edgard Carone, **A Segunda República**, p. 214.

⁴⁹ TRINDADE, Helgio. **Integralismo: (o fascismo brasileiro na década 30)**. 2. ed. rev. e ampl. - São Paulo: DIFEL, 1979. p. 44.

Salgado e seus colaboradores criticavam o que chamavam de “nacionalismo afrancesado”. O movimento Pau-Brasil, ao longo de sua rápida duração, sempre recebeu colaborações de artistas modernos estrangeiros e olhava para o movimento renovador na Europa do pós-guerra como um ponto de referência para a renovação cultural no Brasil. Seus integrantes estavam diretamente influenciados pelos modernismos europeus, principalmente, o futurismo, o expressionismo, o dadaísmo e o surrealismo.

Essas divergências entre os movimentos Pau-Brasil e o Verde-Amarelo, a princípio se limitavam à experiência estética da representação artística, porém logo tomarão dimensões políticas⁵⁰. Acompanhando o desenvolvimento da Revolução de 1930 em marcha, esses grupos acabam se polarizando. Conforme se intensificava a luta política dentro do próprio processo revolucionário, o desenrolar dos eventos dividiam os artistas, os quais eram também a expressão intelectual do período. De um lado ficaram os que se aproximavam dos ideais revolucionários do proletariado, e do outro aqueles que se identificam mais com as propostas da direita. Esta se mostra cada vez mais reacionária e exige uma ideologia e uma expressão intelectual contra-revolucionária, o que impele, por reação, uma parte dos intelectuais de vanguarda para o proletariado. Com efeito, enquanto uma ala evolui para a esquerda, aproximando-se dos trabalhadores, a outra acaba se dirigindo para a direita e para as posições da pequena-burguesia que se desembocará em um tipo de ideologia fascista: o integralismo brasileiro.

Salgado e seu grupo exaltavam o que havia de pitoresco e genuíno nas raízes nacionais. Eles propõem uma visão ufanista da cultura brasileira a fim de construir uma verdadeira nacionalidade a partir da valorização das tradições indígenas e folclóricas, em defesa do “homem primitivo”, das raízes brasileiras. Essa experiência deixará traços indeléveis na personalidade de Salgado, pelo menos no que toca seu sentimento de forte nacionalismo⁵¹.

⁵⁰ SALGADO, Plínio. **Literatura e Política**, São Paulo, Editorial Helios, 1927, pp. 19-21.

⁵¹ TRINDADE, Helgio. Op. cit., p. 46.

Conforme Trindade, a análise da ideologia integralista deve partir da investigação da concepção do homem, da sociedade e da história, sem prescindir da análise das características da organização social e política do Estado Integral; a posição do partido com relação aos adversários a serem combatidos e a posição dos teóricos e militantes integralistas com relação ao fascismo europeu⁵².

Salgado apregoava que o homem tem um fim em si mesmo e sua estatura moral deve ser avaliado por seu trabalho e seu sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade. A partir de sua concepção de trabalho como esforço sagrado que estabelece entre os homens uma solidariedade interdependente e os aproxima de Deus, Salgado concebe seu modelo sociedade harmoniosa, a qual resultaria de sua organização hierárquica.

Nessa sociedade, harmonia e hierarquia seriam indissociáveis. Nesse sentido, o fundamento espiritualista da ideologia integralista inspira-se na concepção tradicional da doutrina social católica, o que aproxima o integralismo mais dos fascismos conservadores – o português (Salazarismo), o espanhol (Falange Espanhola) e o belga (Rexismo) - que do vago fascismo italiano ou o nacional socialismo alemão⁵³.

Partindo-se dessa concepção de homem e de sociedade deriva-se a “finalidade histórica do integralismo”. Para Salgado “a história é a crônica do desenvolvimento e da transformação do espírito dos Povos numa aspiração de perfectibilidade”⁵⁴. Com efeito, o bem e o mal resultam da exposição da humanidade ao espiritualismo e ao materialismo. Quando o espiritualismo predomina, a luta se atenua, porque fatores de apaziguamento (a bondade, a solidariedade humana, o senso estético e religioso) entram em sua composição; quando, porém, reina o materialismo, prevalecem os fatores de desagregação humana (o orgulho, a vaidade, a rebelião, a indisciplina) que são as causas do desaparecimento das nações e das civilizações⁵⁵.

⁵² Ibid. p. 199.

⁵³ Ibid., p. 200.

⁵⁴ SALGADO, Plínio, **Psicologia da Revolução**, Rio, Livraria Clássica Brasileira, 1953, p.14.

⁵⁵ TRINDADE, H. op. Cit., p. 202.

Em seu livro *A Quarta Humanidade*, de 1934, Salgado estabelece as linhas gerais da evolução da humanidade. Esta pode ser dividida em três fases, as quais são regidas por três princípios. A primeira foi a humanidade politeísta, que existiu até o surgimento do cristianismo. Seu princípio básico era o da fusão dos clãs, regido por crenças, tradições e costumes. A segunda foi a “humanidade monoteísta”, baseada no princípio da integração que se desenvolve historicamente na Idade Média; aqui se estabelece uma “idéia totalitária que abarca toda a compreensão do Universo e de todos os movimentos humanos”. Por último, há a “terceira humanidade”, cujo advento coincide com o Renascimento, cujo fundamento está alicerçado no princípio da “desagregação” e no ateísmo, o que explica o caos do mundo moderno⁵⁶.

Juntamente com Gustavo Barroso, em seu ensaio *O Quarto Império*, de 1935, Salgado sugere que a nova era humana será a síntese das outras três que a precederam, onde se realizará o *Homem Integral* penetrado do sentido profundo do Cosmo, como a Primeira Humanidade; iluminado pelo Verbo Divino, como a Segunda; senhor dos elementos, como a Terceira. “A história é, pois, para o integralismo, uma sucessão de fatos sob a influência da “Idéia Criadora”, a qual engendra o progresso histórico”⁵⁷.

A ligação entre a filosofia da história e a concepção do homem e da sociedade se estabelece através da idéia de Revolução. Conforme Salgado, “o progresso do Espírito Humano realiza-se ao ritmo das revoluções”. Porém, a revolução integralista tem a finalidade de construir “uma cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiro” tanto do ponto de vista político-social quanto do econômico-cultural. De fato, a concepção integralista de revolução estava alicerçada sobre três aspectos fundamentais, sendo ao mesmo tempo ética, pois é um ato moral que visa à busca humana do absoluto; elitista porque procede do homem excepcional que encarna a nova idéia engendrada pela elite; e heróica, pois, é um movimento em si juvenil, de eterna juventude de heróis⁵⁸.

⁵⁶ SALGADO, Plínio, *A Quarta Humanidade*, in *Obras Completas*, vol. V, São Paulo, Ed. Das Américas, 1955, p. 33.

⁵⁷ TRINDADE, H. op. Cit., pp. 203-204.

⁵⁸ Ibid., p. 209.

Partindo de um princípio teleológico segundo o qual há uma finalidade superior, espiritual e moral na existência humana, Salgado constrói sua concepção do Estado, que, em seu entendimento, é a “força suprema interveniente nos rumos e finalidades sociais [...]”. Sua função precípua consiste em garantir a propriedade e a iniciativa privadas, demarcando os limites do exercício das liberdades individuais, segundo os interesses gerais e nacionais. Nesse sentido, o “Estado deve absorver todas as energias da Nação com o propósito de impor uma finalidade humana aos povos”⁵⁹.

A idéia de Estado inserida no *Manifesto* é a de uma “superestrutura” autoritária, coroando a concepção espiritual-nacionalista contida no discurso da A.I.B. O Estado Integral visa estabelecer o equilíbrio social indispensável à vida do homem em sociedade. Enquanto para Salgado, o Estado resulta da organização dos grupos naturais, dentre os quais o mais importante é a família, para Reale, secretário de doutrina e um dos principais teóricos do integralismo, a base da construção estatal é a organização sindical. No entanto, ambos concordam que a finalidade do Estado é realizar a unidade nacional. Com efeito, o Estado Integral deve ser livre de todo e qualquer princípio de divisão, como, por exemplo, partidos políticos, federalismo e estadualismo em luta pela hegemonia; lutas de classes etc, o que deixa evidente a influência das concepções de Estado em voga na década de 1930⁶⁰.

Dentre os inimigos a serem combatidos pelo integralismo merece destaque a ideologia burguesa, o socialismo e o comunismo. A princípio, a investida do integralismo é mais dirigida contra o liberalismo do que contra o socialismo e o comunismo. Isso porque, no entendimento dos seus principais teóricos, o liberalismo é o responsável direto pelo surgimento de todos os outros movimentos materialistas a serem combatidos, inclusive o socialismo e o comunismo.

⁵⁹ Sobre o Estado Integral, ver: SALGADO, Plínio. **A Verdadeira Concepção do Estado**, *A Razão*, 4 de setembro de 1931.

⁶⁰ TRINDADE, H. op. Cit., p. 220.

Para Salgado, o Estado liberal, “nasceu a serviço das classes dominantes”, sendo, por excelência, um Estado opressor e unidimensional, pois além de encarar o homem somente como uma mera expressão política, se nega a intervir na organização da sociedade para superar as desigualdades e os conflitos. Com efeito, em sua concepção, a democracia, enquanto baluarte da representação burguesa da vida política, é a liberdade em desordem, em suicídio, daí seu ataque incessante a ela.

Em sua crítica ao capitalismo, ele destaca não somente os malefícios causados pelas máquinas, no controle da natureza pelo homem, mas também a ameaça à própria ordem econômica pela concentração capitalista. Conforme Salgado, “é o capital [...] que ensaia a sua tirania na forma dos grandes trustes, dos monopólios, dos grupos financeiros [...] e que se dirige para o capitalismo de Estado, numa velocidade cada vez mais enervadora”⁶¹. Vale lembrar, no entanto, que este anticapitalismo se traduz, sobretudo, no combate ao capitalismo financeiro internacional, responsável pelas crises financeiras não só no Brasil, mas em grande parte do mundo.

O integralismo propõe-se a reformar o capitalismo em três níveis: primeiro, subordinando a produção aos “interesses nacionais”, a fim de romper seus vínculos com o capitalismo internacional; segundo, estabelecer o controle do Estado sobre a economia; terceiro, introduzindo uma finalidade ética no desenvolvimento econômico. Seu objetivo nesse plano é que a “técnica capitalista” assuma uma “função eminentemente social”. Para tanto, urge-se transformar o capitalismo liberal clássico num capitalismo nacional e social controlado pelo Estado Integral⁶².

Quanto ao anti-socialismo, sua importância atribuída no conjunto de textos ideológicos integralistas é paradoxalmente pequena se comparada à expressiva quantidade de textos dedicados ao antiliberalismo. Quanto ao comunismo, Salgado dedica pouca atenção ao seu combate, pois “o inimigo principal na época

⁶¹ Ver: SALGADO, Plínio, **O Rumor da Procela**. In: *A Razão*, 18 de setembro de 1931.

⁶² TRINDADE, H. op.cit., p. 235.

era o liberalismo”. “A atmosfera política era de tal forma marcada pelos riscos de um retorno à experiência liberal-democrática [...] que a idéia da ameaça comunista se diluía em seu espírito”⁶³.

O livro que trata de um ponto de vista ideológico o que é o comunismo foi escrito, como obra de propaganda, pelo médico Wenceslau Júnior, chefe do integralismo numa pequena cidade do interior de Minas Gerais. No seu livro *O Integralismo ao Alcance de Todos*, como o próprio título sugere, há mensagens dirigidas às mães, aos pais, aos agricultores, aos trabalhadores, às crianças e à juventude.

Nesse livro, o autor afirma que o integralismo vai transformar o país e extirpar para sempre o comunismo do Brasil. Ao se dirigir às crianças, indaga-as: “Você sabe o que é o comunismo?” “O comunismo é uma porção de homens que também querem tomar conta do governo do Brasil, para judiar com os seus pais e desrespeitar a sua mãe e as suas irmãs. Se o comunismo vencer, você não será mais de seu pai. Pertencerá ao governo. Não morará mais em sua casa; não viverá com seus irmãos; não poderá tomar a bênção de seu Pai e de sua Mãe. O comunismo acabará com a tua Família”⁶⁴.

É possível conceber a repercussão desse livro no imaginário do homem comum, desprovido de razoável discernimento que lhe permitisse avaliar criticamente o conteúdo ideológico proferido nesses enunciados. É, por isso, que o anticomunismo se tornou uma das principais causas da adesão ao Integralismo.

No que toca a posição do Integralismo quanto ao fascismo, o melhor indicador para analisar a posição oficial do movimento seria, sem dúvida, os escritos de Miguel Reale⁶⁵. Em um artigo intitulado “*Nós e os fascistas*”, publicado em 1936, na revista *Panorama*, Reale define as relações existentes entre o integralismo brasileiro e o fascismo europeu. Ele não dissimula a importância que atribui ao fascismo italiano face a outros movimentos do gênero.

⁶³ Ibid., p. 92.

⁶⁴ WENCESLAU, Júnior, **O Integralismo ao Alcance de Todos**, São Paulo, Sociedade Imprensa Brasileira, 1936, pp. 87-90.

⁶⁵ TRINDADE, H. op. Cit., p. 245.

A princípio, ele destaca os pontos em comum entre os dois movimentos. Em seu entendimento, o integralismo aceita do fascismo seus conteúdos mais revolucionários como “o nacionalismo, a orientação superior do Estado, a base sindical-corporativa e o princípio da solidariedade social”, mas impõe-lhe, em seguida, uma restrição fundamental, ou seja, o respeito aos “direitos fundamentais da pessoa humana”. A originalidade reivindicada pelo integralismo é de ser, enquanto movimento e doutrina, mais “espiritualista” do que “vitalista”⁶⁶.

Embora Reale reconheça a existência alguns princípios fascistas no integralismo, ele indica aspectos do fascismo que a AIB deve rejeitar. “A norma geral é que os princípios universais do fascismo devem ser adaptados às condições do meio. O integralismo não deve assimilar os aspectos locais do fascismo, nem as formas de sua implantação na Itália”⁶⁷.

A posição mais explícita de inspiração do fascismo italiano está impressa nas atitudes de Olbiano de Mello, que pretendia fundar um partido fascista, em Minas Gerais, antes da Ação Integralista Brasileira. De acordo com Trindade, “nem ele nem Sombra podem negar a inspiração fascista de seus movimentos, ainda que este tenha combinado o catolicismo social contra-revolucionário com o fascismo italiano”⁶⁸.

Esses e outros temas como o nacionalismo, o cosmopolitismo e a consciência nacional, que foram exaustivamente discutidos no seio da AIB cumpriram uma finalidade muito importante para a composição do movimento. Esses temas já vinham sido proferidos pelos movimentos que precederam a AIB, de sorte que, na década de 1930, as pessoas já estavam de certa forma preparadas para ouvi-los e assimilá-los. Evocar reiteradamente esses temas foi uma estratégia muito importante para conquistar a adesão de milhares de pessoas ao movimento, em todo o Brasil.

⁶⁶ Ibid., p. 250.

⁶⁷ Ibid., p. 251.

⁶⁸ Ibid., p. 252.

2.6 Da adesão ao movimento.

A AIB engendrou um conjunto bem articulado de dispositivos visando conquistar a adesão de novos prosélitos ao movimento. Através inúmeras entidades sistematicamente articuladas, a AIB infiltrava-se em diferentes espaços da vida social. Com isso, Ela conseguia tanto arregimentar cada vez mais novos adeptos às suas fileiras, quanto difundir, a doutrina do sigma a uma parcela considerável da sociedade brasileira, tornando-se, assim, o primeiro movimento de massa do Brasil.

A utilização de símbolos, ritos, impressos, sessões doutrinárias e recursos radiofônicos servia não somente para padronizar o pensamento e o comportamento dos militantes, unificando, assim, o movimento, eles também contribuíram para a difusão da doutrina a nível regional e nacional. Uma vez que ela devia acompanhar todos os acontecimentos mais significativos da vida dos militantes, desde o nascimento até a morte, logo foram concebidos rituais especiais para os batismos, casamentos e falecimentos.

A primeira cerimônia era o batizado integralista, o qual acontecia simultaneamente ao batismo cristão. Nessa ocasião, todos os integralistas, presentes, sempre devidamente uniformizados, erguiam o braço, em silêncio, no momento em que a criança recebia a bênção do sacerdote. “Ao final do ato religioso, a criança deveria ser envolta na bandeira integralista, e, fora do recinto da igreja, ser apresentada pelo pai ou pelo padrinho aos presentes”⁶⁹.

Nos casamentos existiam rituais tanto para o ato civil, quanto para o religioso. Nos dois casos, todos os integralistas, homens e mulheres, deviam comparecer ao evento vestindo o uniforme do Sigma, “revestindo-se de todas as insígnias a que tiverem direito”, e, quando os atos fossem solenes, formavam-se alas por onde passariam os noivos. “As Bandeiras Nacional e do Sigma deveriam ser

⁶⁹ CAVALARI, R. op. cit., p. 173.

colocadas em lugar de destaque na sala onde se realizava a cerimônia, simbolizando o altar da Pátria⁷⁰.

Quanto às cerimônias fúnebres, merece destaque o caráter de perpetuidade e de imortalidade que se pretendia imprimir à militância e ao movimento. Para tanto, difundia-se a idéia de que o integralista era eterno, isto é, “não morria, mas era transferido para a milícia do além!”. Nesse sentido, o caixão deveria ser coberto por uma Bandeira Integralista, podendo, em alguns casos, de acordo com a situação oficial do morto, levar ainda a Bandeira Nacional. Ao entrar na câmara onde estava sendo velado o companheiro morto, os integralistas perfilavam-se e erguiam o braço durante dez segundos⁷¹.

A AIB proporcionava também inúmeras situações para que seus militantes estivessem sempre reunidos. Para isso foram criados os “feriados integralistas”, os quais eram comemorados com rituais especiais. As “festas integralistas” visavam especificamente comemorar as datas mais importantes do Integralismo, ou seja, o dia 28 de fevereiro, em que acontecia a “Vigília da Nação” para comemorar o I Congresso Integralista, realizado em Vitória, no ano de 1934; o 23 de abril em que se festejavam as “Matinas de Abril”, para homenagear o primeiro desfile dos camisas-verdes, em São Paulo, em 1933; e o 7 de outubro, data em que acontecia a “Noite dos Tambores Silenciosos” para celebrar o lançamento de Manifesto de Outubro⁷².

De acordo com Cavalari, essas festas deveriam ocorrer à mesma hora em todos os Núcleos da AIB, em todo o território nacional. Através dos rituais previstos para essas cerimônias, determinados pontos doutrinários eram reiterados, como, por exemplo, a idéia de que só no Integralismo reside a salvação nacional; que o integralista é o grande construtor da Pátria e sua vitória era inevitável.

Note-se que, para o movimento, não havia razão que justificasse a não-realização desses eventos. Após o término dessas cerimônias, deveria ser enviado um

⁷⁰ Ibid., p. 174.

⁷¹ Ibid., pp. 176-178.

⁷² Ibid., p. 181.

telegrama à Chefia Nacional comunicando a sua realização e o número de participantes, a fim de que essas informações fossem divulgadas pelos impressos da AIB.

Os símbolos e ritos integralistas, os desfiles, as camisas-verdes e o anauê cumpriam a função elementar de desenvolver os sentimentos de coletividade, uniformidade e padronização entre os militantes, mas também provocavam a perplexidade dos espectadores, sobretudo dos indecisos. O espetáculo estético produzido pela representação da ordem, da coesão e da força, ainda que estas se manifestem apenas enquanto “aparência”, imprime no espectador o sentimento de “impacte”. De acordo com Poulantzas “impacte” compreende “(...) toda uma gama diversificada, que vai da adesão ativa e quase incondicional ao apoio circunstancial e à resignação passiva”. Com efeito, esses dispositivos cumpriam uma função política e, principalmente, estética no movimento. Os uniformes, as saudações, os desfiles promoviam o espetáculo das representações despertando a curiosidade e a simpatia de muitas pessoas.

É um fato inequívoco que muitas pessoas aderiram ao Integralismo não por convicções políticas bem definidas e estruturadas, mas simplesmente por desejarem participar de algo “novo” e que lhes parecesse fazer sentido.

A AIB visava penetrar em todas as esferas da vida social, prestando serviços de utilidade pública, que até então vinha sendo negligenciados pelo Estado, por isso buscou também arregimentar aqueles segmentos sociais que, de certa forma, eram desassistidos pelo poder público. Nesse sentido, ela foi pioneira no processo de aproveitamento das energias femininas para a divulgação da doutrina, conforme a estrutura organizacional da AIB. Para tanto fundaram a Secretária Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos (S.N.A.F.P.).

A S.N.A.F.P. era composta pelos Departamentos Femininos e dos Plinianos. Enquanto o Departamento Feminino tinha por objetivo arregimentar, orientar e controlar as atividades femininas no Movimento, o Departamento dos Plinianos visava reunir, disciplinar, e educar através da escola ativa, todos os brasileiros, de

ambos os sexos, até 15 anos de idade, de modo a realizar o seu aperfeiçoamento moral, cívico, intelectual e físico⁷³.

O Departamento Nacional Feminino era composto por cinco Divisões: *Expediente*; *Cultura Física*; *Educação*; *Estudos*; e *Ação Social*, cada um cumprindo uma função específica. A *Divisão de Expediente* era responsável por manter e dirigir todo o serviço de expediente do Departamento. A *Divisão de Cultura Física* incumbia-se da manutenção de aulas de ginástica e prática dos esportes apropriados ao sexo feminino. A *Divisão de Educação* deveria orientar as atividades femininas nos setores de Alfabetização, Enfermagem, Puericultura, Dactilografia, Culinária, Corte e Costura, Boas Maneiras, Contabilidade Caseira e Economia Doméstica. A *Divisão de Estudos* promovia e orientava cursos especializados de Sociologia, Filosofia e Pedagogia, assim como conferências sobre Literatura, Arte e Formação Moral e Cívica. Por último, a *Divisão de Ação Social*, responsável pelo melhoramento material e moral da família brasileira⁷⁴.

Por seu turno, o Departamento dos Plinianos subdividia-se em seis Divisões: de *Expediente*; de *Estudos*; de *Educação*, de *Escolas de Férias*; de *Divertimentos*; e de *Escotismo*. De acordo com Cavalari, a *Divisão de Estudos* compreendia as seções de Jardins de Infância, Alfabetização, Escolas Profissionais e Cultura Geral; A *Divisão de Educação* abrangia a Educação Integralista, Educação Esportiva, Educação Moral e Cívica, Educação Sanitária e Boas Maneiras; a *Divisão de Escolas de Férias* abrangia escolas de Campo, de Montanha e à Beira-Mar; a *Divisão de Divertimentos* compreendia parques infantis, cinemas, teatros e circos, feiras e excursões, visitas a estabelecimentos, fábricas e museus, jogos esportivos, recreativos e educativos. E, finalmente, a *Divisão de Escotismo*, que compreendia uma Seção Técnica e uma Seção de Serviço. A primeira abrangia os Serviços de Organizações, Operações e Instrução; e a segunda compreendia os de Intendência, Saúde e Disciplina e Justiça⁷⁵.

⁷³ Ibid., p. 66.

⁷⁴ Ibid., p. 67.

⁷⁵ Ibid., p. 70.

Os integralistas fundaram também inúmeras escolas de alfabetização e ensino profissional, bem como postos de saúde, voltados primordialmente aos pobres e aos menos favorecidos. Para as senhoras e senhoritas, funcionavam, em alguns núcleos, as Escolas de Corte e Costura, Enfermagem, Datilografia, Taquigrafia e outras⁷⁶.

Além desses organismos, os integralistas valeram-se abundantemente de impressos como jornais, revistas, panfletos e cartazes e foram pioneiros no emprego do rádio como um veículo de propaganda política. Além das publicações de circulação nacional – jornais *A Offensiva* e *Monitor Integralista* e das revistas *Anaûe* e *Panorama* – a AIB também contava uma rede de publicações de caráter regional.

“A palavra impressa, isto é, o livro e o jornal, ocupava um lugar de destaque na rede constituída pela A.I.B. Era, principalmente por seu intermédio, que a doutrina integralista chegava até ao militante. O livro veiculava as idéias produzidas pelos teóricos do partido e o jornal as popularizava. A doutrina mantinha-se viva para o integralista graças a sua materialização através do jornal. (CAVALARI, 1999, p. 79)

Para coordenar dezenas de publicações nacionais e regionais foi criado um organismo denominado Sigma-Jornais Reunidas. Essa estrutura, criada em 1935, subordinava-se à Secretaria Nacional de Propaganda, que, por sua vez, estava ligada diretamente à Chefia Nacional. Posteriormente, em quase todas as “Províncias Integralistas” surgiram publicações de caráter regional⁷⁷.

Os jornais que se dirigiam aos militantes do interior eram organizados de modo a reproduzir os conteúdos dos jornais maiores, editados nos grandes centros, onde se concentrava a elite dirigente do movimento, no caso, São Paulo e Rio de Janeiro. Outra característica da imprensa era o uso constante de determinadas estratégias de persuasão e de unificação do movimento, a saber: “a repetição, a transcrição, o uso de lembretes e a propaganda comercial aliada à doutrina”⁷⁸.

⁷⁶ Ibid., p. 74.

⁷⁷ Ibid., p. 79.

⁷⁸ Ibid. pp. 79-93.

Além da utilização de livros e jornais, os integralistas valiam-se também das sessões doutrinárias e do rádio para difundir a doutrina. As sessões integralistas podiam ser internas, exclusiva para os militantes do movimento, ou públicas, isto é, aberta ao grande público. Podiam ainda ser ordinárias, em obediência aos planos de propaganda, doutrina ou outros interesses da AIB, ou solenes, como as que celebravam os cultos da Pátria ou do Sigma, o culto cívico de datas memoráveis, ou homenagens a autoridades, companheiros e brasileiros ilustres⁷⁹.

As sessões de maior importância na arregimentação de novos adeptos ao movimento, certamente, eram as sessões solenes e públicas, devido ao espetáculo promovido pelos desfiles, símbolos e ritos integralistas. Porém, não se pode desmerecer a relevância das sessões ordinárias e internas, pois eram nestas que se discutiam as estratégias de cooptação e expansão da doutrina nos núcleos regionais.

O rádio era outro importante meio de comunicação usado pelos integralistas para expandir a doutrina do sigma às regiões mais distantes do Brasil. Apesar da A.I.B. não possuir um horário fixo ou um programa regular de rádio, os discursos de Plínio Salgado era, ouvidos pelos camisas-verdes, com reverência, sendo ao mesmo tempo retransmitida para população local, através de alto-falantes colocados fora das sedes. Vale lembrar, também, que, muitas vezes, esses discursos eram reproduzidos e veiculados na íntegra pelos jornais integralistas.

Com efeito, através de diversos organismos como a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos (S.M.A.F.P.), a Secretaria Nacional de Imprensa (S.N.I.) e a Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos (S.N.D.E.), os integralistas penetraram às mais longínquas regiões do Brasil. Esse trabalho de doutrinação e propaganda intensificou-se, sobremaneira, à medida que se aproximavam as eleições marcadas para 1937, visto que o próprio Plínio Salgado concorreria à presidência da República.

⁷⁹ Ibid., p. 121.

2.7 O malogro do Levante de 1938

Após o Golpe de 1930, uma das primeiras medidas políticas adotadas pelo Governo Provisório foi substituir a Constituição de 1891 pelo Decreto nº 19.398 que dissolveu o Legislativo nas instâncias federal, estadual e municipal. Dessa forma, Getúlio Vargas acumulou os poderes Executivo e Legislativo e passou a governar por meio decretos-leis. Além disso, Vargas demorava a convocar a Assembléia Constituinte para dar um novo ordenamento jurídico à vida política nacional.

Essas e outras medidas tomadas por Vargas provocaram descontentamento em diversas regiões do país. Essa insatisfação pela demora na constitucionalização era mais expressiva em São Paulo. Ali também crescia o descontentamento das oligarquias cafeicultoras, ansiosas por reconquistar a influência perdida, e do grupo dos constitucionalistas, que desejavam a democratização do país através de eleições livres, governo constitucional e plena liberdade civil. Com efeito, no dia 9 de julho de 1932, estourou a Revolução Constitucionalista, que, no entanto, foi sufocada pelas forças legalistas.

Mesmo derrotados, os revolucionários conseguiram parte dos objetivos a que almejavam, pois Getúlio convocou eleições para a Assembléia Constituinte. Eleita em 3 de maio de 1933, a Assembléia Constituinte tomou posse em 10 de novembro para estudar o anteprojeto elaborado por comissão que o governo nomeara e no dia 16 de julho de 1934 foi promulgada a terceira Constituição brasileira e segunda da República. A nova Carta tinha um caráter híbrido, mesclando concepções jurídicas liberais, autoritárias e corporativas.

A repressão ao levante comunista de 1935 reforçou o autoritarismo de Vargas. Ademais, a situação internacional favorecia a solução autoritária. Quando se aproximou o fim do seu mandato, Vargas e os setores que o apoiavam trataram de encontrar um meio de suspender as eleições marcadas para 3 de janeiro de

1938. Enquanto José Américo de Almeida, Arnaldo de Salles Oliveira e Plínio Salgado se preparavam para a campanha eleitoral, Getúlio articulava o golpe que lhe daria poderes ditatoriais.

Aparentemente, Getúlio Vargas concordava com a sucessão presidencial e se comportava como alguém disposto a deixar o poder. Contudo, nos bastidores angariava o apoio político de várias lideranças para a deflagração de um novo golpe que o preservaria no Poder Executivo.

Plínio Salgado, candidato à presidência, tinha conhecimento das reais intenções de Vargas. Inicialmente, Plínio acreditava que o golpe varguista seria uma oportunidade para que a AIB adquirisse ainda mais prestígio político, ou que até mesmo Getúlio Vargas assumisse o integralismo como partido oficial de seu novo governo. Em carta endereçada à Getúlio Vargas, logo após o golpe que instalou o Estado Novo, Plínio Salgado dizia:

(...) Nunca deixamos nessa palestra de usar claramente a palavra "integralismo". Longe estava eu de supor que essa palavra iria ser condenada com todos os seus derivativos, inclusive a denominação dos homens que pertencem ao grande movimento nacional. Eu tinha a impressão de que se iria formar um partido único; que o Integralismo seria esse partido, que além desse partido existiria uma vasta organização da juventude, à qual não seriam, de nenhum modo, arrancados os símbolos queridos, os gestos e saudações que constituem toda a alegria de sua vida. [...] Nunca pensei que o único partido Nacional, que levamos cinco annos a estruturar e que era o único capaz de conter a mystica indispensável à construção de uma nova ordem, fosse considerado no mesmo plano dos partidinhos egoístas e de visão estreita, além do mais inimigos do Corporativismo e de fortalecimento do Poder Central (SALGADO, 28 de janeiro de 1938)

Em novembro de 1937, quando o Estado Novo foi decretado, Vargas estabeleceu um decreto que colocou todos os partidos políticos existentes da ilegalidade. Por isso, Plínio Salgado retirou a sua candidatura à presidência, dizendo que a Ação Integralista Brasileira desta vez rompia com sua atuação política para então atuar em âmbito cívico e cultural através da "Sociedade Brasileira de Cultura", ainda numa tentativa de reaproximação com Vargas

Conforme Salgado,

Apressei-me, leal à palavra empenhada, em extinguir a feição política da “Ação Integralista Brasileira”. O único partido nacional, o único que estava em consonância com o Corporativismo do Estado Novo, extinto, para só viver como sociedade cultural esportiva e beneficente. Isso antes de qualquer lei, de qualquer decreto. O integralismo iria continuar, sob essa forma, conforme lhe prometeram os responsáveis pela situação, prestando os serviços que so elle até então tinha restado ao paiz. (SALGADO, 28 de janeiro de 1938)

Nesse interregno, militares, liberais e alguns integralistas continuavam articulando um futuro ato insurrecional contra o governo. Em março de 1938, um pequeno grupo de integralistas tentaram invadir a rádio Mayrink Veiga. Porém, as forças leais ao governo prontamente desbarataram o protesto e, logo em seguida, vários atos de repressão contra os integralistas ganharam corpo. Dois meses mais tarde, uma revolta comandada pelo tenente Severo Fournier atacou o Palácio da Guanabara. Dessa vez, os integralistas tentaram acabar com o Estado Novo promovendo a retirada de Vargas de sua residência presidencial.

Em pouco tempo, a falta de organização dos participantes daquela ação nitidamente desorganizada e desesperada, facilitou a dominação por parte das forças leais ao presidente. Nos anos seguintes, a falta de apoio político e a perseguição oficial foram suficientes para desmantelar o integralismo. No ano de 1939, a prisão e o exílio de Plínio Salgado foram decisivos para que os integralistas não mais ameaçassem o Estado Novo.

Aqui cabe indagar se essa atitude insurrecional de derrubar o governo foi estimulada pelos membros da cúpula do partido, ou seja, qual o grau de envolvimento de pessoas como Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale, Olympio Mourão Filho, Olbiano de Melo, entre outros, na Intentona.

Se o levante foi de fato motivado pelos quadros do movimento, por que não deu certo, e se não o foi, será que haviam, no interior do partido, dissidentes que desobedeciam as determinações emanadas dos altos escalões? Responder essas e outras questões é muito importante para entender por que o levante fora tão desarticulado e por que malogrou.

A primeira pergunta a fazer a esse respeito é se o levante estava submetido a uma organização coesa com finalidades pré-estabelecidas ou se foi perpetrado apenas por aventureiros desprovidos de uma articulação sistêmica em conformidades a fins. Outra pergunta importante é se havia um consenso entre os dirigentes locais quanto à necessidade ou não do golpe.

Sabe-se que muitos membros do partido ocupavam posições de destaque na administração do governo de Vargas. Ademais, desde a fundação em 1932, Vargas recebera o apoio dos integralistas já que Plínio Salgado almejava o cargo de ministro da Educação. O próprio Getúlio manifestara simpatia para com os integralistas, e o fato de ele ter decretado a extinção de todos os partidos políticos, disso não implicava a completa ruptura das alianças estabelecidas durante seu governo com os membros da cúpula da A.I.B.

Então, se havia uma intenção, ainda que implícita, de aproximação entre o *chefe* da A.I.B. e o Estado Novo varguista, quem fomentou a intentona? Segundo Plínio Salgado esse ato de sublevação contra o governo ocorreu à revelia sua e dos demais líderes do movimento. Com efeito, a reflexão sobre essas questões é de fundamental importância para a desmistificação do mito do Integralismo como movimento nacional efetivamente coeso.

Vimos acima que antes da publicação do Manifesto de 1932, que oficializou o surgimento do Integralismo como movimento político, havia em diversas regiões do Brasil muitos movimentos, como a Legião Cearense do Trabalho, sobre os quais Plínio Salgado encontrou muita dificuldade para estabelecer o *princípio do chefe*. Essa desarticulação entre os dirigentes locais pode ter sido determinante para a eclosão dos eventos que sucederam ao golpe de 1937 e que culminaram na dissolução do movimento em 1938.

3. ANÁLISE DAS CONJUNTURAS POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

3.1 Os efeitos da expansão da economia cafeeira em Cachoeiro de Itapemirim

A introdução da economia cafeeira acarretou inúmeras transformações na província do Espírito Santo, com destaque para Cachoeiro de Itapemirim, principal centro urbano e comercial, e porto fluvial obrigatório de grande parte do café produzido no Estado até o início do século XX, quando a ferrovia substituiu o transporte fluvial⁸⁰. A infra-estrutura foi melhorada com a construção de portos, novas estradas e ferrovias interligando regiões historicamente isoladas. O café possibilitou também a ocupação e fixação dos imigrantes à terra, povoando os vazios demográficos; superou a produção de outros produtos agrícolas tradicionalmente produzidos no Estado, como o açúcar e a mandioca, e converteu a região Sul em pólo de decisões político-econômicas, inserindo-a no quadro econômico nacional.

Através da cafeicultura, o vale do Rio Itapemirim transformou-se em importante eixo sócio-econômico, rivalizando-se inclusive com a capital, Vitória, que ficou em segundo plano, reduzindo-se a funções burocrático-administrativas. Cachoeiro de Itapemirim se tornou um importante pólo econômico, financeiro e demográfico do Espírito Santo.

Para abastecer os habitantes do município, foram instaladas casas comerciais e armazéns, onde se podiam comprar produtos nacionais e internacionais. As embarcações que levavam o café de Cachoeiro para o Rio de Janeiro costumavam trazer manufaturados tanto produzidos na capital e outros Estados, quanto produtos oriundos do exterior, de sorte que Cachoeiro era o centro do comércio de exportação e importação do Vale do Itapemirim⁸¹. Além disso, à medida que a economia cafeeira e a atividade mercantil se expandiam,

⁸⁰ SALETTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. [Vitória, ES?]: EDUFES, 1996. p. 62.

⁸¹ *Ibid.*, p. 33.

desenvolvia-se o setor terciário, incumbido, a princípio, da prestação de serviços que agilizasse as relações comerciais.

O café, mesmo não alcançando altos níveis de rentabilidade, conseguiu financiar o processo de modernização urbana em Cachoeiro de Itapemirim, criando, assim, as condições infra-estruturais para o surgimento de algumas fábricas. Nesse sentido, merece destaque a atuação direta do Estado, que incentivou a construção de um modesto parque industrial na região⁸².

De acordo com Saletto, estima-se que, ao todo, essas indústrias, ainda no limiar do século XX, possuíam 1.172 operários, sendo 522 nas fábricas de tecido, 272 nas de produtos alimentícios e 187 nas serrarias, além de 56 técnicos e funcionários administrativos⁸³. Desenvolveu-se, também, o sistema bancário, sendo que Cachoeiro de Itapemirim estava atrelada, financeiramente, aos comissários e bancos do Rio de Janeiro, os quais financiavam o setor cafeeiro. Para esse fim, foi fundado o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo.

Com as transformações advindas da economia cafeeira, ao longo da Primeira República, surgiram novos segmentos sociais cujos interesses, muitas vezes, divergiram, progressivamente, dos anseios das oligarquias. Esses interesses foram traduzidos em projetos políticos que eram veiculados por meio de clubes, facções e partidos políticos. No entanto, os esquemas corruptíveis perpetrados pelas oligarquias, excluía do jogo político os representantes dos interesses dos pequenos proprietários de terra, das camadas médias urbanas e dos operários, de modo que o acesso ao exercício da política era bastante limitado⁸⁴. Somente os candidatos ligados à situação tinham acesso à administração do Estado. As oligarquias espírito-santenses promoveram a montagem e a manutenção de uma complexa rede de favores políticos, cujo objetivo era perpetuar-se no poder.

⁸² Ibid., p. 33.

⁸³ Ibid., p. 126.

⁸⁴ ACHIAMÉ, Fernando A. M.; SALETTO, Nara. **Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. p. 88.

3.2 Sobre a importância de Cachoeiro de Itapemirim no cenário político capixaba na Primeira República.

Conforme Zorzal, a institucionalização do regime republicano foi muito importante para o Espírito Santo, entre outros motivos, pelo fato de ter “forjado e engajado lideranças políticas comprometidas com interesses distintos daqueles que, tradicionalmente, dirigiam os destinos do Estado”. Nesse período, o palco das lutas pela direção política estadual foi ampliado e refletia as novas clivagens sociais e territoriais, que emergiram em decorrência da expansão da economia cafeeira⁸⁵. Agora além dos partidos liberais e conservadores, tradicionais representantes dos grupos ligados às atividades mercantis e dos segmentos burocrático-militares situados essencialmente nas regiões centro-norte, acrescenta-se as forças republicanas, ligadas, sobretudo, ao capital agrofundiário, principalmente da região Sul do Espírito Santo⁸⁶.

Visto que muitos dos interesses das elites capixabas estavam em consonância com os das oligarquias cafeeicultoras da região centro-sul do Brasil, o Espírito Santo não ficou excluído da dinâmica da político-econômica nacional. Na verdade, “a política espírito-santense gravitava em torno dos interesses das oligarquias estaduais de outras unidades mais poderosas da Federação”, com destaque para as de Minas Gerais e São Paulo⁸⁷.

Portanto, a elite capixaba era conivente com as articulações instituídas pela Política dos Governadores, que, em última análise, objetivava consolidar a hegemonia do bloco cafeeiro na direção do poder político central, por meio de arranjos políticos com as elites locais⁸⁸. Dentre as famílias mais poderosas do Espírito Santo nesse período merece destaque, os Cunha, que integravam uma

⁸⁵SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. [Vitória, ES?]: Fundação Ceciliano Abel de Almeida: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995. p. 68.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 69

⁸⁷ ACHIAMÉ, Fernando A. M.; SALETTO, Nara. *op. cit.*, pp. 87-88.

⁸⁸ SILVA, Marta Z. *ob. cit.*, p. 75.

vasta parentela atuante na região de São Mateus; os Calmon, que dominavam a política no território de Linhares e Colatina; a família Monjardim, em Vitória; na região Sul, os diversos membros de famílias como a Marcondes de Souza, a Vivacqua, que enriqueceram com o comércio de café; e principalmente a família Souza Monteiro, a qual praticamente dominou a vida política capixaba a partir da eleição de Jerônimo Monteiro, em 1908, até o final da década de 1920⁸⁹.

Antes de Jerônimo assumir o governo, seu irmão, Dom Fernando de Souza Monteiro, foi empossado, em 1902, como bispo do Espírito Santo, o comandante da Igreja Católica no Estado; Marcondes Alves de Souza, tio de Jerônimo, governou o Estado entre 1912 e 1916. Desse ano até 1920, assumiu Bernardino de Souza Monteiro, irmão de Jerônimo. Entre 1920 e 1924, Nestor Gomes comandou o Estado, indicado por Bernardino e, entre 1924 e 1928, Florentino Ávidos, cunhado dos irmãos Monteiro⁹⁰. Com isso, a oligarquia sulista, proveniente de Cachoeiro de Itapemirim, governou o Estado do Espírito Santo por cerca de 20 anos⁹¹.

Vale lembrar, no entanto, que, durante a Primeira República no Espírito Santo, “as divergências intra-oligárquicas eram resolvidas, de modo geral, no seu próprio âmbito”. Conforme Achiamé, “o grupo que controlava a “máquina” do Partido Republicano Espírito-santense – único a existir no Estado em boa parte da República Velha – ditava os rumos no processo de alternância dos nomes no poder⁹²”. De modo geral, as eleições eram fraudadas em proveito do situacionismo político. Os opositores limitavam-se a se conformar com a deliberação do partido para aderirem ao situacionismo ou para buscarem alguma outra vantagem política.

⁸⁹ ACHIAMÉ, Fernando A. M.; SALETTO, Nara. op. cit., p. 89.

⁹⁰ LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; GURGEL, Antonio de Pádua. **Jerônimo Monteiro**. [Vitória, ES?]: Contexto, 2005. p. 36.

⁹¹ É importante destacar que essa hegemonia dos Monteiros não se deu forma harmoniosa, isenta de conflitos políticos. Muito pelo contrário, ela foi por vezes perturbada pela oposição, como no caso da *Revolta do Xandoca*, em que Alexandre Calmon, a princípio companheiro de chapa de Bernardino Monteiro, como candidato à vice-presidência, rompeu com os antigos correligionários, aliando-se a Pinheiro Junior na tentativa de formar um novo governo em Colatina, proclamada capital do Estado. Outro evento importante foi a tentativa de golpe para impedir o reconhecimento da candidatura de Nestor Gomes, o qual havia sido indicado pelo então presidente Bernardino Monteiro, sendo necessário a intervenção federal para apaziguar a situação.

⁹² ACHIAMÉ, Fernando A. M.; SALETTO, Nara. op. cit., p. 90.

Conforme Derenzi

“Na chamada “República Velha” no Espírito Santo, só havia o Partido Republicano Espírito-santense. [...] A oposição, diminuta e desarticulada, atuava na esfera municipal, sem grande influência perturbadora na ação do governo. No mais das vezes, as facções antagônicas apoiavam o presidente do Estado. Não havia líderes, que congregassem os opositores sobre uma só bandeira. Quem rompesse com o governo ficava no ostracismo e, dificilmente, se reelegia, se exercesse mandato eletivo. O eleitorado se agrupava em torno de chefes distritais, “coronéis”, sob cuja proteção moral aguardava promessas raramente cumpridas. A oposição poucas vezes chegava à Assembléia Legislativa ou Câmara dos Deputados. (DERENZI, 1965, p. 234)

Com efeito, “as raízes do coronelismo no Espírito Santo estão na monocultura cafeeira, a partir dos grandes proprietários de fazendas que se instalaram principalmente no Sul do Estado, e nos comerciantes proprietários de “vendas” na área rural⁹³”. Por isso, os interesses dos grupos agropundiários e mercantil-exportadores predominaram nas políticas dos presidentes do Espírito Santo durante a maior parte da Primeira República.

No entanto, como o poder político dos cafeicultores estava alicerçado sobre seu poder econômico, à medida que as crises do café se intensificavam, o raio de influência política das oligarquias se estreitava, chegando até tornar-se insustentável. Assim, os movimentos políticos contrários aos interesses dos grupos oligárquicos se tornaram cada vez mais intensos, sendo o ponto culminante desse processo a Revolução de 1930.

3.3 Da mobilização política no Espírito Santo

Ao longo da Primeira República, nos principais centros urbanos, surgiram clubes, facções e partidos que questionavam o modelo político-econômico adotado no país. Os grupos dissidentes comumente veiculavam seus programas, reivindicações e insatisfações através de panfletos e jornais.

⁹³ LIMA JÚNIOR; GURGEL, A. op. cit., p. 15.

No Espírito Santo, em 06 de junho de 1890, foi fundado o *Partido do Operário*⁹⁴. Ele apresentava à classe operária, que crescia em algumas regiões como em Cachoeiro de Itapemirim, um conjunto de propostas que visavam melhorar sua condição de vida e situação social. Dentre os objetivos almejados pelo partido merecem destaque:

- Apressar, quanto for possível, as leis necessárias para tornar as habitações dos trabalhadores mais higiênicas e baratas com meios fáceis de condução.
- Apresentar as leis imprescindivelmente urgentes para melhorar a educação dos filhos dos operários.
- Combater toda e qualquer injustiça em matéria de impostos, que por falta de equidade, pesarem sobre o operário indevidamente.
- Tomar as medidas necessárias para obter a diminuição dos impostos dos gêneros de primeira necessidade.
- Criar escolas teóricas e práticas, a fim de ajudar as classes a adquirirem conhecimentos profissionais e facilitar-lhes o ensejo para estudar todas as novas invenções do progresso europeu e americano.
- Abolir todos os privilégios e monopólios ofensivos aos direitos e prejudiciais aos interesses da classe operária.
- Reformar o sistema judiciário, a fim de dar ao pobre a mesma justiça que aos ricos, evitando as delongas a que atualmente está sujeito o acusado antes da sentença.
- Esforçar-se, a fim de regularizar e resolver a importante questão da duração e remuneração do trabalho.

⁹⁴ PACHECO, Renato. **Estudos espírito-santenses**. [Vitória, ES?]: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994. p. 110.

O Partido Operário capixaba seguia a orientação de sua matriz no Distrito Federal e visava “estabelecer um tribunal composto de membros da classe operária e das fábricas para julgar as questões trabalhistas, evitando, assim, greves ou outros distúrbios que, além de serem sistema bárbaro para obter justiça, são altamente dispendiosos e servem somente para esbanjar os recursos econômicos, que são o sangue e a vida das comunhões industriais”⁹⁵.

Também em fins do século XIX, sob a direção de Eduardo Reinauld, Manoel Antunes de Andrada Gomes e Theophilo Álvares de Souza Coutinho, surgiu o seminário intitulado: O Pharol (Órgão do Partido Operário Espírito Santense). Este apresentava aos trabalhadores um programa de aproximação entre a classe operária e o governo, sob o incentivo da Diretoria do Centro Operário da Capital Federal, a qual seria a mediadora do processo, conforme as palavras do próprio órgão: “Solicitamos, pois, do governo, toda facilidade possível, para com tais medidas, educando nossos filhos no caminho da luz e do progresso, tornando-os cidadãos tão dignos de si, como da pátria que os viu nascer”⁹⁶ – Saúde e Fraternidade - Theopesio de Oliveira, ourives – Vitória, 2 de agosto de 1890.

O jornal, O Norte do Espírito Santo, veiculava fervorosas críticas não somente à política de descaso da República em relação à região, mas também ao regime eleitoral articulado pelas oligarquias. Em suas páginas é possível verificar uma grande insatisfação com relação à vida política durante a Primeira República. Nelas estão registradas as seguintes palavras: “o regimento eleitoral é uma afronta, um plano indecoroso armado com o fim de abafar as vozes da maioria; por moralidade nossa, em bem progresso municipal, devemos lançar mãos de todos os meios para conseguir a manifestação da nossa vontade, frustrando a manobra inqualificável do governo”⁹⁷.

A Opinião (Seminário Independente) da cidade de Muqui, também se apresentava como o porta-voz das críticas ao governo republicano. Em algumas passagens

⁹⁵ Ibid., p. 112.

⁹⁶ **O Pharol; (Órgão do Partido Operário Espírito Santense)**. Vitória. 1890. Redactor Ansbert Guarany. Editor: Urbano F. de Paula Xavier. Ano de 1890. Ano I - nº 2 (4 de agosto).

⁹⁷ **O Norte do Espírito Santo. (Órgão dedicado aos interesses da comarca de São Mateus)**. Ano I, S. Mateus, 27 de Setembro de 1891.

pode-se verificar que “[...] a República formou-se em meio a um ambiente deplorável e adaptou-se de tal maneira entre nós, que, pouco a pouco reduziu-nos a opinião e encarcerou-nos o pensamento. Já ninguém duvida que não foi a República atual aquela que sonhamos nas vibrações patrióticas do nosso entusiasmo cívico dos dias de propaganda, mas raros são os que ousariam protestar contra isso. Não é República essa em que a política fez do direito do voto a mais triste das ficções”⁹⁸.

Na verdade, houve outros partidos, que através de panfletos, manifestos e jornais protestavam contra o modelo político-econômico em vigência na Primeira República. Para conseguir angariar adeptos à sua causa, esses grupos dissidentes apoiavam-se em setores da sociedade que, de certa forma, estavam desvinculados das oligarquias. Por isso, os grupos que aspiravam ao poder, e que eram animados por interesses diversos aos dos agro-exportadores buscavam conquistar o apoio dos segmentos sociais que eram desassistidos pela política dos cafeicultores. Assim, intensificaram-se os debates acerca da moralização da administração pública e da justiça eleitoral, dos direitos políticos e sociais e a reformulação do Aparelho de Estado, entre outros.

Essas propostas foram bem recebidas pelas camadas urbanas, como, por exemplo, profissionais liberais, artesãos, pequenos comerciantes, trabalhadores das ferrovias e das fábricas etc. No entanto, mesmo conseguindo angariar um razoável número de simpatizantes, essas falas ganhavam a adesão da maioria da população, pois se defrontavam com o rígido sistema de articulação perpetrado pelas oligarquias para controlar toda a vida política.

As fontes supracitadas revelam o clima de insatisfação crescente que animava amplos setores da sociedade, sobretudo, aqueles que se ocupavam de atividades urbanas e que viam nas estratégias políticas levadas a cabo pelas oligarquias a nítida impossibilidade de fazer valer seus interesses. Após a Revolução de 1930, surgiram movimentos políticos como a Ação Integralista Brasileira e a Aliança

⁹⁸ **A Opinião (Seminário Independente)**. Cidade de Muqui, Espírito Santo. 17 de janeiro de 1924.

Nacional Libertadora que centralizaram em seus discursos essas demandas a fim de arregimentar o maior número possível de adeptos.

3.4 A Revolução de 1930 e o sentimento de continuidade

O Espírito Santo, na década de 1930, experimentou uma notável efervescência política que refletia, em grande medida, o anseio de maior participação política por parte daqueles grupos sociais que, ao longo da Primeira República, foram excluídos dos acessos democráticos de representatividade. Neste período, o número de profissionais liberais, pequenos comerciantes e trabalhadores assalariados foi ampliado devido, sobretudo, à expansão da economia cafeeira. Porém, apesar do crescimento quantitativo, os esquemas corruptíveis praticados pelas oligarquias restringiam o exercício da política apenas aos seus correligionários.

Na República Velha, o acesso ao exercício da política no Estado era limitado às pessoas que possuíam estreitas ligações familiares e de compadrio com as oligarquias locais, cuja riqueza estava baseada, geralmente, na exploração do latifúndio e do comércio cafeeiros. As oligarquias espírito-santenses promoviam a montagem e a manutenção de uma fechada rede de troca de favores políticos [...] para defenderem seus interesses políticos, ou seja, para exercerem sua hegemonia. Na prática, estavam alijados do jogo político os representantes dos interesses dos pequenos proprietários de terra, das camadas médias urbanas e dos operários. (ACHIAMÉ; SALETTO, 2005, 88)

A fim de fazer valer seus direitos, esses grupos sociais, ainda durante a Primeira República, começaram a se organizar politicamente. Os operários, por exemplo, começaram a se articular através de sindicatos e partidos políticos. Nesse sentido, merece destaque o município de Cachoeiro de Itapemirim, berço dos movimentos operários e sindicais no Estado do Espírito Santo.

Durante a gestão de Jerônimo Monteiro (1908-1912), Cachoeiro era o principal centro urbano da região Sul e tornou-se sede de um modesto núcleo industrial, porém o maior em todo o Espírito Santo⁹⁹.

⁹⁹ NARA S. *Trabalhadores Nacionais...*, op. Cit., p. 62.

“[...] o Estado ofereceu amplos incentivos à iniciativa privada e assumiu a construção de um conjunto de indústrias em Cachoeiro de Itapemirim, compreendendo uma usina hidrelétrica, que forneceria energia gratuita para os outros estabelecimentos, uma usina de açúcar, uma grande serraria e fábricas de tecido, de óleo, vegetal, de cimento e de papel” (NARA, 1996, p. 33)

Além disso, a construção de ferrovias como a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, a Estrada de Ferro Caravelas e a Leopoldina Railway aumentou, sobremaneira, o número de trabalhadores assalariados, de sorte que, já no limiar do século XX, os operários já estavam familiarizados com algumas idéias anarquistas, comunistas e socialistas.

As notícias acerca da mobilização dos trabalhadores em Cachoeiro de Itapemirim remontam ao início do século XX. Conforme o relato de Oliveira,

“Entraram em greve os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, por atraso do pagamento dos salários. O movimento explodiu nas cercanias da cidade e – segundo o depoimento d’O *Cachoeirano* – conseguiu empolgar cerca de oitocentos trabalhadores, que estiveram acampados ali, durante dois ou três dias [...]. Como era natural, a atitude dos operários preocupou o governo estadual que, cautelosamente, solicitou o auxílio de forças federais. De pronto, foi que se limitou a umas escaramuças, nas estradas, com pequenos grupos de grevistas, já regresso aos seus barracões” (OLIVEIRA, 2008, p. 443).

Datam de 1909 os registros da fundação do primeiro órgão de representação classista em Cachoeiro de Itapemirim: O Centro Operário e de Proteção Mútua. Nas décadas seguintes, era notória a capacidade de mobilização do Partido Comunista e dos sindicatos, principalmente, o Sindicato dos funcionários da Fábrica de Tecidos, o Sindicato dos Carreiros, o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, local que, posteriormente, serviu de sede para a Aliança Nacional Libertadora¹⁰⁰.

Quanto aos trabalhadores rurais, sabe-se que as primeiras fazendas de café introduzidas no vale do Itapemirim, estavam alicerçadas sobre o trabalho escravo. Porém, com a abolição da escravatura em 1888, o movimento imigratório se

¹⁰⁰ Ver: FAGUNDES, Pedro E. **Sangue nos Trilhos de Cachoeiro de Itapemirim – ES: Integralistas e Comunistas e a disputa pela memória do conflito de 1935**. Texto apresentado no V encontro regional da ANPUH-ES – Simpósio I – História e Memória. 2010.

intensificou e o número de imigrantes, sobretudo, italianos cresceu consideravelmente nessa região.

Diferentemente de São Paulo, em que a introdução maciça de imigrantes visava exclusivamente fornecer mão-de-obra suficiente para a expansão cafeeira, no Espírito Santo os imensuráveis espaços vazios somados à relativa facilidade de acesso à terra proporcionava ao imigrante optar entre o trabalho nas fazendas ou sua fixação nos núcleos coloniais¹⁰¹.

Em Cachoeiro de Itapemirim, até a década de 1920, houve um processo de fragmentação da propriedade, de sorte que “os pequenos proprietários puderam se beneficiar da política de estímulo à legalização de posses e compra de terras devolutas, ascendendo à propriedade jurídica da terra¹⁰²”.

Os fazendeiros até conseguiam incorporar a força de trabalho daqueles que optavam pelos núcleos coloniais, porém “a maioria dos imigrantes que foram para as fazendas retiraram-se pouco depois, passando para colônias oficiais ou para um loteamento particular”¹⁰³.

“A existência desses núcleos aumentava seu poder de barganha junto aos fazendeiros, e lhes permitia encarar o trabalho nas fazendas como uma etapa transitória, destinada a acumular alguns recursos para a posterior instalação como pequenos proprietários”. (SALETTTO, 1996, p. 148)

Nessas circunstâncias, o imigrante somente aceitava trabalhar para o fazendeiro se este lhe oferecesse situação mais vantajosa do que os núcleos coloniais ou os loteamentos particulares. Com efeito, por causa da falta de mão-de-obra, os fazendeiros viram-se obrigados a oferecer o sistema de parceria, não obstante em condições muito mais favoráveis ao trabalhador¹⁰⁴.

¹⁰¹ SALETTTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. -. [Vitória, ES?]: EDUFES, 1996. p. 130.

¹⁰² SALETTTO, N. **Trabalhadores Nacionais...**, op. Cit., p. 65.

¹⁰³ Ibid., p. 85.

¹⁰⁴ Ibid., p. 131.

Muitos imigrantes aderiam ao sistema de parceria com a finalidade de acumular um pecúlio com o qual se instalariam mais tarde como proprietários. Contudo, o imigrante estava obrigado ao trato e à colheita, e recebia metade da produção. Sobre sua parte ainda devia pagar o beneficiamento ao fazendeiro. Isso impunha uma coerção sobre o colono, que era obrigado a beneficiar seu café no equipamento do fazendeiro, sob o pagamento de tarifas.

Ademais, o parceiro estava submetido a outras formas de endividamento junto aos fazendeiros, pois não tendo dinheiro, nem crédito, o colono era obrigado a fazer suas despesas com os fazendeiros.

“O proprietário fornecia ao colono, até a primeira colheita de café, as mercadorias necessárias à manutenção da família, inclusive os instrumentos de trabalho; cobrava por elas preço mais elevado do que o mercado e juros de 12%. Mesmo depois de saldada a dívida, podia continuar como fornecedor do colono. Além disso, ele era geralmente o intermediário na venda do café do parceiro e [...] pagava por ele preço inferior ao corrente na praça” (SALETTTO, 1996, p. 134)

Assim, se por um lado os sistemas de parceria, empreitada e jornada proporcionavam condições de acesso à terra, por outro, permitia ao proprietário obter trabalhadores sem dispêndio monetário e dividir com eles os encargos e riscos da produção do café¹⁰⁵.

Outra dificuldade enfrentada pelos pequenos proprietários era a dependência junto aos comerciantes. Com poucos recursos, sem acesso a crédito bancário, o pequeno produtor via-se envolvido numa relação que, através do endividamento, obrigava-o a vender seu café¹⁰⁶. Em muitos casos, a dependência econômica era reforçada pela dominação social e política, pois muitos grandes comerciantes se tornaram conselheiros, protetores, padrinhos e até mesmo coronéis.

No Sul do Estado, as principais famílias que controlavam a vida política e disputavam os espaços públicos eram os Souza Monteiro, Marcondes de Souza e

¹⁰⁵ Ibid., p. 135.

¹⁰⁶ Ibid., p. 145.

Vivacqua¹⁰⁷. As constantes brigas e desacordos políticos entre elas não resultavam na formação de uma nova agremiação dissidente do Partido Republicano Espírito-Santense. Conforme Zorzal, este partido “foi fundado sob a coordenação de Jerônimo Monteiro, líder das forças agro-fundiárias da região Sul, e de Torquato Rosa Moreira, líder do Partido Republicano Federal, no Espírito Santo, e representantes das forças mercantis-exportadoras da região central”¹⁰⁸.

O Partido Republicano Espírito-Santense resultou da estratégia de reconciliação entre as diversas forças políticas capixabas, visando reunir todas as facções oposicionistas em um só partido. Dessa união partidária, a família Souza Monteiro foi a mais beneficiada, dominando a vida política capixaba, basicamente, até o fim da Primeira República. Contudo, os dois irmãos, Jerônimo e Bernardino Monteiro, dividiram entre si a representação política em nível regional dentro do partido. Aquele representou as forças agro-fundiárias do Sul, e Bernardino, que assumiu a liderança do partido e o controle da direção do Estado em (1916-1920), e representava os interesses mercantis-exportadores, sobretudo, da capital¹⁰⁹.

As forças jeronimistas foram mantidas no ostracismo até o fim da Primeira República, porém encontraram, na conjuntura de lutas desencadeadas no processo revolucionário de 1930, o clima favorável para realizar uma nova investida no sentido de, por outros caminhos, lograr assumir o poder¹¹⁰. Nesse sentido, Cachoeiro de Itapemirim, uma vez que tinha maior proximidade com o Distrito Federal e concentrava a maior parte das forças jeronimistas, se tornou o centro catalizador das idéias oposicionistas.

Nesse contexto de lutas, merece destaque não somente a atuação das áreas rurais, mas também o papel desempenhado pelos centros urbanos, sobretudo, devido à sua posição de destaque com a introdução e expansão da economia cafeeira e o incremento das atividades terciárias. Nesses espaços, a repulsa ao

¹⁰⁷ ACHIAMÉ, Fernando A. M.; SALETTO, Nara. **Elites políticas...**, ob. cit., p. 90.

¹⁰⁸ SILVA, Marta Z. op. Cit., p. 108.

¹⁰⁹ Ibid., p. 109.

¹¹⁰ Ibid., p. 110.

cerceamento político que a forma de mediação coronelística produzia se expressou mais contundentemente¹¹¹.

A Revolução ocorreu sem episódios bélicos de maiores proporções. Daí resulta a facilidade com que as forças revolucionárias, encabeçadas, sobretudo, pelas lideranças cachoeirenses, vencem as parcas resistências colocadas pelo governo estadual¹¹². Terminada a revolução que derrubou o governo situacionista de Aristeu Borges de Aguiar, as lideranças integrantes do conjunto das forças oposicionistas tiveram dificuldades para chegar a um consenso acerca do nome do futuro interventor a ser designado, razão pela qual Vargas decidiu pelo nome do capitão João Punaro Bley, indicado pela Associação Comercial de Vitória¹¹³.

Durante a sua primeira interventoria (1930-1935), nem as forças jeronimistas, principais articuladoras do processo revolucionário no Estado, nem representantes dos setores urbanos descontentes com a política vigente na Primeira República, conseguiram obter os cargos que almejavam no secretariado do governo. Na verdade, este não conseguiu acomodar os choques e incompatibilidades geradas em seu gabinete, o que teve como consequência novas fissuras e a necessidade de reajustes e acomodações¹¹⁴.

De acordo com Zorzal

“O Aparelho Regional de Estado estava todo estruturado para dar suporte à realização da política de desenvolvimento sócio-econômico preconizada pela fração mercantil-exportadora, até então na direção hegemônica do estado do Espírito Santo. [...] As diretrizes políticas, definidas por essas forças [...] davam mais ênfase à realização de obras infra-estruturais. As demais funções do Estado, principalmente a realização de políticas de cunho social, eram relegadas a segundo plano. Tal direcionamento, aliado à forma de mediação coronelística, produziu o acirramento das pressões pelo atendimento de demandas colocadas na área das políticas sociais”. (ZORZAL, 1995, p. 118)

¹¹¹ Ibid., p. 111.

¹¹² Ibid., p. 112.

¹¹³ Ibid., p. 115.

¹¹⁴ Ibid., p. 117.

3.5 Sobre o rearranjo político-partidário pós-revolução de 1930

Ante os prenúncios da redemocratização do país e a inevitabilidade do surgimento de novos partidos, após a consolidação da revolução, Vargas estimulou a criação de agremiações estaduais que agissem como forças de apoio aos interventores a partir das bases municipais já devidamente controladas¹¹⁵. No Espírito Santo, foi criado o Partido Social Democrático (PSD) para dar apoio ao Governo Federal e à interventoria. Até 1935, as principais agremiações políticas que compunham a oposição eram o Partido da Lavoura (PL) e o Partido Proletário (PP).

O PSD, partido situacionista, reunia não somente a maior parte das antigas forças jeronimistas, da região Sul, e as lideranças de notória atuação política de Vitória, como também aqueles políticos que conseguiram influir na indicação de Bley para a interventoria. Dentre as principais lideranças que ingressaram ao partido merece destaque: Fernando de Abreu, que participou ativamente da revolução e depois de 1930 se tornou prefeito de Cachoeiro de Itapemirim; Carlos F. Monteiro Lindenberg, sobrinho de Jerônimo Monteiro e um dos principais articuladores do partido, responsável por angariar a solidariedade de boa parte da facção jeronimista e do antigo Partido Republicano Espírito-santense; Jones dos Santos Neves, entre outros¹¹⁶.

Por sua vez, o Partido da Lavoura (PL), liderado por Afílio Vivácqua, congregava uma parte do grupo jeronimista que não aderiu ao PSD, ou seja, as forças políticas que foram frustradas em seus anseios por maior participação no governo, bem como os remanescentes do Partido Republicano Espírito-Santense, que haviam sido alijados do poder com a revolução de 1930¹¹⁷. O PL, como seu próprio nome sugere, não muito diferente do PSD, era constituído por parcela considerável de lideranças ligadas à grande propriedade. Entre seus principais

¹¹⁵ ACHIAMÉ, Fernando A. M.; SALETTO, Nara. **Elites políticas...**, ob. cit., p. 192.

¹¹⁶ SILVA, Marta, Z. op. Cit., p. 122.

¹¹⁷ ACHIAMÉ, Fernando A. M.; SALETTO, Nara. **Elites políticas...**, ob. cit., p. 198.

membros estava o coronel Terra Lima, grande proprietário de terras, em Ponte do Itabapoana, no município de João Pessoa, atual Mimoso do Sul.

Em 1934, foi fundado o Partido Proletário (PP), organizado por João Francisco dos Santos, Sízínio José Pinto, João B. Souza, Calixto Freire, Zemínio Oliveira e Luís Cavalcante. Este partido conseguiu eleger Gilberto Gabeira para o parlamento estadual. Porém, não teve uma considerável expressão política nesse período. Na verdade, ele parece ter sido organizado para servir como face legal ao proibido Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹¹⁸.

Existem relatos da presença de comunistas ainda na década de 1920, em Cachoeiro de Itapemirim atuando, sobretudo, junto aos operários e ferroviários. Porém, após a revolução, tanto o governo federal, como o governo estadual, “se preocupou em controlar de perto o movimento dos trabalhadores, combatendo as idéias consideradas “subversivas” e inoculando uma ideologia trabalhista vinculada ao poder público¹¹⁹”.

Nesse período, em 1935, no Distrito Federal, foi fundado, sob forte influência do PCB, a Aliança Nacional Libertadora. “A organização fazia parte de um amplo projeto de consolidação e ampliação do número de adeptos da causa comunista no país”. Tratava-se de uma organização que fora criada com a finalidade de ampliar o leque de simpatizantes e militantes do movimento, apresentando um programa que apontava para necessidade de conjugar várias bandeiras políticas, como: a luta anti-fascista, anti-imperialista, antilatifundiária e, principalmente, anti-integralistas.

A ANL cresceu significativamente em Cachoeiro de Itapemirim. Certamente, esse rápido crescimento está relacionado à adesão de uma parcela dos cachoeirenses que, de certa forma, se manifestaram contrários à centralização imposta pelo governo e à radicalização da vida política, a partir do crescimento da Ação Integralista Brasileira.

¹¹⁸PACHECO, Renato. **Os dias antigos**. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1998. p. 143.

¹¹⁹ Ibid., p. 206.

Portanto, ao longo da Primeira República, diversos segmentos sociais estavam subrepresentados nas esferas de poder. As camadas intermediárias, ou seja, profissionais liberais, pequenos comerciantes e artesão, cresceram em número, mas não adquiriram maior representatividade política, mesmo depois da Revolução de 1930. Ressentidas pelo afastamento da vida política a que foram submetidas, muitos absteram-se em ingressar nos novos partidos, como o PSD e o PL.

A radicalização da vida política, reflexo da Revolução Russa, da ascensão do fascismo italiano e do nazismo alemão, produzirá seus efeitos também em Cachoeiro de Itapemirim, sobretudo, quando da chegada das bandeiras integralistas e aliancistas ao município. Com efeito, é nesse cenário de exclusão, rearticulação oligárquica, frustração e radicalização da vida política que a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora penetram e se difundem em Cachoeiro de Itapemirim como alternativas viáveis à reestruturação do país.

4. O INTEGRALISMO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

4.1 Os camisas-verdes do Espírito Santo

A A.I.B. foi fundada num clima de forte descontentamento com os caminhos tomados pela nova República, instituída a partir da revolução de 1930. Por isso, sua meta inicial consistia em desenvolver um programa que atendesse também aos anseios daqueles grupos sociais que até então não haviam encontrado espaço entre os partidos políticos tradicionais da chamada Primeira República.

Após sua primeira apresentação pública com o lançamento do *Manifesto de Outubro*, em São Paulo, a A.I.B. intensificou seu trabalho de propaganda e organização, visando angariar adeptos em todo o país. A partir de agosto de 1933, a A.I.B. iniciou uma fase de pleno crescimento em nível nacional por meio da expansão das “bandeiras integralistas”, as quais passaram por centenas de cidades de norte a sul do país, realizando conferências e fundando núcleos.

A presença da AIB na “província integralista capixaba” teve início a partir do segundo semestre de 1933, durante a passagem da “bandeira integralista” por terras capixabas. Vitória foi escolhida para sediar a primeira reunião pública visando construir um núcleo integralista no Estado¹²⁰. Mas o integralismo conquistou, rapidamente, inúmeros adeptos em diversos municípios capixabas, com destaque para Santa Tereza, Venda Nova do Imigrante, Castelo, Iconha, Rio Novo do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Santa Leopoldina, Domingos Martins, Viana e Vitória. A força política do integralismo no Espírito Santo tornou-se tão expressiva que do dia 28 de fevereiro até 1º de março de 1934 aconteceu em Vitória o 1º Congresso Integralista Brasileiro.¹²¹

Segundo Achiamé, no Espírito Santo havia um conjunto de fatores internos que o colocava numa posição privilegiada para realização o Congresso em solo

¹²⁰ FAGUNDES, Pedro E. *Vestígios de um esquecimento: a memória da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Sul do Espírito Santo*. In: MARIN, Andréia et al. *Vestígios da história sul capixaba*. Vitória, ES: Flor&cultura, 2011. p. 201.

¹²¹ *Vida Capixaba*, ano XII, n. 360, 15 mar. 1934.

capixaba. A presença de imigrantes alemães e, sobretudo, italianos facilitava a penetração e difusão da ideologia integralista no Estado. O apoio de membros do clero católico dava credibilidade ao movimento, especialmente nas comunidades de descendentes de imigrantes italianos e alemães, onde a adesão ocorreu em massa. Era muito comum também a presença de integralistas na administração pública, como é o caso de Frederico Codeceira, juiz de direito em Cachoeiro de Itapemirim, e que, depois, se tornou chefe de Polícia na capital. Esses fatores contribuíram para aumentar o compromisso de parcelas das elites com o integralismo e deve ter dado posição de destaque ao Espírito Santo em relação aos outros Estados da federação¹²².

No Espírito Santo, “o integralismo era tolerado, se não incentivado, pelas autoridades civis e religiosas”¹²³.

“Na política do Espírito Santo, em alguns anos da década de 1930, o movimento integralista “deu as cartas e jogou de mão”. É como se raciocinasse do seguinte modo: se Deus, consubstanciado na Igreja, está ao nosso favor; se a Pátria, representada pela interventoria, nos é simpática; somente resta a conquista da família, para que nosso lema seja “integralmente” cumprido. Ora, justamente muitas decisões tomadas no âmbito familiar tinham como forte referência ações da Igreja e do governo, então muito presentes na vida dos cidadãos, mediante as atividades religiosas, de ensino e de trabalho. Dessa forma, a conquista das famílias pelas ideias de Plínio Salgado era facilitada” (ACHIAMÉ, 2010, p. 241).

Essa relativa cumplicidade da Igreja e do aparelho de Estado em facilitar a expansão integralista foi de fundamental importância para seu crescimento. Como resultado disso “no período em que a AIB pôde funcionar legalmente e houve eleições, ela conquistou duas prefeituras do interior (Santa Tereza e Domingos Martins) e muitos vereadores em diversos municípios do Estado, com destaque para Santa Tereza, Castelo, Iconha, Domingos Martins, Colatina e Vitória¹²⁴”.

O integralismo conquistou milhares de adeptos, no Espírito Santo. Esse contínuo crescimento dos “camisas-verdes”, em muitos casos, entrava em choque com o

¹²² ACHIAMÉ, Fernando A. M. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2010. p. 236.

¹²³ *Ibid.*, p. 236.

¹²⁴ Para mais informações, ver em FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Os integralistas nas eleições de 1936 no ES**. In: XXIII Simpósio Nacional da ANPUH. História: Guerra e Paz. Londrina – PR. CD-ROM, 2005.

poder local instituído. Isso porque as estratégias de arregimentação e propaganda usadas pelos integralistas, como os uniformes verdes, os desfiles, os ritos e símbolos, os jornais, entre outros, davam-lhes um poder de persuasão que nenhum outro partido jamais tivera no Estado. De fato, havia o clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), bem como o Partido Social Democrático (PSD), o Partido da Lavoura (PL), que também disputavam o capital político capixaba. No entanto, nenhum deles despertara tantas paixões quanto a AIB.

4.2 Uma hipótese razoável para difusão do Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim.

Um dos motivos que levaram os imigrantes italianos e alemães abandonar sua pátria e vir para o Brasil foi a questão agrária. A concentração fundiária e a penetração de máquinas no campo dispensavam grandes contingentes de pessoas dos serviços na lavoura. Com efeito, a emigração foi uma das soluções encontradas para resolver os problemas advindos das péssimas condições de vida, guerras de unificação, população excedente, êxodo rural, etc.

Os imigrantes que vieram para o Espírito Santo, diferentemente do que aconteceu, por exemplo, em São Paulo, foram assentados, sobretudo, em colônias, constituídas de pequenos e médios lotes de terras. Essas colônias se desenvolveram aliando pequenas propriedades familiares, policultura de subsistência e, principalmente, a produção de café destinada à exportação. Inicialmente elas estavam circunscritas às terras altas do centro da província, pois, o objetivo imediato da imigração era ocupar os vazios demográficos do Espírito Santo. “Somente às vésperas da Abolição, os fazendeiros do Itapemirim começaram a introduzi-los em suas fazendas, e mesmo assim, em números reduzidos”¹²⁵.

¹²⁵ SALETTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. -. [Vitória, ES?]: EDUFES, 1996. p. 84.

Contudo, a partir de 1888, com o fim da escravidão, os latifundiários do Sul da província atravessaram um período de considerável escassez de mão-de-obra. Com isso, muitos imigrantes foram introduzidos diretamente nas grandes propriedades ou eram assentados em colônias próximas a elas.

De acordo com Saletto, no ano de 1888, do total de 4.279 imigrantes chegados, 1268 estabeleceram-se em fazendas, sendo que 831 se dirigiram para Cachoeiro de Itapemirim¹²⁶. No mesmo ano, segundo Derenzi, D. Henriqueta Rios de Souza Monteiro, viúva do patriarca da família de mesmo nome, teve a primazia no aliciamento dos primeiros colonos italianos, para a sua “famosa e modelar fazenda Monte Libano”¹²⁷.

Dentre as famílias italianas que migraram para Cachoeiro de Itapemirim merece destaque os Simprini, Volpato, Matiello, Galiazzo, Campanaro, Stefanotto, Lugallo, Scantaburlo, Mediato, Maitan, Breme, Tramontini, todos ou quase todos padovanos. Derenzi ainda cita entre os moradores italianos mais antigos de Cachoeiro, os Regattieri, Bresciani, Ferrari, Romano, Romanelli, Volpini, Volpato, Cardinalli, Borelli, Bardi, De Martini, Singhi, Menegallia, Grandi Braconi.¹²⁸

Quando eram instalados nas unidades coloniais, recebendo para tanto pequenos lotes de terra, os imigrantes deviam se estabelecer por conta própria, sem qualquer ajuda ou benefício do governo. Então, para se manterem, muitos passaram a trabalhar como jornaleiros (recebendo por dia), camaradas (recebendo por mês) ou empreiteiros (ganhando por tarefa executada)¹²⁹.

Muitos dos imigrantes que foram levados para os latifúndios viravam parceiros dos fazendeiros. Esta parceria, na prática, era um arrendamento de terras. Os meeiros tinham inclusive a permissão para cultivar certos gêneros de subsistência na fazenda. Contudo, as crises pelas quais passou a cafeicultura, no início do

¹²⁶ Ibid., p. 86.

¹²⁷ DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, c1974. p. 86.

¹²⁸ Ibid., p. 87.

¹²⁹ SALETTO, N. **Transição...**, op. Cit., p. 88.

século XX, fez com que muitos meeiros se tornassem proprietários das terras onde moravam e trabalhavam. Assim, o sistema de parceria acabou sendo benéfico para muitos colonos, pois muitos destes puderam ter acesso à posse da terra¹³⁰.

“A colônia de Venda Nova do Imigrante, ainda na região de Castelo, surgiu da partilha, por colonos italianos, de várias fazendas abandonadas após a Abolição. Bururama, situada acima de Cachoeiro de Itapemirim, foi também estabelecida por colonos italianos, nas terras da Fazenda Floresta, já na década de 1910” (SALETTTO, 1996, p. 105)

Em sua terra de origem, a maioria desses imigrantes era de origem camponesa. Portanto, não resta dúvida de que um dos principais atrativos para eles era a chance de ter acesso à propriedade fundiária – possibilidade esta cada vez mais remota na Europa. O Espírito Santo, com seus imensuráveis espaços vazios, se tornou uma possibilidade concreta para esses imigrantes a que aspiravam a posse da terra.

Visto que precisavam explorar ao máximo a terra, os imigrantes fizeram um esforço tremendo para levar a efeito essa árdua empresa, numa região que conjugava dificuldades que iam desde a ausência dos meios de produção necessários para a realização do trabalho, até o problema da adaptação a uma região inóspita, desconhecida e bastante diferente da Europa. A carência de tecnologia e fertilizantes eram muitas vezes substituídos pelo emprego de um grande número de pessoas na dinâmica de trabalho.

A dificuldade inerente à falta de condições pecuniárias para a aquisição de mão-de-obra, o que representava a situação da grande maioria dos imigrantes, era suprimida pelos próprios membros da família, os quais dividiam entre si as obrigações do labor cotidiano. Para o sucesso da colonização das terras que lhes foram concedidas, quer por arrendamento quer por compra, precisava haver uma união indissociável entre os membros que compunham a comunidade e, principalmente, a família, daí sua importância inestimável para os imigrantes.

¹³⁰ Ibid., p. 105.

Muitos desses imigrantes, especialmente os italianos, eram católicos fervorosos, e o fato de terem abandonado sua pátria não os fizeram prescindir de sua religião. A Igreja era um importante *locus* de circulação de idéias, o que permitia aos imigrantes se informar acerca do que estava acontecendo, não somente em outras regiões do Brasil, mas também na Itália. Ademais, nos encontros na Igreja também se conheciam as necessidades dos membros da comunidade, os quais tinham suas dificuldades atenuadas através de mutirões que providenciavam as medidas remediadoras dessas demandas.

Após a divulgação do *Manifesto de Outubro*, em 1932, surgiu a necessidade de conquistar cada vez mais adeptos ao novo movimento. Para tanto foram criados os órgãos de propaganda cujo objetivo era difundir a ideologia da organização sob a regência de seus principais teóricos, a saber, Plínio Salgado, Miguel Reale, Olbiano de Mello, Gustavo Barroso, entre outros.

Estudando o processo de penetração dessas idéias em Venda Nova do Imigrante, Agostino Lazzaro sugere que a principal motivação que levou os imigrantes e seus descendentes a aderir em massa ao Integralismo foi o anticomunismo. Eles viram na ameaça comunista propalada pelo Integralismo, a possibilidade perder a posse da propriedade da terra, que a duras penas conseguiram aqui no Espírito Santo, a ponto de terem de abandonar sua pátria de origem¹³¹.

O comunismo representava para os imigrantes a deturpação dos seus valores mais intrínsecos. A fala de que os comunistas eram ateus e que aspiravam à desagregação da família para articular seus membros a promover uma revolução para destruir a propriedade privada, soava aos ouvidos dos imigrantes como uma tentativa de corromper os valores tradicionais da sociedade cristã, a saber, a preservação da unidade familiar e o temor a Deus acima de todas as demais coisas. Por isso, ante ao embate ideológico que se polarizava nesse período, grande parte dos imigrantes se voltava ao Integralismo, movimento que melhor se adequava ao *modus vivendis* dos moradores de Venda Nova. “Pessoas

¹³¹ LAZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleici^a e FRANCESCHETTO, Almar. **Lembranças Camponesas: A tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante**, 1^a ed – Vitória Projetos RECIES – Resgate da cultura da Imigração Italiana no Espírito Santo, 1992. p. 26.

trabalhadoras, extremamente religiosas, tementes a Deus e à autoridade paterna”¹³²

Havia casos em que as pessoas se inscreviam no movimento integralista motivadas por certo sentimento de saudosismo pela Itália e pela admiração por Mussolini. Esses, que eram uma minoria, sabiam das afinidades da AIB com o fascismo italiano. “Mas a grande maioria tinha mesmo era fascínio por Plínio Salgado, por seus discursos vigorosos e inflamados e por sua atuação profundamente carismática”¹³³.

Segundo Lazzaro, embora houvesse motivos religiosos e políticos, a grande maioria dos aderentes à AIB não tinha nítida consciência do que representava o Integralismo, pelo menos no que toca sua organização ideológica e partidária. Eles se filiavam ao partido motivados “pela alegria, pela festa, pelo fato de poder vestir roupas vistosas e diferentes”. Houve casos, como sugere o autor, em que os militantes do partido eram arregimentados à convite de pessoas dotadas de certa influência política, que os cooptavam a se filiarem ao partido em troca de favores diversos¹³⁴.

Além disso, a repressão às dissidências foi um fator positivo para o crescimento da AIB em Venda Nova do Imigrante. Como escreveu o vendanovense Máximo Zandonadi, ele próprio um jovem líder integralista na época, “os poucos alheios ao movimento eram menosprezados, odiados, tachados de comunistas e ateus”. Por isso, pelo menos noventa por cento da população atenderam ao apelo integralista.

¹³² Ibid., p. 29.

¹³³ Ibid., p. 30.

¹³⁴ Ibid., p. 30.

4.3 A conjuntura dos anos 30 e a fundação da AIB em Cachoeiro de Itapemirim

Os efeitos da crise de 1929 foram desastrosos para Cachoeiro de Itapemirim. Muitos estabelecimentos comerciais fecharam e muitos fazendeiros faliram devido à queda vertiginosa do preço do café¹³⁵. As mudanças, resultante da ascensão de novas forças políticas, pouco afetaram a vida econômica do Espírito Santo, nos anos subsequentes à crise. Apesar de todo o empenho político-administrativo prestado pela interventoria, o governo estadual não conseguiu realizar as mudanças prometidas pela revolução.

Uma vez que o capital comercial, representado pela Associação Comercial de Vitória, exerceu destacada influência nas negociações de acordo entre governo estadual e os revolucionários¹³⁶, ele continuou controlando a economia, a sociedade e a política, agora através dos arranjos feitos pelo então hegemônico Partido Social Democrático (PSD), criado para apoiar a interventoria. Com isso, juntamente com descontentamento de uma parcela considerável dos grupos oligárquicos do Sul do Estado, cresceu também a insatisfação daqueles grupos que tiveram participação limitada no movimento revolucionário, ou seja, os funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes e operários.

As medidas adotadas pela interventoria para reequilibrar a situação financeira estadual, impuseram um rigoroso controle das despesas, através da redução dos vencimentos dos funcionários civis e militares em 10%, além dos cortes nas subvenções e a exoneração de professores com menos de cinco anos de serviço, supressão dos cargos considerados inúteis, redução do pagamento dos coletores, entre outros¹³⁷.

“Apesar de a grave crise econômico-financeira afetar toda a sociedade, mesmo de forma diferenciada, as medidas para compressão de despesas da administração foram implementadas para atender aos

¹³⁵ (Cf. Cachoeiro de Itapemirim, 1985, p. 23.)

¹³⁶ Ata da reunião da diretoria da Associação Comercial de Vitória. (06-11-1930)

¹³⁷ PACHECO, R. Os dias..., Op. Cit., p. 36.

interesses das classes dominantes, cujos membros foram convenientemente consultados sobre quanto poderiam arrecadar. Está claro que a crise reinante serviu como pretexto para que não se falasse em providências objetivando aumento da receita, nem o novo governo estava interessado em pressionar os exportadores para que houvesse tal aumento. Já os servidores estaduais, que pertenciam em sua esmagadora maioria às classes média e pobre, nem sequer foram ouvidos. Além de terem os salários reduzidos, eles pagaram compulsoriamente o imposto de um dia sobre seus vencimentos” (ACHIAMÉ. 2010, p. 145).

Vale lembrar que, mesmo prejudicados pela política econômica do governo, os servidores públicos não podiam protestar, devido à rígida estrutura imposta pelo regime político vigente. Na verdade, a interventoria, atendendo às determinações emanadas do governo federal, controlava todas as organizações reivindicativas atuantes na sociedade. Um exemplo disso foi a incorporação dos sindicatos dos trabalhadores pelo Estado.

Em Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, para conter a onda de insatisfação gerada pelos efeitos da crise nas fábricas, a interventoria suprimiu a ação política de diversos sindicatos como o dos funcionários da fábrica de tecidos, o sindicato dos ferroviários, o sindicato da construção civil etc, minando, assim, a mobilização livre dos trabalhadores¹³⁸.

Para muitos agricultores, sua situação sócio-econômica tornou-se praticamente insustentável após a crise de 1929. Apesar de muitos fazendeiros terem vendido pedaços de suas terras e muitos meeiros terem se tornado pequenos proprietários, os incentivos do governo estavam voltados a atender, exclusivamente, aos interesses das grandes lavouras exportadoras de café, haja vista que este correspondia a 83% da arrecadação, sendo, por isso, quase o único produto da lavoura espírito-santense. Na verdade, fora da cafeicultura, poucas perspectivas havia às novas lavouras que foram introduzidas com vistas à criação de uma agricultura diversificada. Um exemplo disso foi o cultivo de algodão, que sequer atendia á demanda das fábricas locais.

¹³⁸ ACHIAMÉ, F. *O Espírito Santo...*, op. Cit., p. 207.

Como as estratégias do governo visavam incrementar economia estimulando as exportações e concedendo incentivos fiscais e empréstimos apenas aos cafeicultores, os pequenos proprietários viram-se, em grande medida, desamparados pela interventoria. Não é a toa que, no município de Cachoeiro de Itapemirim, a A.I.B. arregimentará a maior parte de sua militância, principalmente, entre agricultores, funcionários públicos e profissionais liberais, ou seja, os desassistidos pela política econômica do governo estadual.

Como vimos, Vitória foi a primeira cidade a organizar um núcleo integralista no Espírito Santo, o qual funcionava na Alfândega, nº 23, com o honorável título de “Cidade Integralista de Vitória”¹³⁹. As reuniões de doutrinação como a que ocorreu em 24 de abril de 1935, no Cine Politeama, parque Moscoso, Vitória, eram realizadas para reiterar os postulados ideológicos entre os próprios integralistas e angariar maior número de adeptos.

Em Cachoeiro de Itapemirim, as primeiras reuniões visando à organização de um núcleo integralista aconteceram nos últimos meses de 1934. Contudo, a AIB somente iniciou seus trabalhos no município, no dia 15 maio de 1935, com a fundação oficial do núcleo na cidade.

Na reunião de inauguração do movimento, além do Chefe Provincial, o Sr. José Linhares, e os secretários provinciais, o Dr. Jair Dessaune e Otaviano Santos, também participaram do evento vários representantes dos “camisas-verdes” de outros municípios do Sul do Estado, e 45 representantes do núcleo distrital da AIB de Floresta (atual distrito de Burarama). “Foram designados na sessão como coordenadores do núcleo da cidade os senhores: Nelson Silva, Cladistone Rubim, Calbi Rego e Darci Pereira¹⁴⁰”.

É importante ressaltar que antes da fundação do núcleo integralista de Cachoeiro de Itapemirim, a AIB já desempenhava destacada atuação em muitos municípios

¹³⁹ Arquivo Público Estadual, Dossiê DOPS, caixa 37 (1934-1937)

¹⁴⁰ FAGUNDES, P. E. *Vestígio de um esquecimento...*, op. Cit., p. 203. Cf. *Correio do Sul*, 15/05/1935, p. 1.

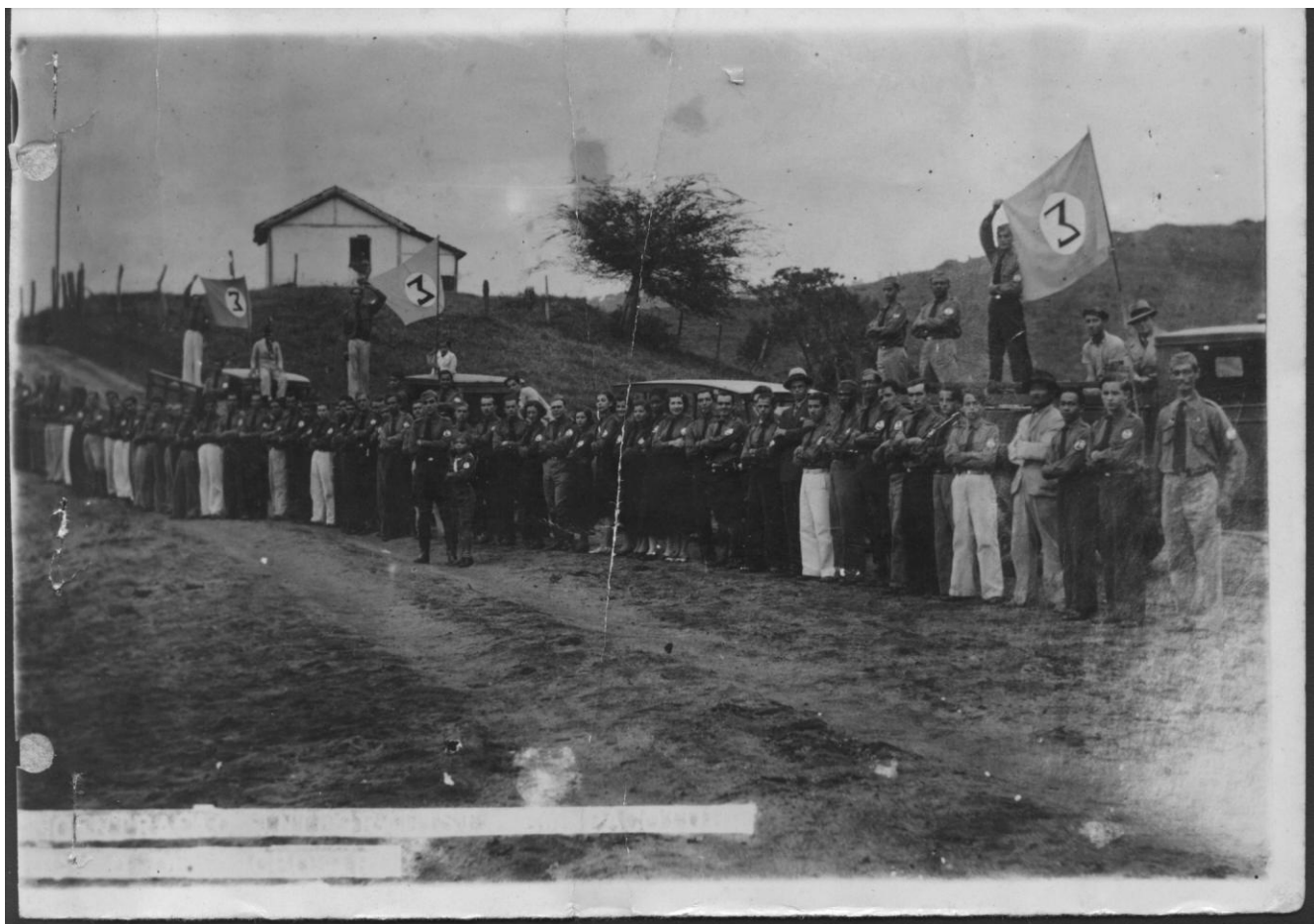
do Sul do Estado, sobretudo, em Castelo, Muqui, Alegre, Venda Nova do Imigrante e Floresta.



Na verdade, a penetração da AIB em Cachoeiro pode estar relacionada à sua proximidade com esses municípios; a considerável presença de descendentes de italianos e o contato que se estabelecia entre os habitantes da região Sul através das atividades comerciais.

Como vimos, a A.I.B. criava inúmeras situações para que seus militantes estivessem sempre reunidos. Nessas reuniões, os integralistas podiam reafirmar os valores do sigma, discutir estratégias de cooptação e expansão da doutrina nos núcleos regionais e restabelecer os vínculos ao movimento. Após a fundação do núcleo da AIB em Cachoeiro de Itapemirim, os integralistas cachoeirenses puderam participar, juntamente com os integralistas de outros municípios, das confraternizações feitas pelos “camisas-verdes”. Um exemplo disso foi o

churrasco organizado pelos militantes de Burarama, no qual estaria presente, entre outros dirigentes, o próprio Gustavo Barroso.



Para se ter uma ideia da dimensão tomada por esse evento, o depoimento de Waldemar Andrade é elucidativo:

“[...] os integralistas haviam marcado um churrasco, em Burarama, com a presença do Gustavo Barroso – um dos líderes do movimento. Tenho uma lembrança perfeita desse dia. Era um domingo, à tarde, e eu estava no Bar do Grego, tomando um leite batido, quando vi passar as primeiras motocicletas, depois um carrinho, tipo “fordeco” – onde estavam os comandantes integralistas – e muitos caminhões. Contei 26 deles, cheios de militantes. Os veículos seguiram em direção ao Yole Clube, no lado norte da cidade, e, depois, os militantes marchariam a pé para o centro. (ANDRADE, Cachoeiro de Itapemirim, 1985, p. 24)



Vale lembrar que exceto nas “reuniões ordinárias”, em que somente os membros da AIB podiam comparecer, nas outras formas de reunião eram franqueadas a entrada de familiares e amigos dos militantes. Portanto, essas reuniões, como o churrasco de Burarama, eram muito importantes para a arregimentação de novos adeptos ao movimento.

Por conseguinte, os anos de 1935 e 1936 foram prodigiosos para AIB não apenas em Cachoeiro de Itapemirim, mas também em toda a região Sul. Seu crescimento era tão significativo que “os camisas-verdes” lançaram candidaturas a prefeitos e vereadores em praticamente todos os municípios da região. No município de Castelo, por exemplo, local de grande concentração de descendentes de italianos, a AIB quase ganhou as eleições para prefeitura e elegeu o maior número de parlamentares integralistas entre os municípios do Sul do Estado¹⁴¹.

Em Cachoeiro, dentre os principais dirigentes integralistas merece destaque o sr. Nelson Silva, funcionário público aposentado e membro da primeira direção municipal; Darcy Pereira, funcionário da agência Vivácqua-Vieira S/A, chefe do

¹⁴¹ Ibid., p. 205.

núcleo municipal e membro da Câmara dos Quatrocentos, importante órgão de deliberação integralista em nível nacional; Dalton Penedo, médico aposentado, eleito vereador pela AIB nas eleições de 1935/1936 e também membro na Câmara dos Quatrocentos¹⁴².

Infelizmente, não é possível saber o nome de todos os integralistas cachoeirenses, muito menos as razões que os levaram a aderir ao movimento. Contudo, o que se verifica é que pouquíssimos militantes se filiaram ao movimento pelos mesmos motivos de seu dirigente local, o Sr. Nelson Silva, o qual aderiu à AIB devido ao conteúdo revolucionário expresso no Manifesto de Outubro, ou como Dalton Penedo, que aderiu ao movimento impressionado com o programa educacional da AIB¹⁴³. Na verdade, a maior parte dos militantes ingressou ao movimento a convite de amigos e pessoas influentes. Poucos integralistas cachoeirenses se filiaram à AIB conhecendo seu forte conteúdo doutrinário e ideológico. Então, o que de fato possibilitou o crescimento do contingente integralista em Cachoeiro de Itapemirim?

4.4 O papel da Igreja

A forte religiosidade e o anticomunismo defendidos fervorosamente pelo integralismo logo atraíram a benevolência de clérigos da Igreja Católica. O Integralismo encarnava não somente aspectos significativos de um movimento político nacional, mas também encerra em sua práxis um conjunto de preceitos místico-religiosos. A doutrina social católica exerceu notável influência no pensamento integralista. Na verdade, muitos membros da AIB, inclusive o próprio Plínio Salgado, eram católicos fervorosos. Alguns dos princípios mais emblemáticos da doutrina do Sigma, como seu notório slogan: Deus, Pátria e Família, têm seus fundamentos alicerçados sobre os ensinamentos da Igreja.

¹⁴² FAGUNDES, P. E. *Vestígio de um esquecimento...*, op. Cit., p. 203.

¹⁴³ *Ibid.*, pp. 200-204.

A Igreja Católica estava impregnada de integralistas, como é o caso do padre Helder Câmara, influente religioso e político. No Espírito Santo, muitos religiosos que ocupavam cargos na hierarquia da Igreja, como é o caso do padre Ponciano Stenzel, se tornaram vorazes adeptos da doutrina do Sigma¹⁴⁴. Muitos integralistas vigorosos, como Manoel Lopes Pimenta, Arnaldo Magalhães, Jair Etienne Dessaune e outros, também eram católicos.

Nessa época, as igrejas eram um importante espaço de socialização, principalmente, no interior do Estado, onde a presença de descendentes de italianos e alemães era significativa. Nelas se organizavam, entre outras, os mutirões para construção de estradas, pontes e até mesmo reparos nas casas dos membros mais necessitados. Era muito comum, nesse período, clérigos de outras nacionalidades, como portugueses, italianos e espanhóis, ministrarem cultos no interior do Estado. Por isso, ali, freqüentemente, circulavam informações acerca do que estava acontecendo tanto no Brasil, quanto nos seus respectivos países de origem. Com efeito, muitos padres não faziam questões de dissimular sua posição política ante o embate ideológico entre o fascismo e o comunismo.

Conforme o Sr. Waldemar de Andrade, embora não o fizessem abertamente, os padres, sobretudo de origem italiana e alemã, estimulavam o integralismo. Em Castelo, por exemplo, se ouvia a notícia de que havia em Venda Nova do Imigrante, ou arredores, imagens de santos vestidos de camisa verde e sigma no braço¹⁴⁵.

Ao longo da década de 1930, verifica-se um maior estreitamento das relações entre a cúpula da Igreja Católica e o governo intervencionista no Estado do Espírito, sobretudo, durante o bispado de Dom Luís Scortegagna, cujo secretário era o padre Ponciano Stenzel, eleito vereador à Câmara Municipal de Vitória pela legenda integralista. De acordo com Achiamé, é muito provável que o bispo tenha

¹⁴⁴ ACHIAMÉ, F. **O Espírito Santo...**, op. Cit., p. 186.

¹⁴⁵ ANDRADE, W. M. **Cachoeiro de Itapemirim**, 1985, p. 27.

reagido à perseguição aos integralistas, sobretudo, para proteger aos padres que lhe eram subordinados¹⁴⁶.

A igreja, especialmente nesse período de iminente expansão das ideias comunista, era um forte aliado do Estado. Com efeito, nessa relação de entrelaçamento entre a Igreja e o Estado, cabia aos titulares da diocese, primeiro Dom Benedito e depois Dom Luís, apoiar o governo discricionário, enquanto este facilitasse a ação pastoral e assistencialista dos bispos, dos padres e dos religiosos. Assim, visto que muitos dos dogmas integralistas estavam de acordo com os dogmas da Igreja, esta, de certa forma, colaborou, sobremaneira, para o crescimento da AIB, especialmente, no Sul do Estado.

4.5 Propaganda e Persuasão


Os integralistas foram pioneiros na utilização dos meios de comunicação como um instrumento de doutrinação e propaganda política de suas atividades. No Espírito Santo, a revista *Vida Capixaba* abriu generoso espaço para a reprodução de matérias e, principalmente, imagens fotográficas dos “camisas-verdes” locais.

Esta revista era um importante periódico com extensa folha de serviço prestados à cultura e à comunidade capixaba. Sua circulação, a partir da década de 1920, atingia todo o interior do Espírito Santo e as informações que eram veiculadas abrangiam desde colaborações literárias até as reportagens fotográficas, que abordavam temas de interesse do governo ou eventos em que os protagonistas eram autoridades e políticos de destaque¹⁴⁷.


¹⁴⁶ ACHIAMÉ, F. *O Espírito Santo...*, op. Cit., p. 186.

¹⁴⁷ ACHIAMÉ, F. *O Espírito Santo...*, op. Cit., pp. 203-204

INTEGRALISMO




O encerramento do I. Congresso Integralista Brasileiro, realizado no Teatro «Cork», Gênes, na cidade, com representantes dos 21 Estados da União.



O casamento do «camisa-verde» espírito-santense, realizado em Campinas, município de Domingos Martins. Sentados, da direita para a esquerda, sr. Arnaldo Magalhães, chefe Integralista Provincial; os nubentes, sr. Theodoro Schwambach e sua esposa Izilda Lorenzoni e o dr. Adhemar Neves, secretário do Departamento Provincial de Organização Política.

... Verde é o produto da terra que o homem lava e arde verdes são todos os sonhos dos que têm uma crença, dos que têm uma Pátria, dos que têm uma família, um santo sagrado que se chama lei, para sintetizar o afeto e as manifestações mais puras e cristalinas da renúncia em benefício de outros. Unamo-nos todos, em torno desta camisa verde, cheia de fé e de esperança, que resume todos os nossos anseios ainda não postergados pelo interesse vil, porque se ela não tivesse nenhum merito, teria como tem, pelo menos, a grande qualidade de ser a barreira que se levanta, o dique que cresce, o exercito que se forma, a armada que se prepara, o avalanché que precisa crescer e se tornar intransponível, para se sobrepôr a essa onda negra de sangue e de guerra, de destruição do direito, do fim da honra, da dignidade, da família, e da Pátria, que é o comunismo vermelho que progride com a covardia dos governos desamparados da opinião pública.

JABY ETIENNE DESSAINE



Um grupo de «camisas-verdes» de Domingos Martins, vendidos sentados a sr. Arthur Schneider, Octaviano Santos e Theodoro Schwambach.

Fonte: **Vida Capixaba**, ano XII, n. 360, 15 mar. 1934.

De acordo com Achiamé, as reportagens fotográficas eram encimadas por títulos sugestivos e, geralmente, possuíam legendas para complementar as informações que convinham destacar. “Tinham grande impacto num mundo já acostumado ao cinema falado, em que a fotografia assumia cada vez maior lugar na divulgação dos feitos de repercussão social”¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Ibid., p. 204.

Movimento Integralista no E. Santo

1º congresso Integralista brasileiro



Plínio Salgado, Chefe Nacional, perpetuo e insubstituível, do grande movimento integralista do Brasil.

Victoria, a formosa capital do Espírito Santo, nos dias 26 de fevereiro, 1º, 2, 3 e 4 de março últimos, viveu gloriosos dias de entusiasmo e vibrações integralistas.

Aqui se instalou solennemente, no theatro «Carlos Gomes», o primeiro congresso integralista brasileiro, que funcionou com grande animação, effectuando suas sessões plenarias na sede da Acção, á Avenida Capichaba, e os actos brillantissimos da installação e encerramento, com a assistência e os applausos da elite social victoriense, naquele theatro.

No dia 28, vindos do Rio de Janeiro, chegaram a esta capital os illustres e festejados *camisas verdes*—proceres e leaders desse forte movimento nacionalista— srs. drs. Plínio Salgado, Medeira de Freitas, capitão Jeovah Moita, Othiano de Meilo, Ponciano Jaqueira, Francisco Siella, Miguel Reale, Loureiro Junior e outros muitos, desse famoso e valioso, os quaes foram recebidos pelo triumpho municipal de Victoria e duas centurias de *camisas olivas*, sob as mais vibrantes e cordiosas demonstrações de respeito.

Na sede social do Nucleo, que esteve sempre repleta de integralistas e de sympathizantes, destacando-se numero-

sa e selecta contribuição feminina, e nas ceremonias solennes do Congresso, diversos oradores notaveis proclamaram em electrizantes discursos os supremos rumos e objectivos do nosso movimento, idômente nacionalista, que prosegue victoriosamente dentro do Brasil, empenhando-se por velar um regimen de ordem, de trabalho, de moralidade, entre as nações mais importantes do mundo contemporaneo.

O consagrado Chefe Nacional do Integralismo, dr. Plínio Salgado, falando varias vezes com o desassombro, a energia civica, a vibração patriótica, o calor nacionalista, que todos lhe applaudem delirantemente, teve opporrtunidades diversas de verificar que os grandes auditorios, que o escutaram, se escravizaram á eloquencia vigorosa de sua palavra relumbante, sincera, pregando-nos o advento do governo unico, que exaltará, para gloriosos fins, os magos destinos da Nacionalidade Brasileira.

No primeiro domingo de março corrente, a luctiva caravana integralista, profundamente encastada com a nossa terra e com a nossa gente, retornou ao Rio de Janeiro.



Arnaldo Magalhães, Chefe da Acção Integralista no Espírito Santo.

Fonte: **Vida Capixaba**, ano XII, n. 360, 15 mar. 1934.

Sabe-se que um dos seus editores era o sr. Jair Dessaune, dirigente integralista que inclusive chegou a se eleger vereador pela legenda na capital do Estado, nas eleições de 1935. Com efeito, os “camisas-verdes” capixabas souberam aproveitar a popularidade da revista *Vida Capichaba*, como um importante mecanismo de divulgação e propaganda integralistas nos núcleos locais da AIB¹⁴⁹.

Entre os anos de 1933 e 1937, foram publicadas na revista dezenas de fotografias de militantes da AIB em atividades públicas como casamentos, reuniões e desfiles em diversas regiões no Estado. Por exemplo, na edição nº 375, de 30 de Outubro

¹⁴⁹ FAGUNDES, P. R. *Revista Vida Capichaba (1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do Estado Espírito Santo*. In: *Em Tempos de Histórias* – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – PPG-HIS, n. 15, Brasília, jul./dez. 2009. ISSN 1517-1108.p. 97.

de 1934, a *Vida Capichaba* publicou uma matéria acerca da imensa parada integralista realizada em Vitória, em comemoração ao Dia da Pátria. Segundo a revista, a parada mobilizou aproximadamente dois mil camisas-verdes de várias regiões do Espírito Santo¹⁵⁰. Na edição nº 378, de 30 de maio de 1935, foram publicadas imagens da família de João Gava, um dos chefes integralistas do município de Cachoeiro de Itapemirim¹⁵¹.

Também em Cachoeiro de Itapemirim, os jornais foram um importante meio de comunicação usados pelos integralistas para mobilizar os camisas-verdes em suas paradas e passeatas.



Fonte: **A Offensiva**, pg 3, 8/11/1936.

Os integralistas cachoeirenses organizaram diversas paradas nas principais ruas do município. Uma delas foi a realização de um grandioso desfile pelas principais ruas da cidade, vindo de uma concentração na localidade de Pacotuba. Antes de subir nos caminhões e rumar para Cachoeiro, todos se perfilaram para o registro

¹⁵⁰ **Vida Capichaba**, ano XII, n. 375, 30 outubro 1934.

¹⁵¹ **Vida Capichaba**, ano XIII, n. 387, 30 maio 1935.

fotográfico do encontro que foi destaque até nas páginas da *A Offensiva*, jornal oficial de circulação nacional da AIB que circulou entre 1934 e 1938.

De acordo com Nelson Silvan,

“Nós fizemos uma parada grande. Reunimos lá em Pacotuba [...], todo mundo de caminhão, viemos até Cachoeiro e fizemos um desfile aqui na cidade até o Coronel Borges, Baiminas; andamos pelo centro da cidade; foi somente esta parada, desfile que nós fizemos e não fomos molestados. (SILVAN, Nelson. Entrevista concedida a Pedro Ernesto Fagundes, em 29 de Abril de 2004).

Conforme o jornal o *Correio do Sul*, o desfile impressionou pela organização, disciplina e expressão numérica. Vale lembrar, no entanto, que durante todo o evento a polícia esteve acompanhando os integralistas para evitar possíveis conflitos com os "*comunistas*" da ANL¹⁵².

Os gestos e as saudações, os uniformes distintivos e os desfiles e concentrações integralistas promoviam o espetáculo estético do movimento. No Integralismo os ritos e símbolos misturam o político e o estético, impactando o espectador pela sua organização, disciplina e unidade. Por isso, serviam aos propósitos práticos do movimento, ou seja, padronizar o comportamento e conquistar a adesão de novos adeptos. Em todos os núcleos integralistas espalhados no Brasil, esses rituais foram incentivados.

Além desses e outros símbolos, em Cachoeiro de Itapemirim, a experiência integralista também acompanhava os momentos mais importantes da vida social dos militantes cachoeirenses. O casamento do Sr. Nelson Silva é um exemplo emblemático da incorporação da doutrina. O matrimônio do Sr. Nelson Silva se destaca como um evento muito importante na trajetória do integralismo em Cachoeiro.

O Sr. Nelson Silvan casou-se com a filha do Sr. Frederico Augusto Codeceira, integralista inveterado e homem de notória índole pública. Na época, o Sr. Codeceira era um influente juiz de Direito da Comarca de Vila de Itapemirim. Esse

¹⁵² *Correio do Sul*, pg. 01, 31/07/1931.

evento, posteriormente documentado nos impressos integralistas de circulação nacional, fora concebido com o firme propósito de impactar o município, ostentando toda força e organização do movimento. Para tanto deveria mobilizar todos os camisas-verdes, não somente os cachoeirenses, mas também os de outros núcleos, principalmente, do Sul do Estado. Isso explica, em grande medida, o porquê dos aliancistas, comunistas e antiintegralistas unirem forças para impedirem sua realização. Um exemplo disso foi o boicote dos motoristas, que “para não servirem ao acompanhamento, espalharam taxas, obstruíram o trânsito de carros particulares, de sorte que o cortejo viu-se obrigado a caminhar à pé até a Igreja”¹⁵³.



Contudo, se por um lado o casamento do sr. Nelson Silvan foi prejudicado pela greve dos taxistas, por outro parece ter logrado, pelo menos em parte, o objetivo almejado, pois permitiu ao movimento exibir sua força e mobilização, de modo que a repercussão desse evento marcou profundamente a cidade nesse período.

¹⁵³ Cachoeiro de Itapemirim, 1985, p. 28.

4.6 A exacerbação dos conflitos: AIB X ANL

Sete meses após a fundação da AIB em Cachoeiro de Itapemirim, esta cidade foi palco de um dos mais controversos e violentos conflitos envolvendo os integralistas e os aliancistas em toda a história do movimento. Toda a agitação começou quando os integralistas anunciaram que realizariam um congresso em Cachoeiro¹⁵⁴. Eles estavam preparando-se para receber, aproximadamente, cinco mil (5000) militantes de todo o Espírito Santo e de todos os outros Estados da região sudeste. Dentre os dirigentes nacionais previstos no Congresso de Cachoeiro, a maior expectativa era a vinda do Chefe Nacional, Plínio Salgado.

De acordo com o sr. Waldemar Mendes de Andrade, uma “multidão” foi para frente da sede da ANL, que funcionava no prédio do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, aguardar a decisão da direção da ANL a respeito do Congresso Integralista. Os populares, e dentre estes os antiintegralistas, ou seja, os defensores da liberal democracia, e membros da maçonaria, não desejavam que o congresso fosse realizado e, muito menos, a presença de Plínio Salgado, em Cachoeiro de Itapemirim¹⁵⁵. A classe operária cachoeirense, por exemplo, em sinal de protesto, deu início à greve no dia 30 de outubro, paralizando-se vários serviços da cidade, como os automóveis de aluguel¹⁵⁶.

Desde a década de 1920, o PCB já vinha mobilizando politicamente, sobretudo, os trabalhadores das fábricas e das ferrovias. Assim, com exceção da Fábrica de Tecidos, em que “os operários eram em massa fascistas”¹⁵⁷, o Partido Comunista e, posteriormente, a ANL havia construído vínculos estreitos com os trabalhadores, inclusive nos sindicatos¹⁵⁸.

¹⁵⁴ Ibid., p. 24.

¹⁵⁵ Ibid., p. 24.

¹⁵⁶ **Correio do Sul**, 06/ 11/1935, p. 01.

¹⁵⁷ **Cachoeiro de Itapemirim**, 1985, p. 27.

¹⁵⁸ Ibid., p. 21.

“Os ânimos estavam exaltados”, sobretudo, porque na véspera do congresso, “um grupo de integralistas do interior do município, que viajava em um caminhão, sofreu uma emboscada, na altura de morro Grande, e Alberto Sechin foi assassinado”¹⁵⁹. A morte do jovem integralista foi um elemento que se somou ao clima de apreensão e medo que tomou conta da cidade. Durante todo o dia 02 de novembro, dia de finados, os camisas-verdes velaram o corpo de Alberto Sechin. No dia seguinte, integralistas e aliancistas foram para Estação da Estrada de Ferro Leopoldina receber a comitiva de Plínio Salgado.

Há várias versões para o conflito. De acordo com Pedro Corrêa Reis, na época dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, primeiro chegaram os comboios, de Vitória, trazendo o pessoal da Aliança Nacional Libertadora, posteriormente, chegaram os integralistas vindos de Itaperuna, Bom Jesus, Colatina e outras regiões.

“À tarde chegou o trem do Rio de Janeiro, com os vagões cheios de integralistas. [...] Na estação estavam o operariado e trabalhadores de todas as categorias, esperando. O povo de Cachoeiro não queria que o congresso fosse realizado aqui. E não houve conversa. Os integralistas foram logo atirando. O capitão Nicanor Paiva, que estava de prontidão na estação, mandou que os trabalhadores se deitassem e revidou o fogo dos integralistas (REIS, Pedro Corrêa, Cachoeiro de Itapemirim, 1985).

Na versão de Guilherme Tavares, na época militante da Juventude Comunista

(...) nós do Partido e da ANL achamos que Plínio Salgado não deveria desembarcar aqui. Ele vinha de trem naquela época. Na estação ficaram gritando não desembarca!...e eles (os integralistas) gritando desembarca!...Ai ficou naquele desembarca, não desembarca, desembarca, não desembarca. E ai o pau quebrou! (...). Com o apoio do prefeito e da polícia os integralistas tiveram garantida a descida do Plínio Salgado. E o povo da Leopoldina, os carroceiros todos com paus e pedras nas mãos, esse pessoal era bravo mesmo! Não deixou ele saltar não (...) começou o tiroteio. A polícia colocou uma metralhadora ali onde hoje é aquele beco em frente à Caixa Econômica e atirou e matou duas pessoas (...). Todo mundo correu (TAVARES, Guilherme. Entrevista concedida a Pedro Ernesto Fagundes, em 19/04/2004)”

Consoante o Sr. Waldemar de Andrade, “a polícia deve ter atirado. Uns diziam que era obra dos integralistas. Não foram eles. Foi a polícia. Talvez um descuido, um excesso da polícia, que sempre tem um dedo leve para essas

¹⁵⁹ Ibid., p. 24.

coisas¹⁶⁰. Conforme o relato do Sr. Frederico Augusto Codeceira, juiz de Direito da Comarca de Vila de Itapemirim, que depôs no inquérito instaurado em 1938 pela Comissão Executora do Estado de Guerra no Estado do Espírito Santo para interrogar vários acusados, suspeitos de “prática de doutrina comunista” e apurar a responsabilidade das atividades extremistas, que culminaram com o choque entre integralistas e membros da ANL na Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, a polícia de Cachoeiro de Itapemirim tinha a seus serviços dois comunistas declarados – Wilson Depes, condenado com “sursis” e Ormy Dessaune, e, na noite do crime, ela só tinha uma preocupação: prender integralistas¹⁶¹.

Sabe-se que a AIB se organizava na forma de milícia e de acordo com Nelson Silvan, o assassino do chofer Quitito teria sido o integralista Arnaldo Pretti, comerciante da cidade de Colatina. O próprio ex-dirigente integralista, referindo-se ao tumulto gerado pelos tiros, afirma que

“[...] eu vi outros companheiros e disse que o negócio estava muito feio e para quem tinha arma esconder. Aquele negócio todo, e aí a polícia apareceu lá, fez a revista e não viu nada” (SILVAN, Nelson. Trecho da entrevista concedida a Pedro Ernesto Fagundes, em 29 de Abril de 2004).

A utilização de armas por parte dos integralistas, como relata Nelson Silvan, pode estar relacionada ao nefasto evento que ocorreu dois dias antes do episódio da Estação Leopoldina, ou seja, o assassinato de um jovem integralista da localidade de São Vicente, quando ele e seus companheiros se dirigiam para Cachoeiro. Isso pode até ter contribuído para eclosão do conflito.

O resultado desse desastroso evento foram dois mortos, Waldomiro dos Santos (Quitito) e Orestes Cândido, e um ferido, Milton Prado, militante integralista de Vitória. Infelizmente, não é possível chegar a um consenso acerca dos responsáveis pelos disparos. No entanto, esse evento revela a intensidade dos conflitos entre os integralistas e os aliancistas em Cachoeiro de Itapemirim.

¹⁶⁰ Ibid., p. 25.

¹⁶¹ Ibid., p. 28.

4.7 Da relação entre Integralismo e o poder público

Sabe-se que Getúlio Vargas foi, em grande medida, conivente com a expansão da AIB, devido, sobretudo, ao fato desta combater, entre outros, o comunismo. Na verdade, integralistas e simpatizantes do movimento estavam muito próximos de Vargas, ocupando posições de destaque nos quadros da administração do seu governo.

No Espírito Santo, o interventor João Punaro Bley também esteve rodeado de integralistas. “Figuras que desde o início apoiaram o interventor tiveram, posteriormente, destacada atuação integralista”, como é o caso do Sr. Arnaldo Magalhães, chefe da AIB no Espírito Santo, e o Sr. Frederico Codeceira, chefe de Polícia na capital¹⁶².

Segundo Waldemar de Andrade, “os integralistas, por serem chegados ao governo e darem uma atuação de proteção à polícia governamental, dispunham de uma situação privilegiada¹⁶³”. Com efeito, essa relativa proteção do Estado, foi de fundamental importância para a expansão do Integralismo. Contudo, em Cachoeiro de Itapemirim, a coisa parece ter sido diferente.

Em Cachoeiro, o PSD, o PL e a ANL ofereciam implacável resistência à expansão integralista. O PL e, principalmente, o PSD faziam fervorosas acusações de que os integralistas eram como os fascistas e nazistas, ou seja, contrários aos princípios fundamentais da liberal democracia. Nesse mesmo período, o movimento comunista internacional fazia uma rigorosa revisão de suas estratégias de revolução e concluiu que era de extrema urgência a formação de frentes para combater o crescimento do nazi-fascismo na Europa. Com isso, uma das conclusões a que chegou o Partido Bolchevique era de que naquele momento

¹⁶² ACHIAMÉ, F. *O Espírito Santo...*, op. Cit., p. 236

¹⁶³ *Cachoeiro de Itapemirim*, 1985, p. 25.

os perigos para classe operária seriam os regimes fascistas que começaram a ganhar corpo em vários países no mundo¹⁶⁴.

É nesse contexto que surge no Brasil a ANL, a qual foi organizada sob a destacada influência do PCB, nos meses iniciais de 1935, a partir da junção de inúmeros sindicatos e federações de trabalhadores aos quais se somaram várias organizações políticas da esquerda e de cunho democrático¹⁶⁵.

De acordo com Fagundes, em maio de 1935, membros da direção nacional da ANL estiveram em Cachoeiro de Itapemirim.

Segundo matéria publicada pelo jornal Correio do Sul, integrantes da “caravana aliancista” que rumavam de trem para Vitória – onde, em 30 de maio, foi realizado um comício da ANL no Teatro Glória - fizeram uma rápida parada em Cachoeiro de Itapemirim. (FAGUNDES, 2011, p. 220)

Em Cachoeiro, as reuniões do núcleo municipal da ANL aconteciam na Sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, na Rua 25 de Março, no centro da cidade, em uma sala cedida pelo presidente do sindicato, Pedro Corrêa Reis¹⁶⁶. Suas propostas, conforme Fagundes, atraíram a atenção de centenas de militantes, sobretudo no sentido de combater as ideias e proposições apresentadas pelos membros da AIB¹⁶⁷.

De acordo com Waldemar Andrade

“Efetivamente nunca houve briga entre integralistas e a Aliança Nacional Libertadora. Alguns camaradas jogaram ovos no escudo colocado na sede da Ação Integralista Brasileira, que funcionava no centro da cidade. [...] Mas tudo espontâneo. Como secretário da Aliança Nacional Libertadora em Cachoeiro eu ignorava que situações como estas pudessem ser organizadas. É verdade que elementos do Partido Comunista do Brasil também membros da Aliança, procuravam acirrar os ânimos. A gente participava de uma campanha comum, de partido

¹⁶⁴ Sobre as deliberações do Partido Bolchevique acerca do perigo dos fascismos, ver: POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura: a III internacional face ao fascismo**. Porto Alegre: Portucalense, 1972.

¹⁶⁵ PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/1935)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 70.

¹⁶⁶ **Cachoeiro de Itapemirim**, 1985, p. 24.

¹⁶⁷ FAGUNDES, Pedro. E. **Coração Vermelho: Guilherme Tavares e a memória dos comunistas do Espírito Santo**. In: MARIN, Andréia et al. **Vestígios da história sul capixaba**. Vitória, ES: Flor&cultura, 2011. p. 222.

político, e os integralistas também. [...] A militância era tolerável. Mas quando se falou na realização do congresso integralista, a nossa reação foi grande” (Andrade, 1985, p. 24).

Com efeito, o anúncio do Congresso Integralista em Cachoeiro parece ter articulado, muitas vezes sob a regência da ANL, diversos movimentos políticos e instituições numa verdadeira mobilização antifascista. Nesse sentido, merece destaque também a participação da maçonaria.

O embate entre integralistas e a maçonaria está relacionado ao fato de setores da Igreja, que apoiavam o integralismo, como é o caso do Padre Ponciano dos Santos Stenzel, atacavam hostilmente a maçonaria em defesa da ideologia da qual faziam parte. Em Cachoeiro de Itapemirim, a Loja Fraternidade e Luz, que havia sido fundada no ano de 1898, na década de 1930, conquistava um número cada vez maior de adeptos, sobretudo, entre camadas mais abastadas da cidade, de modo que até mesmo alguns membros da AIB estavam vinculados à maçonaria¹⁶⁸.

Com efeito, a Igreja intensificou seu discurso antimaçônico, acusando-a de seita satânica, comunista e de subversão maléfica, entre outras. A maçonaria, por sua vez, uniu-se aos movimentos antiintegralistas e combateu ativamente a AIB em Cachoeiro, sendo inclusive, conforme o relato do sr. Frederico Codeceira, acusada de assassinatos¹⁶⁹.

De acordo com algumas testemunhas que deporão na Comissão Executora do Estado de Guerra no Espírito Santo, os maiores adversários do integralismo em Cachoeiro, não se chamavam comunistas, mas francamente antiintegralistas, isto é, “se diziam defensores da liberal democracia” e, na sua maioria, pertenciam ao Partido Social Democrático, no qual o prefeito Fernando de Abreu era filiado. Outras, como um coletor federal, afirmaram que toda “a instrução pública” estava “bolchevizada”, e também “a administração e todo o quadro dos funcionários

¹⁶⁸ ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo...**, op. Cit., 194.

¹⁶⁹ **Cachoeiro de Itapemirim**, 1985, p. 28.

prefeiturais, bem como muitas outras pessoas “no governo municipal, no ensino público e na polícia civil”¹⁷⁰.

Esses relatos podem parecer parciais, visto que algumas das testemunhas são integralistas, mas eles também parecem confirmar uma declaração do Sr. Waldemar Mendes de Andrade acerca da perseguição aos integralistas.

“Então, depois que os integralistas passaram, saí do Bar do Grego e iniciei um discurso, protestando contra a marcha integralista, afirmando que vivíamos em regime democrático e que aquilo era coisa de fascistas e nazistas. Foi juntando gente, umas 60 pessoas, e formando um semicírculo, tipo meia lua, a uns cinco metros de mim.

Nesse momento chegou o capitão Florício dos Santos, que era delegado e meu amigo. Ele perguntou o que estava havendo.

_ Quem pergunta o que está havendo sou eu. Você é um mentiroso. Garantiu que os integralistas não viriam e eles passaram, aqui, agora – falei alto.

O capitão foi abrindo espaço entre as pessoas, até chegar perto de mim. Nesse momento o povo foi fechando o círculo em torno do capitão, Tive muita presença de espírito, quando bati no ombro dele e gritei:

_Aqui ninguém vai fazer nada com o Florício, que é meu amigo.

Virei-me pra ele e disse:

_Capitão, ordene aí para que os integralistas não façam a passeata.

E ele ordenou. Havia guardas civis em Cachoeiro e eles foram destacados para impedir a marcha integralista no centro da cidade” (ANDRADE, 1985, p. 24)

Essa confissão do sr. Waldemar Mendes de Andrade é reveladora. Em várias passagens de sua entrevista com o jornalista Luzimar Nogueira Dias, fica evidente sua íntima relação com pessoas ligadas ao aparelho de repressão do Estado. Porém, o que mais surpreende é o fato de o capitão Nicanor Paiva garantir que não haveria nenhum congresso integralista em Cachoeiro, e, ao mesmo tempo, permitir a ANL, liderada pelo então secretário, mobilizar uma “multidão” em direção ao campo do Estrela para organizar um congresso antifascista¹⁷¹.

O que se verifica é que a AIB, em Cachoeiro de Itapemirim, sofreu intensa perseguição não somente por parte dos movimentos políticos que a precederam, mas também por parte do poder público, embora essa repressão possa ter sido

¹⁷⁰ Ibid., p. 28.

¹⁷¹ Cachoeiro de Itapemirim, 1985, p. 24.

motivada não apenas por interesses políticos, mas principalmente porque a ANL gozava de grande prestígio social e político, inclusive no aparelho de Estado.

Durante o enterro de Quitito e Orestes, simpatizantes da ANL e o próprio prefeito, Fernando de Abreu, estavam entre os que foram velar os corpos. Em um trecho de sua carta de 5 de novembro de 1935, ele relata que:

“Ontem, segunda-feira, teve lugar o enterro.

Jamais houve aqui um cortejo fúnebre tão concorrido: cerca de 3.000 operários.

Ao entrar o féretro na necrópole, a grande massa levantou o braço direito no gesto simbólico de solidariedade: um por todos e todos por um.

Foi uma cena comovente”. (ABREU, 1937, p. 213)

O relativo apoio implícito dado pelo poder público aos movimentos antifascistas foi de fundamental importância para obliterar a expansão integralista em Cachoeiro de Itapemirim. Por isso, mesmo com toda sua organização e propaganda, os integralistas, nas eleições de 1935/1936, conseguiram eleger apenas um vereador no município, a saber, o Sr. Dalton Penedo. As hostilidades ao movimento continuaram, basicamente, até 1937, ano em que todos os partidos políticos foram extintos quando da instauração do Estado Novo. Elas somente se tornaram agressivas, sistemáticas, explícitas e conduzidas pelo Estado a partir de 1938, ou seja, após a Intentona Integralista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Reflexões sobre a representação do passado através da memória¹⁷²

Nas últimas décadas, o uso do depoimento oral com vista à análise histórica vem adquirindo cada vez mais prestígio nos meios acadêmicos. No Brasil, a partir da década de 1990, a História Oral passou a constituir-se um importante mecanismo

¹⁷² Nesse texto o termo representação é usado no mesmo sentido da expressão alemã *Vorstellung*, do verbo *vorstellen*: pôr adiante, imaginar, apresentar ao espírito. No que concerne a memória, representação seria a própria evocação da imagem.

de registro da História. Ela não apenas suscita novos objetos e documentações, como também contribui para a preservação de determinados fatos e acontecimentos de valor inestimável à sociedade.

Durante muito tempo, a História Oral foi avaliada com desconfiança, por muitos de historiadores que julgavam a fonte oral como indigna de dar seu testemunho acerca do passado. Acreditavam que somente as fontes escritas podiam dar ao depoimento um caráter de exterioridade, já que elas impõem o distanciamento das afirmações, objetivando-as ¹⁷³. De acordo com Thomson, o principal alvo dessas críticas era o fato de a memória não ser confiável como fonte histórica, visto que é distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice, por preconceitos e pela influência de versões coletivas e retrospectivas do passado.

Apesar disso, a fonte oral despertava o profundo interesse dos historiadores na medida em que ela tanto permite obter e desenvolver conhecimentos novos, quanto fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas. Verificou-se, posteriormente, que a História Oral podia apropriar-se das diversas fases e etapas do método histórico tradicional.

Ela apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir, estabelecendo com maior rigor, as críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. Finalmente, passa à análise e à interpretação das evidências e ao exame detalhado das fontes recompiladas ou acessíveis.

Na verdade, o relativo descrédito das fontes orais estava relacionado à existência ainda predominante de uma concepção errônea segundo a qual a História Oral consistia apenas em gravar entrevistas e editar os depoimentos, sem explorá-los suficientemente, tendo em vista um aprofundamento teórico-metodológico.

¹⁷³ VOLDMAN, Danièle. **Définitions et usages**. Les Cahiers de L,IHTP (21), nov. 1992. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 7. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. p. 35.

Atualmente, existem três concepções ou modalidades de História Oral. A primeira apregoa que esta compreende um conjunto de técnicas depuradas de investigação que consiste basicamente nas experiências de gravações, transcrições e conservação de entrevistas, bem como o aparato que as cerca, isto é, os tipos de aparelhagem de som, o roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade, as formas de reprodução de fitas, os modelos de organização de acervo etc¹⁷⁴. Nesse sentido, a História Oral teria por finalidade apenas criar e organizar arquivos de documentos – transcritos – procedentes de entrevistas gravadas, para sua utilização possível e futura por historiadores interessados em nossos tempos.

A segunda concepção sustenta que a História Oral é uma disciplina autônoma e dotada de técnicas específicas de pesquisa, com conceitos e objetos próprios. Por isso, a História Oral é capaz de produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer mero um relato ordenado da vida e da experiência dos outros. Pelo contrário, ela gera no seu interior, soluções teóricas para as questões surgidas na prática, como, por exemplo, as imbricações entre história e memória, entre sujeito e objeto de estudo, entre história de vida, biografia e autobiografia etc., conferindo-lhes significado e emprestando unidade ao novo campo de conhecimento¹⁷⁵.

A terceira concepção é a do uso da História Oral como procedimento metodológico, o qual estabelece e ordena as etapas da análise, funcionando como ponte entre teoria e prática. Nesse sentido, para tornar-se mais eficaz a História Oral conta com o auxílio da teoria (histórica, sociológica, psicanalítica etc.), uma vez que através da manipulação de seus conceitos, ela pode dispor-se de instrumentos capazes de compreender determinados tipos de comportamentos.

A fim de evitar esquecimentos ou a enunciação de informações contraditórias por parte do entrevistado, a proposta metodológica sugere diferentes maneiras de o

¹⁷⁴ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 7. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. p. 12.

¹⁷⁵ Ibid., p. 13.

historiador relacionar-se com seus entrevistados, bem como várias possibilidades de transcrição de depoimentos. Assim, a História Oral, uma vez assessorada pela metodologia e pela teoria, compreende um conjunto de ações práticas que auxiliam o historiador na elaboração de sua pesquisa¹⁷⁶.

Contudo, outras questões ainda mais complexas, como o intrincado processo por meio do qual se dá a representação do passado através da memória, se impõem ao campo da História Oral. Durante muitos anos, os pensadores se indagaram acerca de como se constitui a memória. Questionavam-se por que alguns eventos são facilmente evocados, enquanto outros ficam obscurecidos, e quando evocados se manifestam de forma tão fragmentada? Seria possível evocar a uma memória pura, ou seja, isenta dos remorsos ou das intuições imediatas?

Diz-se que a representação do passado e sua exposição através da linguagem são muitas vezes impregnadas de elementos do presente imediato em que está situado o indivíduo que recorda. Conforme Becker, pode-se lembrar de diversas formas. Há lembranças involuntariamente equivocadas, originadas inconscientemente para ocultar determinados eventos traumáticos que se quer esquecer, ou mesmo para se jactar através de uma falsa representação do passado; lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores; lembranças sobrepostas; lembranças construídas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde; lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores etc¹⁷⁷.

Portanto, isentar-se da influência do meio quando da representação do passado é uma pretensão ingênua, uma que a memória é construída socialmente. De acordo com Maurice Halbwachs, toda memória é, por definição, “coletiva”. Ela é uma reconstrução psíquica e intelectual que se compõe de uma representação seletiva do passado, o qual nunca é somente aquele do indivíduo, mas de um indivíduo

¹⁷⁶ Ibid., pp. 16-17.

¹⁷⁷ Jean-Jacques Becker, **Le handicap de la posteriori**. Les Cahiers de L, IHTP (4): 95-7, juin 1987. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 7. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. p. 28.

inserido num contexto familiar, social, nacional. Ela constitui um elemento essencial da identidade e da percepção de si e dos outros.

Contudo, se o caráter coletivo de toda memória individual é evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma representação do passado que seja compartilhada, nos mesmos termos, por toda uma coletividade. Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira. Pelo contrário, cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma grande variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Nesse sentido, “como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada, razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história social”¹⁷⁸.

Refletindo acerca dessa importante questão Giovanni Contini estabelece uma distinção entre o que denominou memória oficial (aquela construída e reconstruída pelas instituições), e memória dividida (aquela preservada pelos sobreviventes, viúvas e órfãos de um evento traumático). Essas duas memórias entram em choque, pois a memória das instituições amiúde ignora e negligencia os ressentimentos impressos no espírito dos protagonistas que vivenciaram o evento celebrado.

No entanto, como pertinentemente observa Portelli quando se fala em memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmoronada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, há no indivíduo uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas¹⁷⁹.

¹⁷⁸ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 7. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

¹⁷⁹ Ibid., p. 106.

Nesse sentido, o que se denomina memória coletiva resultaria da abstração, muitas vezes seletiva, da memória individual, por parte das instituições, ou seja, Família, Escola, Igreja, Estado, Partido etc., por isso não se pode descrevê-la apenas como expressão direta e espontânea da dor, do luto e do escândalo, mas “como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições”¹⁸⁰.

Assim, Portelli amplia o conceito de memória dividida, sugerindo não só a dicotomia entre esta e a memória coletiva, mas também chama a atenção para a existência da pluralidade fragmentada de diferentes memórias individuais, de sorte que estas se dividem internamente entre o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de se expressar.

Os violentos embates envolvendo integralistas, aliancistas e antiintegralistas durante a vigência da AIB em Cachoeiro de Itapemirim construíram memórias que, em grande medida, foram dilaceradas pelos eventos que se lhes sucederam. A falta de informações precisas acerca da autoria de crimes, como o assassinato de Alberto Sechin e o incidente da Estação Ferroviária, fez com que muitas versões fossem construídas.

Aqui, pode-se verificar como os acontecimentos posteriores influenciam a construção da memória, impregnando-a de representações extraídas a partir de experiências ulteriores. Nesse sentido, merece destaque a intromissão dos ressentimentos no processo psíquico de construção social da memória. Experiências traumáticas como perseguições, prisões e mortes por motivações políticas amiúde provocam a inquietude, ou seja, o ato de se esquecer de lembrar. Porém, esses eventos são indelévels, e, uma vez evocados, deixam implícitos seus efeitos patogênicos.

No caso dos integralistas, como o Sr. Frederico Augusto Codeceira e Nelson Silvan, a experiência da militância na AIB deve ter sido frustrante. Primeiro porque, após o desmantelamento da Aliança Nacional Libertadora e do Partido

¹⁸⁰ Ibid., p. 127.

Comunista, em 1935, a AIB não somente intensificou seus esforços de expansão e doutrinação, mas também estreitou os laços de aproximação com Getúlio Vargas, promovendo até mesmo concentrações e desfiles para homenageá-lo. Com isso, a AIB acreditava veemente na possibilidade de se tornar o partido único do Estado Novo. Contudo, ela fora extinta assim como todos os partidos políticos brasileiros, de modo que até mesmo seus uniformes verdes e suas saudações integralistas foram proibidos de serem usados. À frustração soma-se a impiedosa perseguição perpetrada contra todos os integralistas em represália à Intentona Integralista de 1938, na qual um pequeno grupo de camisas-verdes liderados por Severo Fournier atacaram o Palácio Guanabara, residência oficial do Governo Federal, em uma tentativa de depor Vargas e reabrir a AIB.

Com efeito, integralistas e simpatizantes foram perseguidos em todo o território nacional, sob a acusação de serem os “inimigos da pátria”. No Espírito Santo, o interventor João Punaro Bley cumpriu à risca as ordens emanadas do Palácio do Catete – sede do governo federal. Sedes da AIB foram ocupadas e confiscadas e seus seguidores passaram a ser rigorosamente vigiados; tiveram suas casas invadidas por policiais. Suas camisas-verdes, em muitos casos, foram rasgadas e queimadas e os dirigentes locais foram presos e alguns até espancados. Além disso, após a divulgação dos horrores promovidos, sobretudo, pelo nacional-socialismo, os ex-integralistas foram estigmatizados, durante muito tempo, com o rótulo de fascistas.

Quanto aos aliancistas, como o Sr. Pedro Corrêa Reis e o Sr. Waldemar Mendes de Andrade, seus sofrimentos não devem ter sido menos significativos. Após um período de intensa mobilização e expansão das “bandeiras nacional-libertadoras” em praticamente todo o país¹⁸¹, em 1935, o advento do Levante Comunista desencadeou uma avassaladora onda de repressão ao movimento que resultou na desmoralização e prisão de inúmeros dirigentes e militantes dessa organização.

¹⁸¹ Ver: Coração vermelho: Guilherme Tavares e a memória dos comunistas do Espírito Santo. In: MARIN, Andréia et al. **Vestígios da história sul capixaba**. Vitória, ES: Flor&cultura, 2011.

O Sr. Waldemar Mendes de Andrade, na época secretário da Aliança Nacional Libertadora, em Cachoeiro de Itapemirim, foi preso e conduzido à delegacia. Como ele mesmo recorda:

“De madrugada, às três horas, um cordão de policiais fardados foi formado desde a delegacia até a ponte de ferro. [...] fui conduzido no meio deste cordão, para que ninguém me visse, até um auto-linha que estava parado na ponte. Fui colocado no auto-linha, que seguiu para Vitória, sem parar em estação nenhuma. Cheguei a Vitória às 8 horas da manhã. E ali fiquei preso uns vinte e poucos dias” (ANDRADE, 1985, p. 25)

Em seu relato, o Sr. Andrade afirma que foi preso sob a acusação de ligação com o movimento comunista do Rio, Recife e Natal. Posteriormente, ele foi preso e conduzido à Penitenciária e, depois, ao quartel da Polícia Militar, onde ficou detido por dois meses. Na sua terceira prisão, como ele mesmo recorda, foi encarcerado numa cela hermeticamente fechada, na qual ficou preso por mais dois meses, desconhecendo inteiramente a causa de sua detenção e sendo proibido de se comunicar com ninguém. Em 1938, por mais uma vez o Sr. Andrade foi detido por seis meses em virtude do inquérito instaurado pela Comissão Executora do Estado de Guerra no Estado do Espírito Santo, no qual foi interrogado sob a acusação de “prática de doutrina comunista”. Na verdade, o inquérito foi instaurado a fim de “apurar a responsabilidade das atividades extremistas, que culminaram com os choques entre integralistas e membros da Aliança Nacional Libertadora, na Estação da Leopoldina”¹⁸².

Destacar essas experiências traumatizantes na trajetória desses atores é de fundamental importância para compreender o caráter fragmentário de suas memórias e, na medida do possível, verificar como os eventos posteriores aos fatos trazidos à lembrança podem moldar a representação do passado, impregnando-a não somente de ressentimentos patogênicos, mas também de ideologias.

Com efeito, poder-se-ia indagar se os testemunhos dados através de depoimentos orais, como os fornecidos pelos senhores Nelson Silvan, Federico

¹⁸² CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 1985, p. 28.

Augusto Codeceira, Pedro Corrêa Reis e Waldemar Mendes de Andrade, seriam de fato confiáveis. Estes homens não somente foram afligidos pela repressão política, mas também padeceram do estigma de terem militado na AIB e na ANL. Com efeito, suas memórias estariam mais vulneráveis à intromissão dos ressentimentos.

Através da interpretação e do confronto dos depoimentos com os fatos históricos já objetivados pela historiografia é possível preencher as lacunas deixadas pelos supostos esquecimentos e discrepâncias idiossincráticas, bem como corroborar as hipóteses para os fins heurísticos. Por conseguinte, uma vez munido previamente do conhecimento histórico, pode-se até mesmo ampliar o conhecimento do passado a partir da crítica do depoimento. Outro fator positivo a favor da utilização dos depoimentos orais como fonte histórica é a convicção da personalidade moral dos depoentes. Todos os depoimentos usados nesse trabalho foram dados por homens de notória índole pública, o que lhes impõem uma grande responsabilidade social e histórica. Além disso, conforme Becker, salvo nos casos em que as entrevistas são feitas de improviso, o que é muito raro, “as pessoas interrogadas numa pesquisa oral pelo menos refletiram no que iam dizer, ou mesmo consultaram previamente a documentação de que dispunham”¹⁸³. Refletindo sobre essa questão, Jacques Ozouf argumentou que há mais probabilidade de as testemunhas serem mais sinceras nas exposições dos seus sentimentos em relação a acontecimentos remotos do que em relação a acontecimentos próximos¹⁸⁴.

Portanto, o que garante a verossimilhança dos depoimentos analisados nesse trabalho é o seu inestimável valor epistemológico e ético. Segundo Voldman, “o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação

¹⁸³ Jean-Jacques Becker, **Le handica de la posteriori**. Les Cahiers de LIHTP (4): 95-7, juin 1987. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 7. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. p. 28

¹⁸⁴ Ibid., p. 29.

e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato”¹⁸⁵, não invalidando, portanto, sua utilização para os fins historiográficos.

¹⁸⁵ VOLDMAN, Danièle. **Définitions et usages**. Les Cahiers de LIHTP (21), nov. 1992. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 7. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. p. 28

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACHIAMÉ, Fernando A. M. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2010.

ACHIAMÉ, Fernando A. M.; SALETTO, Nara. **Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937).** 2005. 356 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral.** 7. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Totalitarismo e Revolução – o integralismo de Plínio Salgado.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**, 3ª ed. - SP; Companhia das Letras, 2001. (1ª Ed. Inglesa 1994).

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937).** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Artenova, c1974.

DIAS, Luzimar Nogueira. **1935: Integralistas e Comunistas – 50 anos depois, uma história de prisões e assassinatos.** Cachoeiro de Itapemirim – ES. Documento Histórico, 1985.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985).** Vitória, ES: GM, 2011.

FAGUNDES, Pedro E. **Sangue nos Trilhos de Cachoeiro de Itapemirim – ES: Integralistas e Comunistas e a disputa pela memória do conflito de 1935.** Texto apresentado no V encontro regional da ANPUH-ES – Simpósio I – História e Memória. 2010.

FALCON, Francisco José; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. **Fascismo.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura. A III Internacional face ao fascismo.** Tradução João G. P. e M. Fernanda S. Granado. 1ª ed. Porto: Portucalense Editora, 1972.

FALCON, Francisco José; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. **Fascismo.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

LAZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleici^a e FRANCESCHETTO, Almar. **Lembranças Camponesas: A tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante,** 1ª ed – Vitória Projetos RECIES – Resgate da cultura da Imigração Italiana no Espírito Santo, 1992.

LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; GURGEL, Antonio de Pádua. **Jerônimo Monteiro.** [Vitória, ES?]: Contexto, 2005.

MELO, Olbiano. **A marcha da revolução social no Brasil:** ensaio histórico-sociológico do período 1922 a 1954. -. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1957.

SALGADO, Plínio. **Literatura e Política,** São Paulo, Editorial Helios, 1927, pp. 19-21.

PACHECO, Renato. **Estudos espírito-santenses.** [Vitória, ES?]: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994.

PACHECO, Renato. **Os dias antigos.** Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PARIS, Robert. **As Origens do fascismo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/1935)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. [Vitória, ES?]: EDUFES, 1996.

SALETTTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. -. [Vitória, ES?]: EDUFES, 1996.

SALGADO, Plínio, **A Quarta Humanidade**, in *Obras Completas*, vol. V, São Paulo, Ed. Das Américas, 1955.

SALGADO, Plínio. **O integralismo na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [19--],.

SALGADO, Plínio, **Psicologia da Revolução**, Rio, Livraria Clássica Brasileira, 1953.

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. [Vitória, ES?]: Fundação Ceciliano Abel de Almeida: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)**. 2ª ed. - SP; Difel, 1979.

VICTOR, Rogério L. (organizador). **À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

WENCESLAU, Júnior, **O Integralismo ao Alcance de Todos**, São Paulo, Sociedade Imprensa Brasileira, 1936, pp. 87-90.